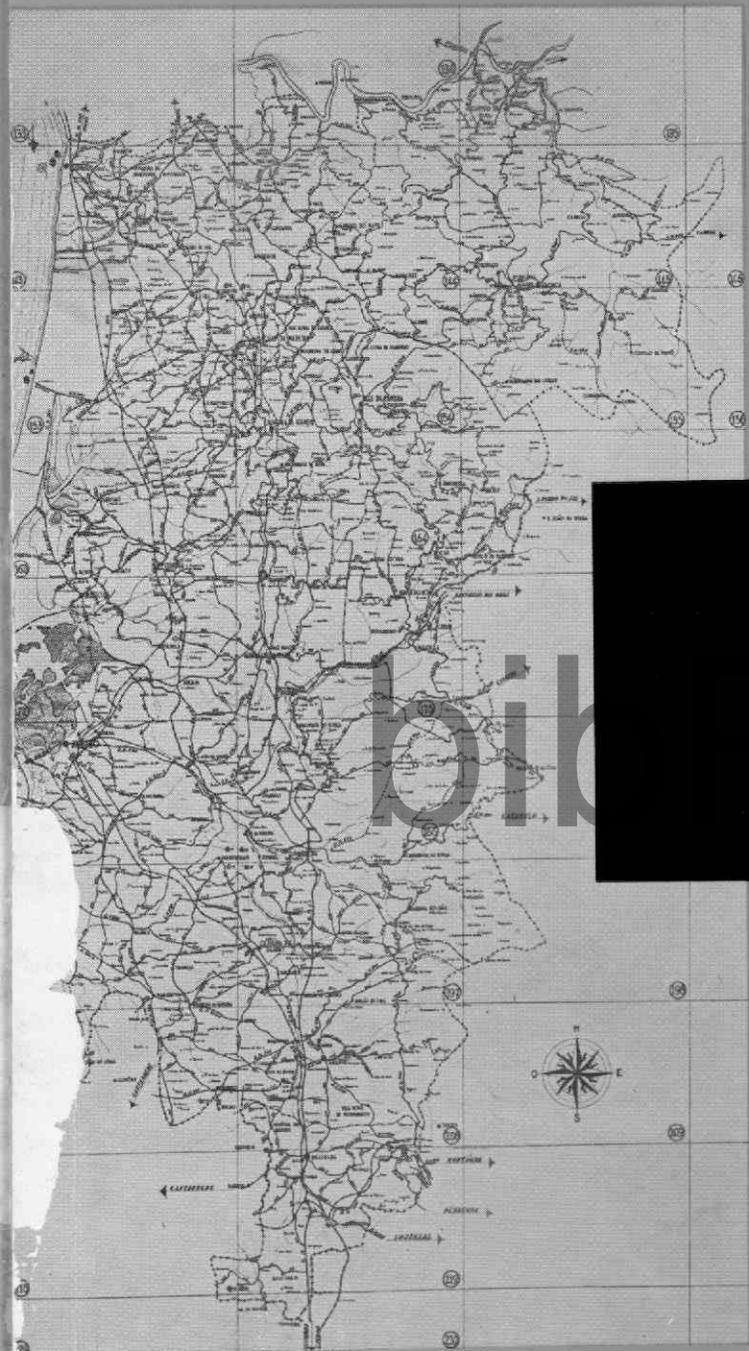


5937



AVEIRO E O SEU DISTRITO



FL
908
149

REGISTO N.º [redacted]

REGISTO N.º [redacted]

AVEIRO
E O SEU
DISTRITO



DIRECÇÃO
EDIÇÃO
PROPRIEDADE

OFERTA DA
JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO

DA

JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO

bibRIA



CAMARA MUNICIPAL DE AVEIRO
-BIBLIOTECA-
[redacted] | 24 JUL 69
ENTRADA DE OBRAS

Assinatura anual 20\$00

Número avulso 10\$00



A Direcção da revista não se considera vinculada às opiniões dos autores que publica.

bibRIA



**PORTARIA N.º 7353, PUBLICADA NO DIÁRIO DO GOVERNO
N.º 124, I SÉRIE, DE 28 DE MAIO DE 1932:**

Tendo em atenção o que representou, superiormente, a Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Concelho de Espinho e o parecer da Secção de Heráldica da Associação de Arqueologia Portuguesa;

Manda o Governo de República Portuguesa, pelo Ministério do Interior, que a constituição heráldica da bandeira, armas e selo daquele município seja como segue:

Campo ondado de prata e verde, com dois golfinhos de ouro realçados de negro, passados e repassados em aspa, tendo as cabeças voltadas para baixo;

Coroa mural de quatro torres de prata;

Bandeira esquartelada de amarelo e verde;

Listel branco com letras negras;

Cordões e borlas de ouro e verde. Lança e haste de ouro.

Paços do Governo da República, 27 de Maio de 1932. O Ministro do Interior, Mário Pais de Sousa.



SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
LEI Nº 1.111, DE 18 DE MAIO DE 1957

bibRIA

Espinho

Por Álvaro Pereira

Terra amiga que nasceu nas areias do Mar e que nelas se criou e cresceu, no marulhar suave das ondas mansas e no fragor das procelas, aprendendo a lutar e perdoar, mesmo quando sangrou perante a incompreensão do mundo que a rodeava, numa negativa feroz e sistemática ao seu legítimo direito de viver.

Lutou contra o Mar, quando buscava, nas suas águas, o sustento das suas gentes e procurava criar uma vida honesta e de trabalho aos que viessem.

Lutou contra o Mar, quando as suas casinhas, uma a uma, ruíam perante o impeto das águas ou com a falta de base nas areias que as sustentavam.

Viu cair a sua velha Igreja, feita com o amor e o suor dos seus habitantes, que mais choraram a casa que era de todos, que as próprias que lhes serviram de lar.

Lutou quando lhe pretenderam negar o direito de independência, mesmo quando os seus habitantes procuravam, para si e para os seus, a justiça de se considerarem iguais perante os bens do espírito, instituídos, em nome do Senhor, pela Santa Igreja.

Lutou, quando pretendendo o seu governo próprio, as portas se lhe fechavam, já à vista da carta de alforria que estava tão próxima, pois assim o ordenava o direito natural das gentes e assim o queriam alguns Amigos, bons e valiosos, que enfrentando vinganças e inimizades, fizeram vencer e proclamar o incontestável direito de viver e progredir.

Continuou a lutar e nem sempre tem vencido, que o não consente o andar das coisas deste Mundo, mas não desanima, antes cobra forças dos seus próprios desaires para se lançar na luta e vencer sem ódio, pedir sem mendigar, no orgulho próprio da raça vareira que a criou.

Muito há que lutar ainda, mas Espinho pode proclamar a sua actual grandeza como excepcional vitória, legando, aos que vierem, o seu próprio passado, na certeza de que eles hão-de trabalhar, mais e mais,

na ânsia, sempre insatisfeita, de dignificar Espinho, a terra que tão poucos fizeram e que hoje é de tantos.

*
* *
*

Em recuados tempos, um naufrágio deixou, sobre as águas do nosso mar, dois espanhóis, naturais da Galiza, que baldadamente procuravam alcançar o areal, recobrando forças num voto feito a Nossa Senhora, de construir uma capelinha em sua honra, se Ela os ajudasse a vencer as águas, o que tiveram por milagre quando sentiram chão firme debaixo dos pés.

Assim passou a lenda, através de gerações, mas a dar-lhe foros de verdade, tivemos a primeira capela e, nas descendências dos espanhóis que, de seus nomes, dizia-se chamarem-se Eugénio e Márcio Esteves, os apelidos, muito vulgares, de Esteves Galego.

Ainda há muitas famílias de vareiros que o usam, o que parece confirmar a lenda.

Já, a esse tempo, o nosso areal devia ser povoado de pequenos palheiros, embora com reduzida população, pois a Capela, a despeito das suas pequenas proporções, já devia ser destinada a um razoável número de habitantes.

Diz-se que os dois galegos, uma vez alcançada a praia, agarrados a uma prancha auxiliadora, se deram ao cuidado de ver de que madeira ela era feita e, enquanto que um dizia ser de castanho, o outro afirmava, peremptoriamente ser de pinho, e assim, no seu falar galego exclamava: «No! És piño!», e que, desta discussão, nasceu o nome de Espinho.

Nas «Memórias sobre os Forais das Terras Portuguesas», pode ler-se:

«Creio que Espinho deve o seu nome à penedia espiniforme, a qualquer espinhaço de praia: há ali um lugar chamado Espinho da Terra, indicando um Espinho do Mar».



Capela dos Galegos.

Esta afirmação pode ser feita por comparação com a praia da Aguda, nome que os pescadores de Angeiras davam a uma pedra, pela qual se guiavam, quando vinham nas suas bateiras descarregar o caranguejo que vendiam aos lavradores de Arcozelo, para adubação das suas terras. Chavamam-lhe, então, a praia de Pedra Aguda.

No entanto, tudo parece, quanto à questão do nome de Espinho, tratar-se de lenda ou mera suposição, pois Espinho deve ter tido a sua origem no lugar de Espinho, hoje integrado na freguesia de S. Félix da Marinha e que pertenceu, já, à freguesia de Anta.

Segundo investigações e em documentos dos anos de 1055 e 1058, respeitantes a vendas de propriedades, falava-se na «villa Spino», que confrontava, a norte, com Brito e do sul com Anta.

Eram abundantes, no seu areal, pequeninos arbustos de folha acinzentada e eriçados de espinhos, bem como os espinhosos cardos que ali chamavam abundância de pintassilgos, que neles matavam a fome e servia de seu sustento predilecto.

Os vareiros, que do sul vieram e aqui se instalaram, fizeram a sua praia de pesca no ponto onde é hoje a praia de banhos, construindo os seus barracos no local hoje conhecido pelo Rio Largo, ao norte de Espinho actual e fronteiro ao lugar que lhe deu o nome, tendo assim nascido a classificação de Espinho Mar e Espinho Terra.

Estavam perto do mar e ao mesmo tempo dos pinhais de S. Félix da Marinha, onde iam aos tocos (raízes de pinheiros), quando o mar não permitia a pesca. Com eles se aqueciam pelo inverno fora e se forneciam

para a lareira. Desde sempre os vareiros tiveram por hábito tirar tocos, pois que, em suas consciências, isso não era pecado nem roubo.

Existe uma certa diferença entre os vareiros de Espinho e os de outras praias a sul (Furadouro e Torreira), e admite-se que tenha concorrido, para tal, a afluência de trabalhadores que tinham ido para o Douro e que dali vieram por motivo da crise originada pela filoxera nas vinhas.

Segundo parece, já por volta do ano de 1800, existia a Capela, sendo a população do lugar, cerca de 1807, constituída por cento e vinte casais de pescadores.

Durante muitos anos, conforme consta dos assentos da Paróquia de Anta, o aglomerado de Espinho que nascia, era conhecido por lugar da Praia, nos baptismos de 1843 e ainda além de 1854.

O lugar de Espinho aparece num óbito de 1857, mas tudo leva a crer que ainda se tratasse do pertencente, hoje, à freguesia de S. Félix da Marinha e, àquele tempo, da Paróquia de Anta.

Assim viveram os pescadores, durante muitos anos, até que, com a vinda de famílias da Vila da Feira, Paços de Brandão, Oleiros, Rio Maior e outras localidades, se criou uma pequena praia de banhos, derivando a pesca mais para sul, pois que, até aí, era feita no seguimento da actual Rua 19.

A esse tempo, dizia-se que as águas do mar curavam a escrofulose, infiltrando-se as emanções salinas no sangue, dando forças às fibras musculares.

O industrial de Oleiros, José de Sá Couto, foi o primeiro a construir uma casa de pedra e cal, na Praça

Velha, perto do mar, tendo sido sócio de várias companhias de pesca.

Era pessoa importante, tendo sido agraciado, por S. M. a Rainha D. Maria II com o grau de Cavaleiro da Ordem de Cristo.

Seu filho, Joaquim de Sá Couto, Comendador da Ordem de Nossa Senhora de Vila Viçosa, graça concedida por S. M. El Rei D. Luís, foi o grande fomentador da construção em Espinho, dado que, além de muitas casas que mandou construir e o mar levou em grande parte, pôs os seus largos capitais à disposição dos habitantes, que assim puderam construir o seu próprio lar.

Até aos nossos dias, ficou o edifício onde existiu o Hotel Beira Alta, que foi uma das grandes edificações do tempo.

Por seu legado, foi construído o Hospital de Nossa Senhora da Saúde, em Oleiros, que se destinava a servir todas as povoações limítrofes, desde Paços de Brandão até Espinho.

Teve o seu nome numa das principais ruas, a Rua Sá Couto, hoje 18, e é o patrono do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, instalado no edifício da Escola Industrial e Comercial.

É de justiça juntar o seu nome ao do comerciante Manuel Alves Moreira, o Moreira da Idanha, que também teve larga intervenção nas primitivas construções de Espinho.

O Comendador Sá Couto deixou o seu nome ligado a todas as iniciativas do começo de Espinho, podendo salientar-se, entre outras a construção da Capela de Nossa Senhora da Ajuda, a construção de um edifício para Assembleia Recreativa, para a criação de um apeadeiro do Caminho de Ferro em Espinho e tinha um nome respeitado entre as gentes do mar, ao lado de quem sempre estava, como pode ver-se na acta da Comissão edificadora da Capela:

«O Senhor Sá Couto disse que, sendo opinião dos arrais inclinada à construção da Capela nas proximidades da antiga (à beira mar), se conformava com ela».

Prestou-se, também, a dirigir os serviços de construção da referida Capela.

Espinho foi criando foros de verdadeira praia, com as principais famílias do País, merecendo menção especial as da Vila da Feira, que deram a Espinho o melhor da sua amizade, embora ensombrada por algumas questões que mais se deveram a um exacerbado espírito de bairrismo.

Muitos dos feirenses fizeram justiça ao direito de progredir que se ia manifestando, continuando com a sua amizade pelo tempo fora.

O ponto de reunião era na antiga Assembleia, que se situava na Praça Velha e ocupava um edifício pertencente a José Rodrigues de Oliveira Pinho (o três quilhas) e dava acesso ao **salão nobre** uma escada de pedra, que ficava encostada à casa da Sr.^a Rosa da Graça.

Era voltada a nascente, para onde tinha uma esbelta varanda de madeira. Passou à casa da família do Anão, na mesma Praça, tendo ainda passado a outro prédio, até à construção de uma em edifício próprio.

No dia 1 de Outubro do ano de 1864, reunia-se uma Comissão presidida pelo Conselheiro José Luciano de Castro, para a construção do edifício, que devia ser **cu rez de chaussez**, com uma sala para baile, outra para bilhar, outra para jogo, toilette para damas, outro para cavalheiros, cosinha e latrinas, tudo com a devida capacidade.

Foi, mais tarde, aumentada com um andar, tendo-se dissolvido a Sociedade em 1915, pelo que passou a propriedade particular.

Durante muitos anos funcionou, nos baixos do edifício da Assembleia, o Café Peninsular, que reunia de 800 a 1000 senhoras e cavalheiros.

Realizavam-se matinées às quintas-feiras e **cotillons**, sendo, no dizer do tempo, um alfobre de casamentos.

Foi construída num local onde era um palheiro de madeira, ao lado de um edifício que depois deu lugar ao Hotel e Café Chinez, havendo, já nesse tempo, o edifício do Hotel Bragança, na Avenida 8, onde hoje é o Palácio Hotel.

Ramalho Ortigão, em Praias de Portugal, escreve que **«em poucas praias é tão animada, como em Espinho, a vida de Club, expressão que, neste caso, não tem o sentido inglês, segundo o qual, o club era de criação democrática do fim do século passado e era uma reunião exclusivamente de homens».**

Em Espinho, o Club é o ponto de reunião de todos os banhistas, de ambos os sexos».

Sobre o vestir das senhoras e a vantagem em simplificar a vida de praia, escrevia o Rev. Padre António André de Lima:

«As senhoras iam à Assembleia com os vestidos com que foram aos banhos.

Deixe-se a grilheta dos bons tempos de luxo e etiqueta para as cidades.

Nas praias deve andar-se com toda a liberdade, de cabelos ao vento e sem chapéu, de vestidos largos e cómodos, que não exerçam pressão sobre o corpo».

Deve esclarecer-se que, naquele tempo, as senhoras iam à praia vestidas com tanto cuidado como hoje ao Casino, com chapéu, vestidos compridos, sapatos e meias e uma sombrinha, por causa do sol que as crestava e não era bonito.

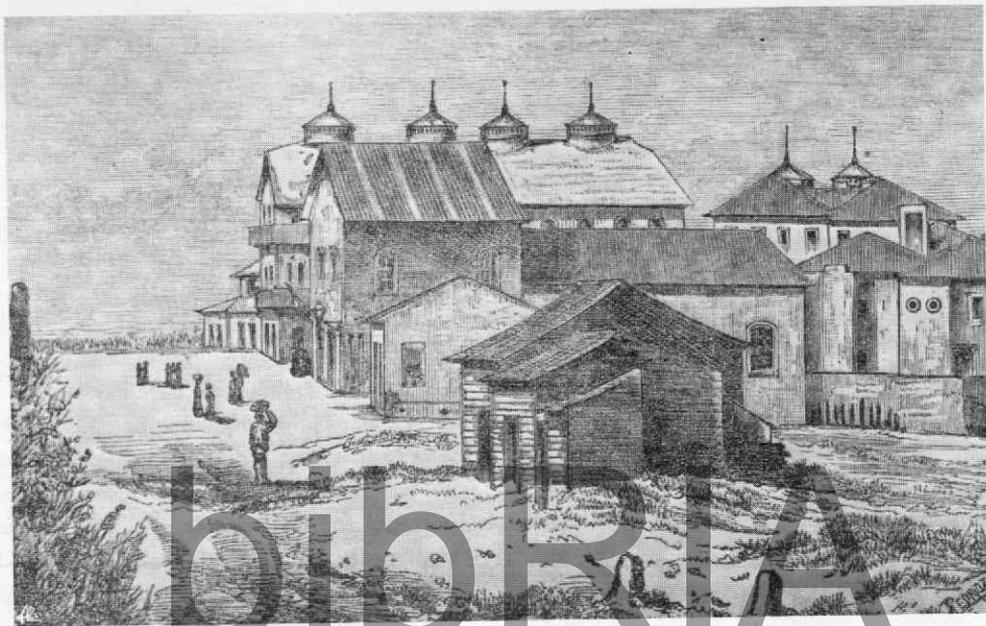
Se hoje vivesse, muito teria que ver o bom do Padre Lima...

Estavam lançadas as bases de Espinho e, enquanto que os fidalgos faziam o Espinho da Terra, os vareiros continuavam na vida da pesca, valorizando e aumentando o Espinho do Mar.

Primitivamente, a sardinha era pescada no Fura-douro, mas, conduzida ao Porto, chegava muito amassada pela viagem, perdendo sabor e frescura.

Oh! que lindos olhos pretos
Tem a filha do arrais.
Queria ser homem dela
E não me importava o mais!

Mais tarde, as redes passaram a ser puxadas por bois, parecendo que a transformação foi feita em Paramos, na Companhia do Morgado desse nome, descendente de uma ilustre família de Portugal.



Espinho em 1872.

Assim aumentou a pesca na nossa costa, mais perto dos mercados consumidores, onde, com verdade, se podia apregoar a «De Espinho Vival!».

Ao princípio, lançavam as redes ao mar, muito perto da costa e eram puxadas à mão, por duas filas de homens.

Era uma alegria o sacar da rede e os poetas vareiros daquele tempo, davam largas à sua veia. Ainda ficaram, até aos nossos dias, algumas amostras que reflectem o despique entre eles, não esquecendo o velho tema: o Amor.

Nossa Senhora da Ajuda,
Ramo de manjerição.
Dai aos Três Anjos sardinha
E aos da Velha biqueirão.

Vamos ver o barco novo
Que se vai deitar ao mar.
Nossa Senhora vai dentro
E os anjinhos a remar.

Dizia-se que tinha uma casa à beira mar, para passar o Verão e que era transportada para fora do perigo das águas, durante o Inverno, em cima de carros de bois preparados para tal.

Durante muitos anos, trabalharam cinco companhias no mar, havendo um ano em que trabalharam seis e o rendimento anual, de cada uma, pouco ultrapassava seis contos de reis.

Embora hoje, se encontre reduzido o pessoal e o gado, a pesca de arrasto processa-se nos moldes de há umas dezenas de anos.

Os barcos de Espinho diferem dos da Torreira no número de remos, pois que aqueles possuem quatro (dois de cada lado), enquanto que os de Espinho têm só dois (um de cada lado).

Antigamente, o pessoal da companhia era composto por cinquenta homens a quem chamavam camaradas, sendo trinta e seis de mar e quatorze de terra.

Havia o arrais do mar, que se sentava à ré do barco e dirigia os trabalhos e o arrais de terra, a quem estava entregue todo o cuidado da recolha da rede.



Entrada dos barcos de pesca.

As cordas, que vinham paralelas, eram puxadas por vinte e quatro juntas de bois, sendo doze de cada lado.

Quando o lanço era maior e com perigo de reben-tar o saco, era-lhe adicionado outro saco a que cha-mavam funda e que evitava de se perder o peixe. Quando a pesca era boa, davam, cada Companhia, quatro a cinco lanços por dia, havendo, há umas dezes-nas de anos, grande abundância de peixe na nossa costa, em especial a sardinha. Hoje, essa abundância está muito reduzida, apenas compensada pelo alto valor que é dado ao peixe de Espinho, pago por mais alto preço.

Se a pesca excedia uma importância determinada, havia a **teca** para os camaradas, que era dada em sar-dinha, enquanto que os homens do gado também a recebiam quando essa importância atingia uma cifra maior. Tudo isso era condicionado por contrato que, mais ou menos, seguia sempre as mesmas normas.

Hoje está bastante modificado, mas a base con-tinua a mesma de há muitos anos atrás.

Ainda trabalha uma Companhia, graças ao espírito bairrista de um Espinhense, pronto a sacrificar-se para que não acabe um dos grandes motivos turísticos de Espinho.

Como pesca de desporto, a nossa costa é excelente para a pesca à cana, que dá robalos, sargos, linguado e faneca.

Houve, em Espinho, uma grande frota de bateiras que, em número de algumas dezenas, se dedicavam à pesca do caranguejo, que servia de estrumação para os campos.

Cada bateira, com a tripulação de seis homens, ia para o mar à tardinha, depois da saída das com-panhas, e voltava de madrugada.

O pessoal era composto por camaradas das redes e o caranguejo amontoava-se pela praia fora, sendo adquirido pelos lavradores, geralmente dos lados de Arada, que vinham buscá-lo em carros de bois.

Mais tarde, os vareiros foram para a Aguda, onde continuaram com a pesca do caranguejo, juntando a do camarão, que era de bom rendimento.

Pela falta do pescado preferido, foram-se dedicando à faneca e outras espécies, sendo reduzido, hoje, o nú-mero de bateiras que vão ao mar, aliando-se a isso a modernização da lavoura, recorrendo aos adubos compostos, de mais fácil transporte e aplicação.

Ainda assim, alguns pescadores vão continuando a enfrentar as ondas, com um lucro que, se não é bas-tante compensador, lhes vai dando o pão nosso de cada dia.

Também se pescava em Espinho pelo sistema de **manjeiras**, que, ao contrário das **mugigangas** para a pesca do caranguejo, não necessitava de barco.

Eram as redes canjadas na vasante da maré, em umas estacas espetadas na areia e recolhidas na va-sante seguinte, dando alguns robalos.

Era uma pesca pobre e pouco compensadora, que hoje já não se usa.

Espinho tem, hoje, uma única companhia a trabalhar, que rendeu, no ano de 1968, a importância de cerca de 700 contos.

Em 1908, D. Miguel de Unamuno, frequentador de Espinho e grande filósofo e pensador espanhol, escrevia:

«A maneira de puxar as redes com juntas de bois é o que mais carácter dá um labor agrícola, dando azo à imaginação para comparar com o trabalho dos campos nesta região em que, como digo, o mar parece que se ruraliza».

Espinho deve, ao mar, o princípio da sua vida, na labuta incessante do dia a dia dos que buscavam ganhar o pão, e na procura pelas pessoas abastadas do interior, das suas águas para os banhos e passar uns tempos de folgança.

Embora com condições de crescimento, ele seria fatalmente lento, tão moroso como eram os transportes a esse tempo, não permitindo, aos de mais longe, gozar o nosso clima privilegiado, sobretudo no Verão, onde o calor não atormenta.

No entanto, é justo salientar o quanto deve Espinho ao Caminho de Ferro, que, vindo abrir novas perspectivas, estabeleceu condições para um maior comércio, para estabelecimento de indústrias e mais fácil transporte aos que de mais longe viessem.

Em 1867, com a abertura do troço Gaia-Aveiro, abriu novos horizontes e, embora não fizessem justiça imediata a Espinho, que via os combóios só de passagem, depressa os Amigos da terra nos concederam o Bem de a termos para nós e para o nosso progresso.

Quando da abertura da linha do caminho de ferro entre Aveiro e Gaia, Espinho possuía, unicamente, uma casa de guarda de passagem de nível, pelo que era geral o descontentamento, dado o prejuízo causado aos habitantes, que tinham que se deslocar a Esmoriz ou à Granja, à falta de paragem dos combóios em Espinho.

O Comendador Joaquim de Sá Couto, usando da sua grande influência e com o auxílio do chefe político Anselmo Braancamp, que então residia na Granja, conseguiu que a casa da guarda da passagem de nível, perto da actual passarelle, passasse a apeadeiro.

No ano de 1870, o barracão que servia de apeadeiro de Espinho, deu 1.200.000 réis de rendimento à Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses, e já o número de banhistas regulava por perto de quatro mil.

A 28 de Outubro de 1870, foi composta uma Comissão que se propunha fazer erigir uma Capela, em local próximo da outra, em vista da primitiva já não satisfazer às necessidades espirituais da população, sobretudo na época balnear.

Faziam parte da Comissão o Conde da Graciosa, D. Francisco Maria de Sousa Brandão, Dr. Rufino Joaquim Borges de Castro, Dr. João da Veiga Campos, João de Sousa Cirne, João de Azevedo Aguiar Brandão, Manuel Pinto Gomes de Menezes, Manuel Pinto

de Almeida, Joaquim de Sá Couto e Padre Francisco Pinto Alves Brandão.

Logo a seguir veio a discordância do local da construção, pois que, se uns a queriam perto da antiga Capela, conhecida pela Capela dos Galegos e junto ao mar, outros a pretendiam mais a nascente, fora do perigo das invasões das águas.

Tendo sido consultada a vontade das Companhas de pesca, que nessa altura tinham real valor nas coisas de Espinho, os arrais foram unânimes em escolher a visinhança do mar e que eles queriam com uma superfície superior ao salão da Assembleia e espaço reservado aos banhistas, tendo rendido 202.000 réis a primeira subscrição.

O Padre Francisco Brandão ofereceu o terreno da sua própria casa, na condição de receber em outra parte um igual, comprometendo-se os arrais ao transporte da pedra e saibro, condicionando a esmola ao rendimento do pescado.

O Padre Francisco ofereceu, em nome de sua Mãe, das suas próprias pedreiras, toda a cantaria necessária à obra.

Não havendo acordo no local da construção, foi resolvido, por alguns dissidentes, edificar uma Capela em terreno cedido pelo Conde da Graciosa e Caetano de Melo Menezes e Castro, Capela que ainda hoje existe, consagrada a Santa Maria Maior e que foi ben-zida a 25 de Setembro de 1877.

Faziam parte da Comissão o Conde da Graciosa, Visconde de Foz de Arouce, Caetano de Melo Menezes e Castro, Francisco Cardoso Valente, Conselheiro José de Melo Geraldês Sampaio e Bourbon, Joaquim de Almeida Correia Leal e Manuel António Pereira.

A 31 de Janeiro seguinte, o Cardeal D. Américo autoriza o culto na Capela de Nossa Senhora da Ajuda, acabada de construir, junto à praia, com sermão e exposição do Santíssimo Sacramento, tendo já sido organizada a Irmandade de Nossa Senhora da Ajuda, a cargo de quem ficava a Capela, com capelão privativo.

A Capela dos Galegos, que lhe ficava em frente e um pouco à direita, foi então destruída tendo lugar, mais tarde, a construção de um coreto para a festividade da Padroeira.

Em 1873 principiaram as negociações entre a Câmara da Feira e a Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses para a construção de uma estação do caminho de ferro em Espinho, para substituir o barracão que servia de apeadeiro, sendo Director da Companhia Manuel Afonso Espregueira.

Não houve entendimento, mas, estando o Director a veranear na Granja, foram encarregados, pela Câmara da Feira, o Conde da Graciosa e o Conselheiro Correia Leal, de levar o caso a bom termo, o que conseguiram.

A estação foi inaugurada no ano seguinte e reordenada em 1898, tendo sido acrescentada, em virtude da sua exiguidade para o movimento de entlo.

A 1 de Agosto de 1877, é pedida licença ao B.spo do Porto, Cardeal D. Américo para que, durante a época balnear, o Santíssimo esteja no Sacrário da Capela de Espinho, autorização que é concedida em 21 de Agosto de 1877, sendo Abade de Anta o Rev. Manuel Ribeiro de Figueiredo.

Pode dizer-se, em verdade, que Espinho recebeu o seu maior incremento com a criação da Irmandade de Nossa Senhora da Ajuda, criada em 7 de Fevereiro de 1886, donde saíria o brado de independência para a criação da freguesia de Espinho.

Sob a presidência do farmacêutico José António Pires de Resende, como Juiz da Irmandade do Santíssimo Sacramento, procedeu-se à eleição da Mesa, tendo ficado eleitos:

Juiz:

António Pinho Branco Miguel

Procurador fiscal:

Augusto Francisco Pereira

Secretário:

Jeremias Pais de Almeida

Vice-Secretário:

António de Oliveira Chibante

Tesoureiro:

Manuel Luís Mendes

Vogais:

Guilherme Soares Maganinho

José Alves da Rocha

José de Oliveira Dias Pinhal



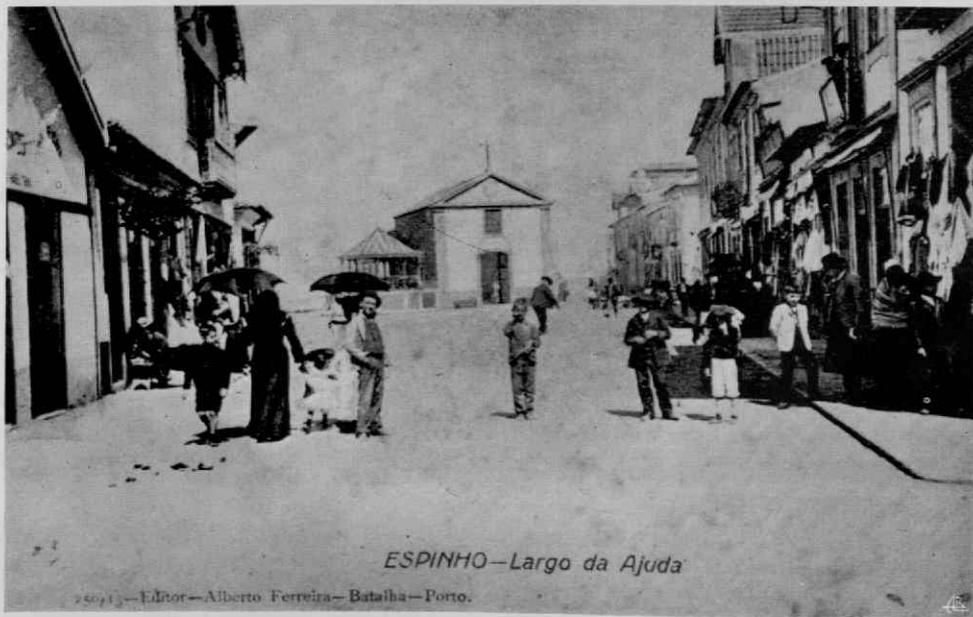
NOSSA SENHORA DA AJUDA

Padroeira de Espinho, peregrina dos templos que lhe foram dedicados, encontra-se, hoje, na Capela de Santa Maria Maior, depois da destruição da sua capela da Rua do Cruzeiro.

Não se conhece, ao certo, a data da sua proclamação, por parte da gente de Espinho, como padroeira de Espinho Mar e Espinho Terra, mas a sua imagem, de há muitos anos, percorre, no seu dia grande, as ruas de Espinho com a sua bênção.

Existe, na Igreja Matriz, uma imagem de Nossa Senhora da Ajuda, escultura diferente, onde Nossa Senhora socorre uns naufragos, salvando-os das ondas do mar.

A festa de Nossa Senhora da Ajuda realiza-se no penúltimo domingo de Setembro.



ESPINHO—Largo da Ajuda

Editor—Alberto Ferreira—Batalha—Porto.

Largo de Nossa Senhora da Ajuda.

Em Maio de 1886, a Irmandade resolve a compra de alfaias e de uma pia baptismal, atendendo ao crescimento da população de Espinho, onde havia mais nascimentos que em todas as outras freguesias de Anta, tendo já, nessa altura, uma população composta de 650 fogos.

Pede-se ao Bispo do Porto, Cardeal D. Américo, para que os baptizados dos nascidos em Espinho se façam na sua Capela, que estava mais limpa que a Matriz, acrescentando o inconveniente da Confraria de Santa Luzia, fabricante da Matriz, se negar a fornecer a cera para os baptizados dos naturais de Espinho.

A 19 do mesmo mês, uma provisão do Bispo do Porto autorizava que os baptizados se fizessem na Capela de Espinho.

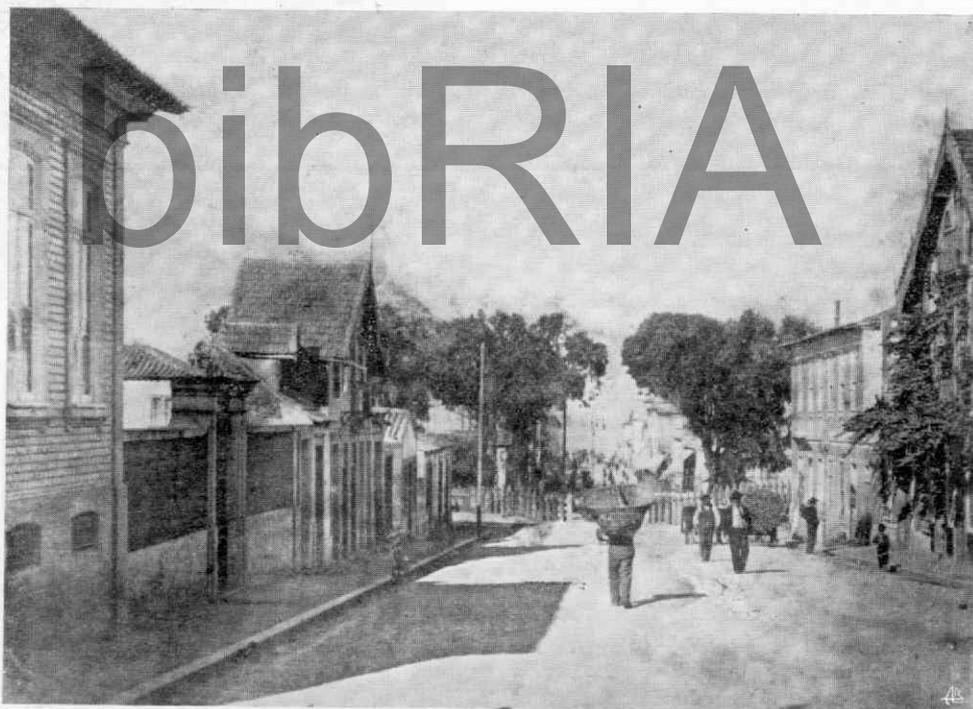
No entanto, as dissidências continuavam, ao ponto de os de Anta não permitirem que os de Espinho pegassem às varas do púlpito nem tomassem parte nas procissões, empunhando cruzes, lâmpadas ou alfaias pertencentes à Matriz, havendo dificuldades para administrar os Sacramentos aos enfermos de Espinho, tantos eram os problemas que se criavam.

dizer ao Pároco que viesse, com a sua gente, buscar o cadáver, para lhe dar sepultura no adro da sua Igreja.

O Pároco de S. Félix respondeu que a levassem para o adro de Anta e eles assim fizeram. No entanto, como os Párcos andavam desavindos por causa dos limites das duas freguesias, o Pároco da freguesia de Anta apressou-se a participar o caso ao Bispo da Diocese, o qual ordenou que se levantasse um auto do facto e se procedesse às devidas investigações por meio de prova testemunhal.

Sendo-lhe remetido o auto e ouvidos os Párcos das duas freguesias, Sua Eminência sentenciou que, desde então em diante, acolá, na lagoa, a margem do norte, linha recta da entrada nela pelo Rio Largo ou Regueirão, pertencia a S. Félix da Marinha e a outra margem, a do sul, a Anta.

Antigamente, quando a Lagoa ou Regueirão se enchia com as águas do Rio Largo, diz-se que as suas águas, em razão do mar as não receber, vinham por onde hoje é a Avenida 8, até alturas da Rua 1.º de Dezembro, hoje Rua 29, de onde saíam em direcção



Rua 19.

Um dia, apareceu afogada na lagoa que existe ao norte de Espinho, uma rapariga que se dirigia para a casa de seus pais, em Avanca ou proximidades, para com eles consoar.

As duas margens dessa lagoa eram de S. Félix da Marinha e por isso os moradores de Espinho mandaram

ao mar, tendo de passar de barco quem quisesse seguir para o lado poente de Espinho.

A 5 de Dezembro de 1886, a Irmandade contrata, como seu Capelão privativo, o Rev. Manuel Pinto da Silva, com o ordenado anual de 200.000 réis, com a obrigação de rezar missa aos domingos e dias santificados,

acompanhar as procissões e os enterros dos Irmãos, a Novena ao Menino Jesus e o Terço aos domingos de tarde, no tempo da Quaresma, tomando a seu cargo a boa conservação das alfaias e o bom andamento das coisas religiosas.

A 1 de Janeiro de 1887, reúne extraordinariamente a Irmandade para despedir o Capelão, que se tinha negado a dar o Menino a beijar, nas Festas do Natal e Ano Novo, o que causou grande descontentamento no povo e poderia ter resultados muito graves.

Embora fosse aprovada a moção, não foi posta em prática, naturalmente por explicações dadas pelo Capelão, que mais tarde havia de ser o primeiro Abade da freguesia de Espinho.

Uma Comissão comprou, por 1.200.000 réis, o terreno para a feira de Espinho, juntando 1.411.000 réis, tendo ofertado o sobranço à Câmara da Feira, para ser aplicado num jardim, o que não se concretizou.

A 13 de Julho de 1887, a Irmandade reúne extraordinariamente para considerar a criação da freguesia de Espinho, indicando a Capela para Igreja Matriz e oferecendo as alfaias existentes, deliberando que, para tal, se oficiasse ao Governo de Sua Majestade.

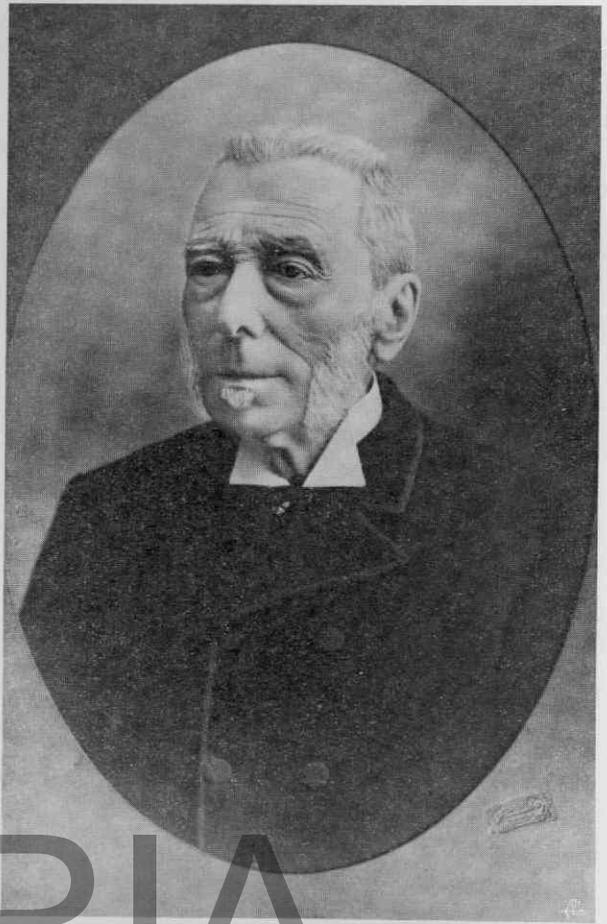
A 7 de Julho, a Irmandade toma conhecimento de que o Abade de Anta se nega a baptizar em Espinho e que assiste aos enfermos tarde e mal, além do desprezo com que continuam a ser tratados os naturais deste lugar.

A 7 de Julho, a Companhia do Senhor dos Naufragados oferece uns paramentos vermelhos, com a condição de não servirem em outro templo que não seja de Espinho, tendo o farmacêutico José António Pires de Resende e esposa oferecido um frontal para o altar mor, nas mesmas condições.

Estava o lugar de Espinho em plena eferescência, esperando a sua emancipação, que se deve ao valor pessoal do Conselheiro Joaquim de Almeida Correia Leal, de Paços de Brandão, mas frequentador de Espinho, onde tinha residência própria, que, para tanto, exerceu a sua alta influência.

Na acta da Irmandade de Nossa Senhora da Ajuda, ficou exarado o seguinte:

«Conselheiro Joaquim de Almeida Correia Leal, o homem mais prestante à sua terra e aos seus eleitores que a Feira conheceu desde a implantação do Governo liberal em Portugal, carácter nobre e afável, activo e obsequioso, ninguém ignora como S. Ex.^a de todo o coração e com a sublime bondade que lhe é peculiar, acedeu ao pedido da mesma Irmandade ou povoação de Espinho, concorrendo com todas as suas forças, conselhos e alta posição para que esta nóvel povoação fosse elevada à categoria de freguesia.



Conselheiro Correia Leal

Amante apaixonado desta terra, tem-lhe provado a sua dedicação, não só acompanhando-nos e secundando-nos sempre em nossas úteis e grandiosas aspirações e conquistas, em nossos progressos e nossas aflições, mas atraindo para esta terra melhoramentos a que o seu nome ficará eternamente unido como o do grande tribuno aveirense ficou ao feroso Pégaso, que, chispando fogo e devorando as distâncias, atravessa, vertiginosamente, de Aveiro a Gaia».

Ao homenagear o Conselheiro Correia Leal, a Irmandade não esquecia o grande tribuno aveirense, José Estevão Coelho de Magalhães, a quem se deve a passagem da linha do caminho de ferro pelo nosso litoral.

O retrato do Conselheiro Correia Leal encontra-se na Sacristia da Igreja Matriz, ao lado de Manuel António Pereira, de quem foi grande amigo, sendo devido, em grande parte, a essa amizade, o acendrado entusiasmo do Conselheiro Correia Leal pela causa da emancipação de Espinho e que, por isso, sofreu desgostos e vexames dos seus conterrâneos, que lhe apedrejaram a residência em Paços de Brandão e a sua Quinta do Reboleiro, na Vila da Feira.

Manuel António Pereira, a pedido do seu amigo Conselheiro Correia Leal, traçou os limites da freguesia de Espinho, tendo em conta o avanço do mar e o crescimento da povoação.

Sem dúvida, o Conselheiro Correia Leal foi o grande criador da freguesia de Espinho.

A freguesia era criada em 17 de Setembro do ano de 1889, sendo inaugurada a Igreja Matriz em 22 do mesmo mês, pelo Sr. D. Manuel Luís Coelho da Silva, que foi, mais tarde, Bispo de Coimbra.

Por decreto de 23 de Maio de 1899, Espinho havia sido desanexada da freguesia de Anta, tendo sido autor do decreto o Conselheiro José Luciano de Castro.

Embora se afirme que os ataques do mar já vinham de longa data, só de notícias certas se sabe que o primeiro se deu em 9 de Março de 1869, seguindo-se-lhe outro em 1871, avançando o mar, nessas três investidas, cerca de 95 metros, embora sem prejuízo para as casas da povoação.

Todavia, de Outubro a Dezembro de 1889, o mar fez um novo avanço de cinquenta metros, destruindo vinte casas de madeira, habitações de pescadores.

Era crença, entre os vareiros, que o mar viria até à feira, pois era vulgar ouvir-se, aos mais fatalistas,



Espinho vítima do Mar.



A Igreja Matriz a ser destruída pelo Mar.

que o mar «vinha buscar o que era dele», visto que supunham que o mar já tinha coberto a população de Espinho.

No entanto, a dar visos de verdade a esta afirmação, há o facto de terem sido encontradas conchas na abertura de poços no interior de Espinho, bem como uma crista de pedra que atravessa a povoação em diagonal, com a chamada pedra negra do mar e com as suas arestas polidas, como se andasse, sobre elas, o movimento das águas durante séculos.

Começou o pânico, tendo sido ouvidas as opiniões dos técnicos, que se contradiziam, pelo que foi nomeada uma Comissão, em 1892, para estudar o assunto.

Durante três anos o mar não fez novos ataques, fazendo supor que tudo voltaria à normalidade, mas no começo de 1896 voltou a atacar, destruindo várias casas, incluindo a sacristia da Igreja paroquial, a 22 de Fevereiro. Sossegou até Outubro, mas os ataques voltaram de tal forma que, em começos de 1898, já tinha levado terreno edificado com 65 metros de largura por oitocentos metros de comprimento, de norte a sul.

Para se fazer uma ideia, sobre as invasões do mar, pode dizer-se que, sendo a distância, da linha do caminho de ferro à esplanada (Rua 2), de 135 metros, era, no princípio, de 350 metros da linha à última casa da praia.

Depois de 1889, o mar invadiu várias vezes, sendo as maiores investidas em 1896, 1898, 1908, 1911 e 1936, que destruiu o Posto de Socorros a Náufragos, voltando a dar prejuízos em 1943, limitando Espinho, pelo Poente, à Rua 2.

Pela saída, por motivos urgentes nas obras do porto do Douro e Leixões do Eng. Francisco Perdigão, passou a dirigir as obras de defesa o Eng. José Gromwel Camossa Vaz Pinto.

De acordo com a parecer favorável do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas, de 12 de Janeiro de 1911, sobre o resultado das experiências feitas, foi, por Portaria de 24 de Maio seguinte, determinado ao Engenheiro Director da 1.ª Direcção dos Serviços Fluviais e Marítimos, o Eng. Von Hafe, a elaboração do



A fúria das águas.

Foi atingida parte da Piscina, que foi reconstruída, tendo sido feita uma defesa frontal, debaixo de direcção do Engenheiro Tovim, a quem Espinho muito ficou a dever e cuja memória é lembrada com saudade.

Nos últimos anos os esporões foram reforçados, tendo sido criados alguns, de emergência, com resultados francamente positivos.

Nos primeiros trabalhos sobre a defesa da praia, foram estudadas as correntes e a sua influência quanto ao avanço do mar sobre Espinho, do que pouco ou nada resultou, tendo o Governo nomeado, em 1889, os Engenheiros Hidráulicos Melo e Matos e Silvério Pereira da Silva, que, depois de estudarem o fenómeno, propunham, como único meio de obstar às investidas das águas, a construção de três esporões, que, pelo seu custo, não foram construídos na ocasião.

A defesa frontal, feita com uma muralha de 354,50 metros, foi destruída pelo mar, a 31 de Janeiro de 1911.

Esta muralha, feita com a discordância do Engenheiro Von Hafe, salvou alguma coisa de Espinho, pois ainda resistiu durante certo tempo.

projecto definitivo das Obras de Defesa de Espinho que, apresentado em 5 de Agosto, teve o parecer favorável da maioria dos vogais daquele douto Conselho, sendo aprovado pelo Governo, em Portaria de 26 de Agosto do mesmo ano.

Principiava, assim, a defesa do mar que traria bons frutos, pelo tempo fora, pois que não pode duvidar-se da defesa do mar pelo sistema preconizado pelos primeiros técnicos ouvidos e confirmados pela opinião do Eng. Von Hafe.

Embora já criada a freguesia de Espinho, a freguesia de Anta pretendia continuar na cobrança dos impostos, por não haver Junta de Freguesia constituída ainda em Espinho, ao que a Irmandade de Nossa Senhora da Ajuda se opôs, manifestando o desejo de, se para tanto fosse necessário, ir reclamar até aos degraus do Trono e opinando que esse dinheiro devia ser gasto na construção do novo cemitério, a grande aspiração do povo de Espinho.

No ano de 1889, Espinho tem a sua primeira Praça de Touros, construída nos terrenos próximos do mercado

semanal e que tinha lugares para mil e quinhentos espectadores, sendo inaugurada em 15 de Agosto desse mesmo ano.

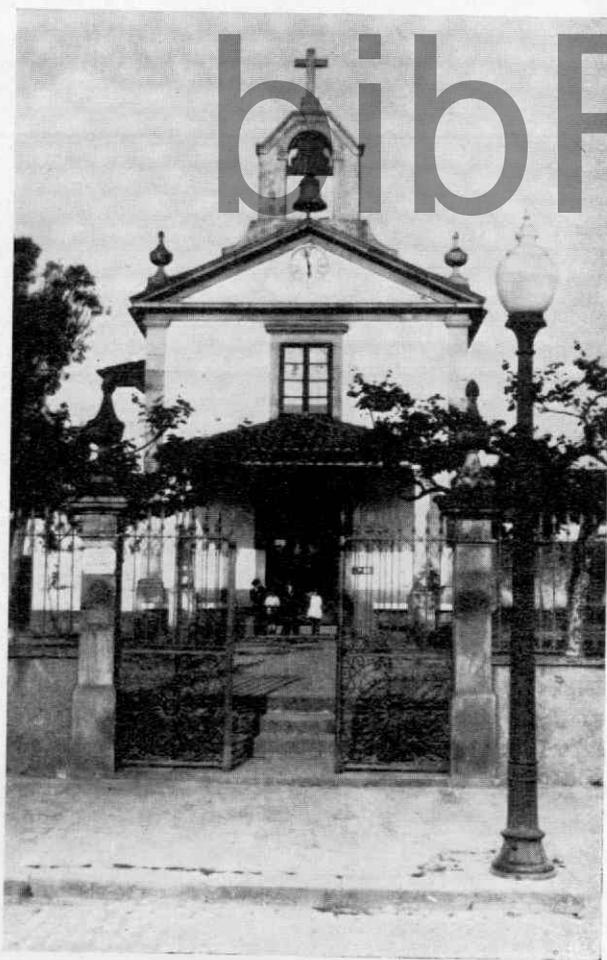
Nela toureou, a cavalo, algumas vezes, o distinto desportista aveirense Mário Duarte.

A Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses, em vista do aumento de Espinho da parte de cima da linha férrea, fez instalar uma passarelle que se tornara desnecessária na linha de Cascais.

Esta passerelle, em vista da necessidade do tráfego ferroviário, foi depois aumentada, conservando, no entanto, as suas características primitivas.

O proprietário João Baptista de Carvalho, morador no Porto e frequentador de Espinho, mandou construir, num terreno que dava para as Ruas 19 e 16, o Teatro Aliança, muito bom para o tempo e que serviu Espinho durante muitos anos, sendo demolido após a construção do Teatro S. Pedro.

Vieram ali, as melhores Companhias de Teatro, mas a afluência de público não era de molde a encorajar. O teatro só enchia nas noites de récitas de caridade, mas para isso era necessário que se fechasse o jogo naquela noite, obrigando o público a assistir.



Capela de Santa Maria Maior.

Tinha, anexo, um esplêndido jardim, o **High Life**, bem arborizado e com um coreto, sendo mais conhecido pelo Jardim do Teatro. Teve, mais tarde, recintos para ténis e patinagem, chegando a funcionar um cinema.

No centro do Jardim tinha uma roleta para os menos encorajados e que era conhecida por «Pata-queira».

A 8 de Abril de 1890, um anónimo ofereceu, por intermédio do Abade de Espinho, um relógio para a torre da Igreja que, depois das invasões, foi transferido para a Capela de Santa Maria Maior, onde ainda se encontra em serviço.

A 20 de Agosto, a Irmandade agradece a Manuel José de Sousa Ferreira o levantamento da planta para a freguesia de Espinho e mandou encaixilhar a cópia ofertada.

É possível que essa planta seja a que se conhece como mais antiga e que se refere ao Plano de Melhoramentos de Espinho.

Embora não passe da actual Rua 16, o seu traçado é bastante parecido com o actual, com ligeiras modificações.

Foi aprovado, em 1900, um plano de arruamentos.

A planta definitiva foi oferecida pela Engenheiro Bandeira Neiva, que sofreu pequenas modificações introduzidas pelo Engenheiro Bandeira Coelho.

A Irmandade de Nossa Senhora da Ajuda, à falta de Junta de Paróquia que ainda não existia, deliberou officiar ao Director Geral da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses, chamando-lhe a atenção para o facto de serem, agora, pertença de Espinho, alguns terrenos que a Junta de Silvalde pretendia vender e interessavam à Companhia para o novo traçado, em razão do avanço do mar.

A 9 de Março de 1891, sendo Pároco da Freguesia o Rev. Manuel Pinto da Silva e Regedor José António Pereira da Rocha, reunia, pela primeira vez, a Junta de Freguesia, composta por António de Pinho Branco Miguel como Presidente, Manuel Fernandes Tato como Vice-Presidente e António Maria Pereira Americano, Marcelino de Oliveira Dias e José Rodrigues Cação Serrano como vogais.

A 17 de Março representava a Sua Mejestade para que os serviços dos Correios fossem completos durante todo o ano, em virtude do grande comércio que Espinho já tinha a esse tempo.

A 13 de Abril, o lavrador Joaquim Francisco da Silva Rocha e sua mulher Fabiana Alves de Oliveira, de Anta, ofereciam um terreno no lugar da Orgueira, junto da Fonte do Mocho, para que fosse adaptado a cemitério paroquia!

A primeira fase das obras foi à praça pela quantia de 930.000 reis, tendo sido vendido o primeiro talhão

de cinco metros quadrados, ao preço de 400 reis cada metro, rendendo 2.000 reis.

Foram cedidos muitos baldios que a Junta possuía ao sul de Espinho, para construções destinadas aos desalojados pelo mar, sendo gratuita a cedência dos destinados ao Bairro que a Rainha Senhora Dona Maria Pia mandou construir, a expensas suas. Este Bairro tomou o nome da sua doadora, tendo sido mais tarde, destruído pelo mar.

Com o crescimento de Espinho para Nascente, os naturais tinham começado o estabelecer a classificação de Espinho Mar e Espinho Terra, para distinguir a parte piscatória da nascente, que se começava a formar.

Os seus habitantes, eram classificados em três categorias, pois que, enquanto que os vareiros chamavam, para si, essa classificação, conheciam os das aldeias visinhas por **vilões** enquanto que os banhistas ou gentes mais diferenciadas, eram os **fidalgos**.

Dos antigos veraneantes, podia contar-se a figura excelsa do Bispo de Viseu, D. António Alves Martins, que tinha o seu palheiro numa praça que sempre foi conhecida pela Praça do Bispo, até ser arrebatada pelo mar.

As Festas a Nossa Senhora da Ajuda foram sempre feitas pela Irmandade, mas em razão dos prejuízos sofridos com o mar, uma Comissão propôs-se fazer as festividades.

A Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses mandou substituir a vedação da linha, que era feita de travessas velhas, por outra mais elegante, no alinhamento da Rua 19, com umas cancelas mais próprias, de acordo com a Câmara da Feira, mas que foram pagas pela Câmara de Espinho, tendo custado 500 000 reis.

A estrada das Vareiras, a nascente de Espinho, era um ramal da estrada mourisca, que, vindo de Aveiro, passava por Arada, Maceda, Cortegaça, Esmoriz, Paramos, Silvalde, Anta, Villa Spino (Espinho antigo), Arcozelo, Gulpilhares e Vilar até à Via Romana, estrada militar de outrora.

A actual Rua 62, reunia-se à estrada mourisca no lugar da Ponte de Anta. A actual Rua 19, passava pelo mercado semanal, Anta e Nogueira até à Via Militar dos Romanos, que é hoje, com pequenas variantes, a estrada nacional n.º 1, de Lisboa ao Porto.

A estrada 62, que seguia a que vinha do norte, passava junto ao Largo da Graciosa até à Rua 23 e depois seguia, em linha recta, na direcção do Coteiro da areia, onde hoje há uma importante fábrica de cordas, seguindo para a Vila da Feira.

A actual Rua 62, que já teve o nome de Passeio Alegre, deve o seu número ao facto de haver sido estrada nacional com aquele número e parte da qual,

do Largo da Graciosa para sul, foi sacrificada à urbanização do Espinho.

Em 1894, ao sul de Espinho, existia uma pequena fábrica de salga e conserva de sardinha, pertencente à firma Cirne & C.^a.

Daí para sul, antes dos ventos terem arrastado grandes volumes de areia, as ervas cresciam na humidade e o terreno era propício à caça das narcejas.

Por ali andavam os caçadores de Espinho e ali se juntaram os irmãos Brandões e Gomes, que já haviam sido sócios em indústrias no Brasil e que tinham voltado a Portugal sem grandes lucros, em virtude de uma crise que os havia prejudicado.

A caça não era muita e, em dado momento, Henrique Brandão, espirito irrequieto de homem empreendedor, lembrava ao seu antigo sócio Augusto Gomes, a possibilidade de tentarem uma indústria na sua terra.

A conversa tomou interesse e, quando pensavam no caminho a seguir, viram que, pouco a norte, uma pequena indústria poderia ser grande no futuro.

Assim tomaram a fábrica da firma Cirne & C.^a e os nomes de Henrique Brandão, Alexandre Brandão, José Gomes e Augusto Gomes, com Alfredo Menéres, capitalista, marcavam um caminho novo para Espinho.

Assim se fundou a Real Fábrica de Conservas a Vapor de Brandão Gomes & C.^a para correr o mundo com o nome de Espinho e com a mais saborosa sardinha da costa, preparada com o maior cuidado e saber, não se conhecendo, hoje, preparação melhor nem maior resistência ao tempo.

Mandaram vir técnicos do estrangeiro e tudo foi aperfeiçoado, desde o preparo da sardinha aos legumes, ervilhas, pikles, azeite e tudo o que uma fábrica pode fazer para exportar.

O nome de Brandão Gomes era conhecido em todo o mundo, havendo a maior preferência pelos seus produtos, tendo sido um dos nossos melhores embaixadores no Brasil, para onde exportavam em larga escala.

Eram fornecedores da Casa Real e, em carta assinada pelo Conde de Sabugosa, como Mordomo-Mor e em nome de El Rei D. Carlos, de 14 de Março de 1905, autorizava o uso da coroa real em todos os produtos da fábrica.

O pessoal, que era muito para o tempo, vinha das aldeias próximas e era tão bem pago que se dizia que, uma rapariga que entrasse, como operária para a fábrica, tinha um dote.

Desde a sua fundação que a indústria de conservas ia sempre melhorando, ao ponto de manter a fama da maior fábrica de conservas da Península.

Introduziu a solda mecânica em substituição da manual, com tipografia e litografia próprias e depó-

sitos para azeite com uma capacidade muito fora do vulgar.

Os seus escritórios deviam ser o que havia de melhor no tempo, e os telefones vieram para Espinho para servir a Fábrica, que tinha um movimento que tudo justificava.

Quando havia sardinha, era sempre a melhor destinada à Fábrica, pois não olhavam a preço.

Tinha um cais privativo na Companhia Portuguesa dos Caminhos de Ferro, com um carrinho, puxado por um garrano, que todo o dia transportava as conservas para serem embarcadas nos vagões.

Foi a Fábrica, durante muitos anos, o maior valor político de Espinho e, com a saída dos sócios Henrique Pinto Alves Brandão, José de Oliveira Gomes e Clemente Menéres, ficou a Sociedade reduzida a Augusto de Oliveira Gomes e Alexandre Pinto Alves Brandão.

Mais tarde, com a falta de sardinha na costa de Espinho, a Fábrica foi perdendo o seu valor e diminuindo a sua laboração.

Numa das esquinas do antigo Hotel Bragança, havia um reclamo eléctrico que deve ter sido, se não o primeiro, pelo menos um dos primeiros do País.

Recebeu, no dia 8 de Novembro do ano de 1908, a visita de El Rei D. Manuel II, para o que foram distribuídos convites a pessoas gradas.

Teve uma Banda de Música privativa e, quando eram realizadas visitas oficiais, a Banda tocava em todas as solenidades.

O edifício da Fábrica também foi afectado pelas últimas invasões do mar, na parte poente do edifício, tendo perdido algumas instalações.

O valor dos seus sócios teve larga influência na criação do Concelho de Espinho. O sócio Augusto de Oliveira Gomes foi a primeira autoridade concelhia a ser escolhida, por Alvará do Governador Civil de Aveiro, Dr. Albano de Melo, que o nomeava administrador, interino, em 15 de Setembro de 1899, para proceder à instalação do Concelho.

Em 2 de Julho de 1899 assinava as actas, como Presidente da Junta de Paróquia o novo Abade de Espinho, Rev. Manuel Nunes de Campos, natural da freguesia de Vila Chã de Sá, da Diocese de Viseu.

Começou a demarcação dos terrenos para a edificação da nova Igreja, o que haveria de sofrer várias modificações.

Primitivamente, estava indicado o terreno onde hoje é o Parque João de Deus, ideia que teve que ser abandonada pelo facto desse terreno já ter sido destinado a parque.

Foi escolhido outro, perto do definitivo, que sofreu alterações.

Cópia da acta n.º 1:

«Secção de Juramento, posse e instalação da Comissão Municipal do Concelho de Espinho efectuada em 21 de Setembro de 1899.

Ano de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e noventa e nove, aos vinte e um dias do mês de Setembro, nesta povoação de Espinho e sala que há-de servir para as sessões da Comissão Municipal do concelho do mesmo nome, sendo presentes: Augusto de Oliveira Gomes, administrador deste dito Concelho, acompanhado de José de Melo Macedo, que para este efeito servirá de secretário ad-hoc; Henrique Pinto Alves Brandão, Doutor António Augusto de Castro Soares, José António Pires de Resende, João Francisco da Silva Guetim e António de Oliveira Salvador, vogais efectivos da Comissão Municipal do mesmo Concelho, nomeados por Decreto de sete e publicado no Diário do Governo número duzentos e seis de treze do corrente mês, para, interinamente, gerirem os negócios municipais nos termos do parágrafo quarto do artigo dezassete do Código Administrativo; nas mãos daquele Administrador prestou cada um dos referidos vogais o juramento sobre os Santos Evangelhos, de fidelidade ao Rei reinante e de obediência à Carta Constitucional da Monarquia e às Actas Adicionais e às Leis do Reino.

Constituída, assim, a Comissão Municipal, sob a presidência do vogal mais velho, que se verificou ser João Francisco da Silva Guetim, procedeu-se à eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente e, corridas as votações e escrutínios verificou-se ficarem eleitos, por maioria, presidente o Doutor António Augusto de Castro Soares e Vice-Presidente Henrique Pinto Alves Brandão.

Assumindo logo a Presidência, a convite do vogal mais velho João Francisco da Silva Guetim, o Presidente eleito Doutor António Augusto de Castro Soares, que agradeceu, aos seus colegas, a prova de consideração que acabavam de testemunhar-lhe e enalteceu os valiosos e relevantíssimos serviços prestados a Espinho pelos Excelentíssimos Senhores: Conselheiro Correia Leal, como benemérito fundador desta freguesia e como promotores da nossa autonomia administrativa: Alfredo Menéres, Marquês da Graciosa, Brandão Gomes & C.ª, Vaz Preto, José Pessanha, Conde de Castelo de Paiva, Conselheiro Pereira Dias, Ressano Garcia, Doutor Francisco Furtado, Macário de Castro e tantos outros cavalheiros, Associações, Imprensa, Governo e, em especial, Augusto de Oliveira Gomes, que, sobre todos se salientou de modo verdadeiramente admirável, como heróico combatente em prol dos autonómicos interesses de Espinho e, por último, lembrou o respeitável nome da primeira autoridade administrativa deste Distrito, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Albano de Melo, pela correcta e

honestíssima maneira de proceder, informando o Governo de Sua Majestade com a mais subida imparcialidade das nossas circunstâncias, demonstrando um alto espírito de pública inteireza de carácter».

Foram, interinamente, nomeados, por unanimidade, Fernando Anselmo de Melo Geraldês Sampaio de Bourbon para Secretário e Manuel da Rocha Guimbra para Contínuo.

A Câmara agradece ao industrial Alexandre Pinto Alves Brandão a oferta de um estojo com uma pena de ouro, para Serviço da Presidência.

A 27 de Setembro, o vogal António de Oliveira Salvador lembra a necessidade de se levantar a planta de Espinho.

A 4 de Outubro, o Pároco e Presidente da Junta pediu, à Câmara, a cedência gratuita de um baldio municipal, para a edificação de uma nova Igreja.

É concedida uma licença para edificar, mas com a condição de fazer passeios em toda a frente edificada.

A Câmara agradeceu ao Eng. Augusto Júlio Bandeira Neiva, que se propôs fazer o levantamento topográfico de Espinho e a respectiva planta.

A Câmara resolveu pagar as cancelas da Rua 19, embora encomendadas à Companhia Real dos Caminhos de Ferro pela Câmara da Vila da Feira, tendo, por

falta de verba, a firma Brandão Gomes & C.^a abonado a importância de 500 000 réis.

A 13 de Novembro de 1899, é feita eleição para a Câmara, tendo sido eleitos os mesmos membros da Comissão Municipal, que prestaram novo juramento, ficando os mesmos cargos distribuídos e passando a exercer funções na Câmara Municipal de Espinho, em substituição da Comissão Municipal do Concelho de Espinho.

É passado um mandado de pagamento a favor de João Jorge de Miranda, no valor de 7 040 réis, por fornecimento de mobiliário para a Câmara.

A 20 de Dezembro é pedida, ao Governo, a construção de uma Escola, pois que a única que existe está em muito más condições. Os industriais Augusto Gomes, Henrique Brandão e Alexandre Brandão e outros, ofereceram 500 000 réis para ajuda da respectiva construção, tendo a Junta de Freguesia contribuído com igual quantia.

A 11 de Janeiro de 1900, a Junta de Freguesia deliberou representar ao Governo de Sua Majestade, pedindo a criação de uma Comarca com sede em Espinho.

A Câmara resolve mandar proceder à numeração dos prédios, estabelecendo a taxa de 50 réis por cada número a afixar nas portas.



Quando havia várias Companhas em Espinho, era sempre um espectáculo a saída para o mar, na ânsia de todos chegarem primeiro para a venda do pescado.

Era vulgar a *ricaxia*, quando dois barcos entravam ao mesmo tempo, provocando uma corrida entre eles, o que dava a maior das alegrias aos vencedores, com dichotes depreciativos para os vencidos.

Era vulgar, quando o arrais do mar era mais maldoso, ensarilhar as redes das outras Companhas, que, algumas vezes, chegavam desfeitas à praia.

Ambos os hábitos se foram banindo, pelo desgaste que traziam ao material de pesca e pelos prejuízos que davam com a fuga do pescado pelas redes prejudicadas.



Piscina de Espinho

O Engenheiro Bandeira Neiva ofertou à Câmara a planta de Espinho, prontificando-se a dirigir a demarcação das ruas.

A iluminação pública era feita com candeeiros de petróleo, havendo já uma pequena fábrica geradora de electricidade, situada ao lado da Fotografia Evaristo, funcionando só na época balnear.

O Dr. António Augusto de Castro Soares, Presidente da Câmara, oferece os seus honorários, no ano de 1900, de Subdelegado de Saúde «**pois que entende de seu dever prestar à querida Praia de Espinho todo o auxílio, aliviando-a de encargos para que ela tenha sobejos recursos**».

Em 1901 fica resolvido que, não sendo viável a Avenida Espinho-Granja no local onde estava marcada, propõe que, a essa rua, se dê o nome de Avenida do Teatro.

É hoje a Rua 16, indicada na planta de Espinho como Avenida Espinho-Granja.

É delimitado, definitivamente, o terreno para a construção dos Paços do Concelho, Parque, Mercado Diário e Largo da Igreja.

raços do Concelho e Parque João de Deus e o actual *Maradouro Municipal*.

A vontade de Augusto de Oliveira Gomes foi continuada por seu filho, Fernando de Miranda Gomes, com a abertura das ruas 19 e 33, até ao centro de Anta, com largas perspectivas de serem continuadas ainda mais para nascente, com incalculável benefício para o futuro desenvolvimento de Espinho.

O Doutor Augusto Braga de Castro Soares é natural de Espinho, onde nasceu a 7 de Novembro de 1903.

Fernando de Miranda Gomes, também natural de Espinho, nasceu a 12 de Agosto do mesmo ano.

Foi pedido, para Espinho, um Posto Fiscal para verificação de bagagens, evitando demoras, na fronteira, aos naturais de Espanha e frequentadores de Espinho na época balnear, pedido que foi atendido, tendo funcionado muitos anos.

A 19 de Maio de 1901, o Presidente da Junta dá conhecimento de ter adquirido, por aforamento, o terreno para a Igreja, tendo sido apresentada uma planta que, embora aprovada oficialmente pelo Governo Civil, a Junta rejeitou, por não a considerar à altura do



Paços do Concelho.

O industrial Augusto de Oliveira Gomes oferece terreno para rectificação do Parque e abertura de uma Avenida, que ainda hoje tem o seu nome.

Projectava-se Espinho para nascente, vindo o sonho do Doutor António Augusto de Castro Soares a ser realizado por seu filho, o Doutor Augusto Braga de Castro Soares, em 1943, quando Presidente da Câmara de Espinho, ficando-se-lhe, ainda, a dever, além dos

futuro de Espinho nem às exigências do público, tendo sido aberto concurso para nova planta, com um orçamento que não deveria exceder 15 contos de réis, sendo o primeiro prémio de 250 000 réis e o segundo de 100 000 réis.

Foram apresentadas três propostas, assinadas por Augusto Eduardo Arouca e Hermógenes Júlio dos Reis, José Marques da Silva e Arnaldo Redondo Adães Ber-

mudes, que foram rejeitadas por se encontrarem incompletas.

Nesse ano tomou posse do cargo de Administrador do Concelho, José Fernandes Mourão, substituindo Augusto de Oliveira Gomes.

Um anónimo construiu, a expensas suas, cem metros da Rua do Cruzeiro.

O Abade da freguesia protestou contra o facto das sessões eleitorais serem realizadas na Igreja Matriz.

A Câmara oficiou à Companhia Real dos Caminhos de Ferro para que fosse estabelecido um combóio à saída dos teatros do Porto, em vista da frequência do público, tanto de Espinho como de Ovar.

Em 1902 tomou posse da Presidência da Câmara o Doutor Joaquim Pinto Coelho, entrando o industrial Alexandre Pinto Alves Brandão para a vaga deixada por seu irmão Henrique.

O Doutor Pinto Coelho, na sua posse, resume o seu programa no seguinte:

«Administração económica, imparcial, norteada pelos rigorosos princípios da sã justiça em obediência à Lei e à Moralidade, pondo, acima de todas, as questões de higiene e comodidades dos seus administrados e hóspedes de Espinho, povoação que precisa impôr-se como terra hospitaleira, firmando os seus créditos de estância balnear confortável».

A Câmara pede para que lhe seja dada autorização para estabelecer concurso para a iluminação do concelho, a gás iluminante ou electricidade.

Neste ano morreu o Par do Reino Manuel Vaz Preto Gerales, que havia prestado grandes serviços à causa da emancipação de Espinho.

Em virtude de se não haver efectuado, pelas razões apontadas, a classificação das plantas para a Igreja Matriz, o industrial Henrique Pinto Alves Brandão, tendo imenso desejo de ver, quanto antes, realizada uma obra de que Espinho tanto carecia, declarou oferecer, a expensas suas, à Junta de Freguesia, a planta da Igreja, apresentando um projecto assinado pelo Architecto Adães Bermudes, que foi aprovado em definitivo, sendo a empreitada entregue a Joaquim de Oliveira Barbosa, de Ramalde, com obras de cantaria, terraplanagem, rebocos e guarnecimentos, vidraças, pinturas de liso, coberturas e obras metálicas por 17 000 000 réis.

As contas da luz eléctrica, deram, no ano de 1901, um lucro de 359 250 réis, conforme foi publicado, destinando-se, unicamente, às casas particulares, sendo a luz pública a petróleo.

Em 1902, João Baptista de Carvalho pede licença à Câmara para o estabelecimento, dentro do Concelho, de uma linha americana, de tracção eléctrica ou animal, que nunca chegou a ter efectivação.

Em Dezembro, abandona a freguesia, por ter sido colocado em outra paróquia, o Abade Manuel Nunes

de Campos, que teve, da parte de todo o povo e autoridades, uma grande manifestação de apreço e carinho.

Ainda veio muitas vezes a Espinho a acompanhar, à última morada, os seus antigos paroquianos e amigos.

Morreu na freguesia de Arcozeio, concelho de Gaia, onde está sepultado.

A 1 de Janeiro de 1903, passou a paroquiar a freguesia de Espinho o Rev. Joaquim Teixeira da Silva Amaral, natural de Chave, do concelho de Arouca.

Grande foi a obra do Abade Amaral, sobretudo no esforço que lhe deu a consolação de ver completada a obra grandiosa da Igreja Matriz de Espinho, que ele encontrou nos alicerces.

Deu-se inteiramente à sua Igreja, lutando com falta de rendimento e com a incompreensão de alguns, no dia a dia de uma obra que viu nascer, tomar corpo, para honra e glória de Espinho e de satisfação de quantos o ajudaram.

Morreu em Espinho, a 15 de Dezembro de 1956, com noventa e três anos de idade.

A 4 de Janeiro a Junta tinha feito o dispêndio de 412 977 réis nas obras já realizadas, começando a lutar com falta de verba.

Além disso, as deficiências de construção levam a Junta a mandar substituir parte da argamassa e delibera vender terrenos que, em opinião consignada na acta, seriam excelentes para o cultivo da vinha e que hoje se encontram no centro da vila de Espinho.

Para ajudar às despesas feitas, o industrial Alexandre Pinto Alves Brandão, oferece a quantia de 200 000, em virtude de não haver dinheiro para pagar as obras já feitas, no montante de 666 020 réis.

A pedido da Câmara de Espinho, os exames oficiais de quarta classe, da instrução primária, que se realizavam em Oliveira de Azeméis, passaram a ser feitos em Ovar, para os habitantes de Espinho.

Foi dada a concessão da luz eléctrica a Júlio Dornech e Emílio Ruy del Portal, de Espanha, tendo sido feito, por aqueles concessionários, o depósito de garantia de 500 000 réis, passando a concessão, no ano seguinte, à Companhia Geral de Electricidade, com sede em Espinho, de gerência espanhola.

Em 1904 é inaugurado o Jardim da Graciosa, com um coreto e um pequeno lago.

O Administrador do Concelho, José Fernandes Mourão pede a demissão do cargo, sendo substituído, interinamente, por Augusto de Oliveira Gomes.

Por motivo da eleição para a Câmara, passa a ocupar a Presidência Henrique Pinto Alves Brandão, sendo Vice-Presidente José de Oliveira Gomes.

Espinho principia a ter iluminação eléctrica nas ruas, por se encontrar em funcionamento a Fábrica de Electricidade, que funcionou perto do actual Quartel da Guarda Fiscal, passando, mais tarde, para um edifício

da Rua 23, onde hoje estão instalados os Serviços Municipalizados e Polícia.

A Irmandade de Nossa Senhora da Ajuda, em 4 de Fevereiro de 1906, proclama Irmã benemérita a Senhora Condessa da Foz de Arouce, pelos benefícios concedidos para a construção da Capela de Nossa Senhora da Ajuda, que primitivamente foi do Senhor dos Naufragados e que passava a servir de Matriz, em virtude do mar ter desfeito a Igreja.

Por uma Comissão de Melhoramentos acabou de ser construída uma Praça de Touros, de que faziam parte, como maiores accionistas, Henrique Pinto Alves Brandão e Manuel Francisco de Castro.

Era construída de pedra e cal, sendo o estilo árabe predominante no seu exterior e ali toureamos os melhores nomes do toureiro em Portugal, incluindo as três gerações dos Casimiros, frequentadores da Praia de Espinho, tendo aqui nascido a filha de José Casimiro, Miritá, que muito tem honrado o teatro nacional.

Tinha lotação para cinco mil espectadores e foi, mais tarde, destruída pelo tempo.

Em seu lugar, existe hoje a Creche da Fosforeira Portuguesa.

Nesta Praça foram corridos touros de morte.

A 24 de Fevereiro de 1907, o empreiteiro das obras da Igreja pede a rescisão do contrato, continuando as obras por conta da Junta de Freguesia.

Em vista da exiguidade do orçamento, a Junta de Freguesia oficia a Sua Majestade para que, por intermédio do Ministério das Obras Públicas, se digne subsidiar a construção do Altar-Mor da Igreja Matriz, tendo pedido, à Irmandade de Nossa Senhora da Ajuda a cedência de um dos sinos da antiga Igreja para o serviço da nova Paroquial, chamando a si a Comissão Fabriqueira da Paróquia de Espinho, que, até aí, era exercida pela referida Irmandade.

Em Dezembro de 1907 a Junta agradece ao Governo de Sua Majestade o subsídio de 800 000 réis e bem assim ao Conselheiro Correia Leal, Juiz do Supremo Tribunal de Justiça, pela valiosa interferência para que tal subsídio fosse concedido.

A obra do altar-mor, no respeitante a marcenaria foi adjudicada a Alberto de Sousa Reis, de Argoncilhe, pela importância de 675 000 réis, que mais tarde havia de fundar em Espinho, uma fábrica de móveis que tem o seu nome.

A Junta resolveu ceder terrenos à Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses, para instalação de uma nova linha, a 500 réis cada metro.

Em Fevereiro de 1907, em sessão da Câmara, o seu Presidente sugere que se vá pensando na construção do edifício para os Paços do Concelho, no seu local definitivo, em vista do mar ter destruído o primitivo

e, segundo declarou, não tinham, para tal, recursos a Municipalidade.

Solicita-se ao Governo a construção da Avenida de Espinho à Granja.

Em 19 de Setembro de 1907 houve, na praça de touros, recentemente construída, um espectáculo de baillados e descantes populares, a que hoje chamariam foiciorre, com preços que variavam, sendo o mais barato, ao sol, a 60 réis.

A 8 de Novembro de 1908 visitou Espinho, Sua Majestade El Rei D. Manuel II, que veio inaugurar o troço da linha do Vale do Vouga, de Espinho a Oliveira de Azeméis, visitando a Fábrica Brandão Gomes.

A linha foi aberta à exploração em 21 de Dezembro desse mesmo ano.

Tempos depois de cair a Igreja, a Irmandade de Nossa Senhora da Ajuda transferiu-se para a nova Capela, quase em frente à Rua do Cruzeiro, mas o mar, em 1909, parecia também não a querer poupar, começando a destruí-la, razão porque a Irmandade pensou em fazer pequenas obras de reconstrução.

No entanto, a Câmara pensou em expropriá-la, para urbanizar o local, declarando que pagaria todos os prejuízos, ao que a Irmandade se opôs tenazmente, ao ponto de declarar que **«A Mesa Administrativa desta Irmandade, desde que tomou posse dos seus cargos, envidou todos os esforços e continuará com toda a sua actividade, a fim de conseguir manter inalteráveis os seus direitos, adquiridos por força dos Estatutos e da Lei, custe o que custar e doa a quem doer».**

Embora aberta ao culto, esta Capela teve, por despacho de 10 de Junho de 1910, autorização para a sua bênção.

Nesse ano, o mar resolveu a questão entre a Irmandade e a Câmara, avançando até à Rua do Cruzeiro nesse local, tendo-se a Irmandade instalado na Capela de Santa Maria Maior, a 11 de Fevereiro de 1911.

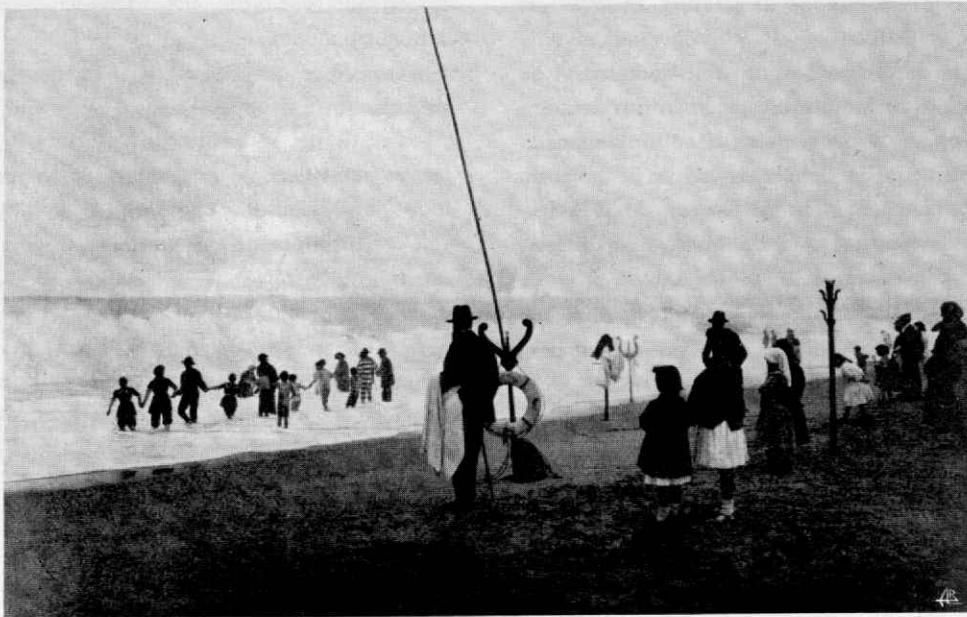
O Capelão da Irmandade pediu um aumento de 10 000 réis por ano, em 1908.

Pelo motivo da crescente invasão do mar, o quarteirão do Hotel Beira Alta foi posto à venda por 800 000, não tendo compradores, em virtude do receio do avanço das águas.

A 20 de Dezembro de 1909, foi posto a concurso o lugar de Capelão da Irmandade de Nossa Senhora da Ajuda, sendo nomeado, por proposta mais vantajosa, o Rev. Padre Joaquim Baptista de Aguiar, que mais tarde teve, em Espinho, um Colégio para rapazes e foi Capelão do Corpo Expedicionário em França, onde muito acarinhou alguns espinhenses.

A proposta era de 120 000 réis por ano, com as obrigações dos anteriores.

Por deliberação da Câmara, que desde 1908 era da Presidência do Dr. António Augusto de Castro Soares,



A PRAIA DE BANHOS EM 1910

Em outros tempos, o banho de mar era considerado como sendo a terapêutica para certos males, no número dos quais estava, em grande plano, a escrofulose.

Era tomado logo de manhã, recolhendo as pessoas a casa, evitando o sol, que nesse tempo, crestava e dava ar bronzado às donzelas, que o evitavam com as suas sombrinhas.

Às mais tímidas, o banho era dado pelos banheiros, que as levavam ao colo, atirando-as à primeira onda que viesse mais mansa.

Era chamado o banho de choque, que ainda foi usado muitos anos.

Entre as barracas de madeira, havia um grande tolde de pano, onde as pessoas se abrigavam do sol e davam largas às suas conversas.

Mais tarde apareceram as barracas de pano, alindando a praia e acabando com a monotonia das de madeira e com a falta de higiene que elas provocavam.

foi resolvido, por proposta do Vereador Narciso André de Lima, fazer uma pequena ponte sobre o Rio Largo, de maneira a dar passagem para norte, aos habitantes do lugar do mesmo nome.

Em Fevereiro de 1909, a Câmara agradeceu ao Visconde de Assentiz a sua valiosa interferência na construção da linha do Vale do Vouga.

Estabeleceu-se a taxa do serviço dos bombeiros, feitos em cinematógrafos, teatros e touradas.

A 7 de Janeiro de 1910, o naufrágio dum barco das companhas roubou a vida a 7 pescadores, tendo a Câmara recebido telegramas da Rainha Senhora D. Amélia, de El Rei D. Manuel II, e do Governo Civil e donativos do serviço de Socorros a Náufragos, incluindo prémios aos tripulantes de outro barco que, com perigo e abnegadamente, salvaram muitas vidas.

A Câmara insiste com a Companhia Geral de Electricidade para uma melhor iluminação pública de Espinho que, em 1907, era feita com 160 lâmpadas de 16 velas e doze postes com globos de iluminação por arcos voltaicos de oito amperes, e que funcionavam de 15 de Julho a 15 de Novembro de cada ano.

A Companhia Geral de Electricidade passou a fornecer energia durante toda a noite, em vez de a suspender às duas horas da manhã. A Câmara deu um

subsídio, pelo prejuízo que essa decisão trouxe, pois a luz era paga por avença, conforme o número de lâmpadas e não por contador.

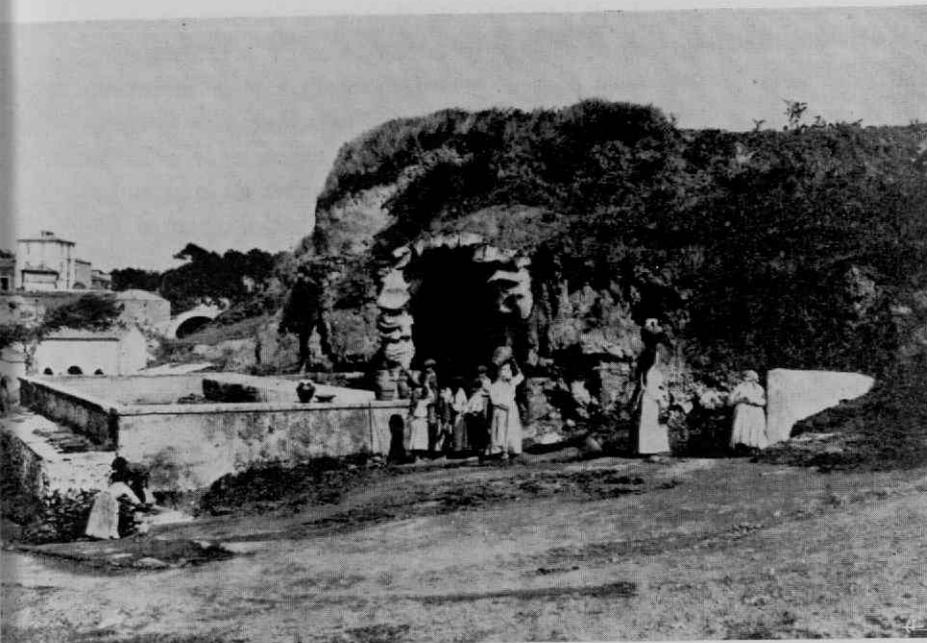
A C. P. informou que, conforme o pedido da Câmara, resolvera atrelar carruagens aos combóios procedentes de Badajoz e destinados a Espinho, por motivo da afluência de veraneantes espanhóis.

A 11 de Setembro de 1910 reuniu, pela última vez, a Junta de Freguesia de Espinho com a Presidência do Abade da freguesia, Rev. Joaquim Teixeira da Silva Amaral.

A 10 de Outubro de 1910, o Dr. Joaquim Pinto Coelho, como representante do Governo Provisório da República, empossa a Comissão Administrativa da Câmara Municipal, de que também fazia parte, com os vogais Alfredo Berredo, Francisco de Resende, António Cruz e Francisco Alves Vieira, ficando o Dr. Pinto Coelho como Presidente.

Passado pouco tempo, o Dr. Pinto Coelho, por impossibilidade prevista no Código Administrativo, deixou essas funções para exercer as de Administrador do Concelho.

Passou a assinar as actas, como Presidente, o antigo Vogal Alfredo Berredo.



A FONTE DO MOCHO

Era situada ao norte de Espinho, perto do local onde hoje se ergue o Pavilhão da Associação Académica de Espinho e foi sacrificada à urbanização, pela necessidade de se continuar a Rua 20 e abrir perspectivas para o norte.

Tinha uma água muito pura, que servia para o chá e preparar bebidas mais requintadas.

Era um passeio muito agradável e dizia-se que, quem uma vez bebesse a água da Fonte do Mocho, nunca mais saía de Espinho.

Tinha largas tradições entre os naturais de Espinho e os seus veraneantes, não só pela frescura da sua água como pelo interesse do local.

Tinha ao lado um grande tanque, onde muita gente ia lavar a roupa, que as lavadeiras anunciavam como mais bem lavada, se o fosse pela água do Mocho.

Hoje, nada existe, a não ser a recordação dos tempos antigos, em que a Fonte do Mocho era um verdadeiro monumento de Espinho, querida pelos seus naturais e admirada pelos visitantes.

A 11 de Outubro de 1910, o Dr. Joaquim Pinto Coelho, como Administrador do Concelho de Espinho e Delegado do Governo Provisório da República e do Governador Civil de Aveiro, dava posse à Comissão Administrativa da Junta de Freguesia, que era composta por Manuel Casal Ribeiro, como Presidente; Manuel Gomes Ferreirinha, como Vive-Presidente; Joaquim Luís Rodrigues, 1.º secretário; António Pinto Loureiro, como Tesoureiro e Pompeu Duarte de Araújo, como Vogal.

Compareceu também o antigo Presidente da Junta, o Rev. Abade da Freguesia, Padre Joaquim Teixeira da Silva Amaral.

Diz a respectiva acta que «o cidadão Joaquim Teixeira da Silva Amaral declara que da melhor vontade prestará os seus serviços à Comissão Paroquial, sempre que deles careça e que, dentro do regime republicano fará tudo quanto possa para a prosperidade da Pátria e da sua Paróquia».

Bem cumpriu, através dos anos, a sua promessa de bem servir Espinho com a dignidade de um bom sacerdote e um acrisolado amor à terra, que lhe ficou a dever a conclusão da sua Igreja Paroquial, o que só se tornou possível com o seu trabalho e sacrifício, aliados à boa compreensão e generosidade dos habitantes.

Neste ano foi criado o primeiro hospital em Espinho, com esmolas e ofertas de artigos dos habitantes.

Uma Comissão foi a Lisboa pedir a criação de uma Comarca, com sede em Espinho.

A Junta de Freguesia resolveu ceder a Capela de Santa Maria Maior à Irmandade de Nossa Senhora da Ajuda, visto que, ao contrário do que se supunha, aquela era propriedade paroquial e não particular.



CAPELA DE S. PEDRO

Construída por iniciativa de alguns Espinhenses e com donativos de residentes em Espinho e Matosinhos, foi acabada no ano de 1941, tendo sido inaugurada em Novembro e benziada no mesmo mês pelo Rev. Abade da Freguesia Padre Joaquim Teixeira da Silva Amaral.

É situada ao sul de Espinho, perto das instalações da antiga fábrica Brandão Gomes, servindo toda a povoação dos pescadores.

Mercados

O antigo Mercado de Espinho, situado da parte de Baixo da Rua do Cruzeiro, teve o seu desaparecimento com as invasões do mar. Depois foi transferido, por volta de 1910, para o recinto da Capela de Santa Maria Maior, tendo passado ao actual, que foi construído em 1914.

Tem grande movimento diário, ali se encontrando os talhos e peixarias, além da venda de verduras e legumes.



O mercado, que em outros tempos se realizava nos dias 1 e 15 de cada mês passou, com o aumento da população, a ser semanal, sendo hoje um dos maiores, se não o maior mercado semanal do País.

É provido de tudo, desde as roupas feitas até à verdura, tendo um movimento que dá a Espinho, às segundas-feiras, a aparência de um dia de festa.

É situado no Terreiro de D. Afonso Henriques, na Rua 19, perto do edifício da Câmara Municipal, estendendo-se para sul nos terrenos que estavam destinados

ao desvio da linha da Companhia Portuguesa, onde já tem alguns quarteirões devidamente preparados.

Além do seu aspecto comercial também representa um grande cartaz de turismo, pela variedade dos produtos expostos à venda, nele se conservando o antigo costume da venda directa do produtor ao consumidor.

Representa ainda uma grande receita para a Câmara e é um auxiliar do próprio comércio local, pela afluência de compradores que, nesse dia, aproveitam para vir a Espinho, principalmente das aldeias circunvizinhas.

Tem várias carreiras de camionetas exclusivas da segunda-feira, servindo as aldeias a alguns quilómetros de distância.

O recinto, belamente arborizado, é muito agradável de verão, com uma folhagem bastante densa e protectora.

O seu arranjo tem merecido o maior cuidado de todas as Vereações, com um piso agradável e limpo e com um permanente cuidado na distribuição dos lugares de venda, em atenção aos produtos oferecidos.

Os Bispos de Aveiro e o culto de Santa Joana

Pelo Padre João Gonçalves Gaspar

Quem se desloca a Aveiro para nos visitar não pode deixar de incluir no seu programa de viagem ou de excursão uma ida ao Museu de Aveiro, rico no recheio de arte barroca e em diversos pormenores de arquitectura; mas, se o turista ao desejo de conhecer alia um amor a quem tentou aproximar-se mais de Deus, então recolher-se-á por momentos junto dum precioso túmulo que, há séculos colocado no velho coro de baixo da igreja de Jesus, guarda os restos mortais duma Princesa de Portugal.

Dentro daquelas vetustas paredes, testemunhas de muita vida de sacrifício, de oração e de amor, o visitante rememora um pouco de história de Aveiro. Mas não só: o grande edifício cenobítico lembra e faz viver com emoção o exemplo de santidade de D. Joana, a filha do Rei Africano.

Não é, pois, rotineiramente que passamos junto do convento dominicano, sempre que subimos ao burgo que outrora foi muralhado. Afinal, reis da Pátria e bispos da Igreja, fidalgos da corte e nobres da cidade, membros do clero e pessoas do povo aí foram também muitas vezes para implorar a ajuda da Princesa, agradecerem o seu valimento, venerarem a sua virtude, admirarem e adaptarem para as suas a vida dela.

Assim, procuraremos hoje trazer ao leitor amigo a mensagem da nossa meditação de horas furtivas sob o tema que encima estas linhas — **Os Bispos de Aveiro e o culto de Santa Joana**. Também aqui, desta forma simples, ficará registado um capítulo da nossa história.

1. — Santa Joana no Mosteiro de Jesus

O mosteiro de Jesus de Aveiro teve por fundadora D. Brites Leitão ou D. Brites Leitoa que, sendo de nobre linhagem, se criou em casa do Infante D. Pedro e casou com Diogo de Ataíde, cavaleiro fidalgo da mesma casa e guarda-mor de D. Isabel, esposa do filho de

D. João I. Falecida esta, os cônjuges vieram para Ouca (Vagos), onde possuíam uma rica e vasta quinta.

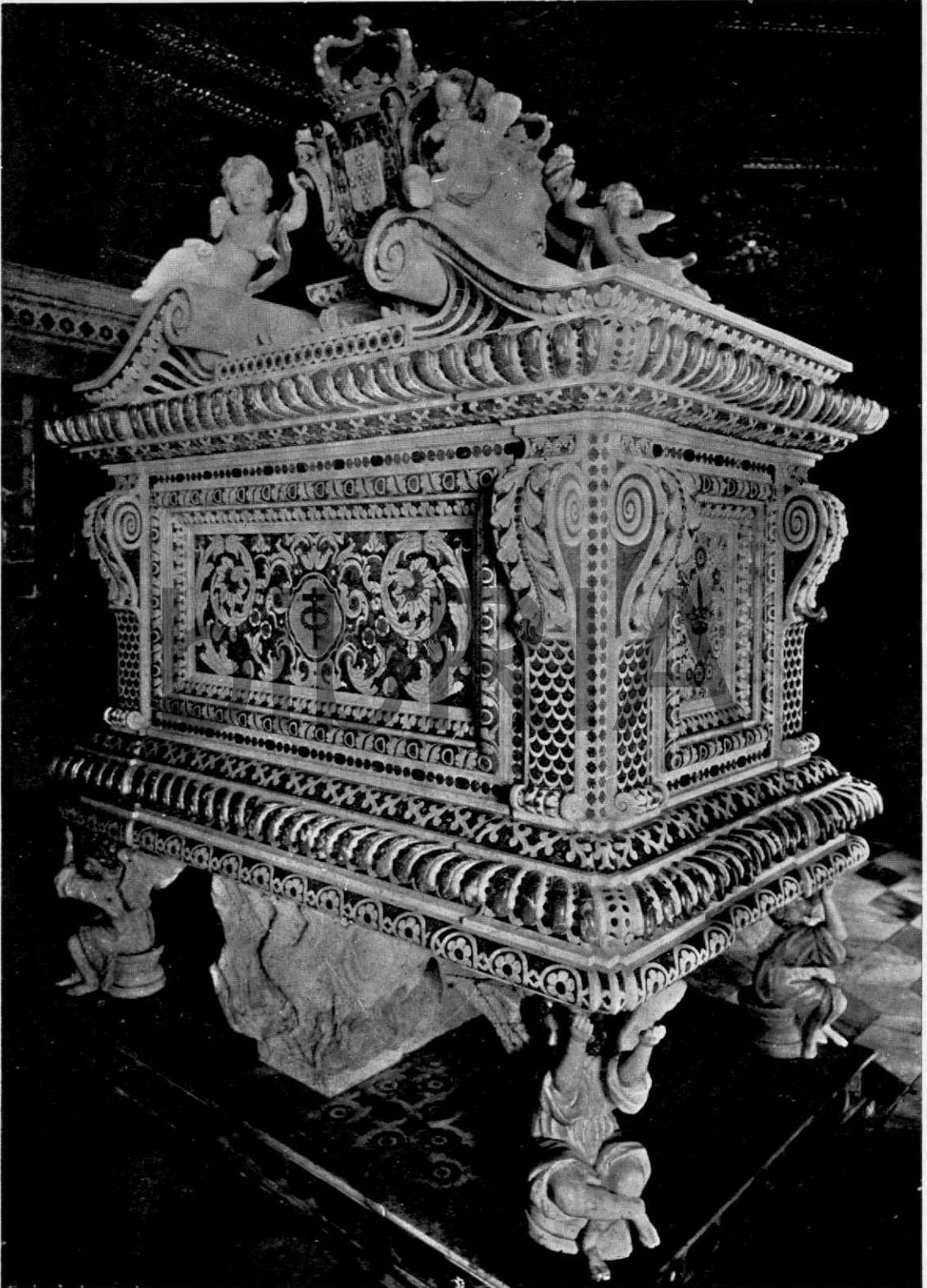
Entretanto, sobreveio uma peste. Apesar de terem retirado para Leiria, Diogo de Ataíde faleceu em 1453; um dos dois filhos também sucumbiu ao flagelo — o primeiro morrera aos oito meses de idade; D. Brites, viúva de 27 anos, regressou a Ouca, na companhia das duas filhas. Resolveu depois dar-se à vida religiosa e, de acordo com o prior do convento dominicano da Misericórdia, mandou construir uma pequena edificação no sítio onde mais tarde se ergueu o mosteiro de Jesus; entrava para lá a 24 de Novembro de 1458, com as filhas.

Em 1460, bateu à porta D. Mícia ou Mécia Pereira, senhora fidalga, que enviudara havia dois anos. A sua presença no incipiente recolhimento foi útil e decisiva; trouxe bens que se empregaram na compra de terrenos, com que se alargaram os iniciais, e na construção do edifício.

Pela bula **Pia Deo et Ecclesiae desideria**, de 16 de Maio de 1461, o Papa Pio II autorizava a fundação conventual.⁽¹⁾ D. Brites e D. Mícia propuseram-se fazer a igreja e aumentar a habitação, em forma de mosteiro; a primeira pedra foi lançada por D. Afonso V e benzida, a 15 de Janeiro de 1462, pelo bispo de Coimbra, D. João Galvão. D. Brites deslocava-se para Ouca com o fim de dirigir o fabrico dos tijolos e das telhas e D. Mícia ficava em Aveiro a vigiar as obras. Esta última senhora, esgotada pelo trabalho, morreria a 3 de Outubro de 1464.

A primeira tomada de hábito foi a 25 de Dezembro de 1464 e, a 1 de Janeiro seguinte, realizava-se a cerimónia da clausura. Um ano depois professava D. Brites e mais duas religiosas; as restantes aguardaram o domingo após a Epifania, 12 de Janeiro, data em que, mais uma vez, esteve presente D. Afonso V.

A fundadora finou-se a 3 de Agosto de 1480. O mosteiro, cujo edifício sofreu através dos tempos



Túmulo de Santa Joana Princesa, em Aveiro.

diversas ampliações e modificações, desde o início beneficiou material e moralmente com a estadia de Santa Joana, filha daquele monarca e de sua mulher, a rainha D. Isabel. Foi esse um facto extraordinário e de grande alcance na existência do cenóbio e do burgo, que ficou a marcar na história de ambos. O Príncipe Perfeito, que contrariaria a vocação da irmã, dar-lhe-ia finalmente as próprias rendas da vila de Aveiro.⁽²⁾

Santa Joana nasceu em Lisboa, no Paço de Alcáçova, a 6 de Fevereiro de 1452. Seu irmão mais velho morrera com meses de idade e, por isso, no meio do maior entusiasmo, foi jurada em cortes por Princesa herdeira do Reino, título que pela primeira vez se dava em Portugal; embora o tivesse perdido, passados dois anos, pelo nascimento do novo irmão, o futuro D. João II, nem por isso o povo e os cronistas deixaram de a tratar por Princesa. Órfã de mãe aos quatro anos, procurou sempre praticar a mais edificante virtude, apesar do fausto e do ambiente da corte; e assim foi crescendo.

Aos 19 anos, com a autorização de seu pai que voltava vitorioso de África, recolheu-se ao mosteiro de Odivelas. Desejando, porém, uma vida de mais austera penitência, mal decorridos sete meses, mudou para o pobre convento dominicano de Jesus, em Aveiro; a 25 de Janeiro de 1475, com o hábito da Ordem dos Pregadores, iniciaria o noviciado.

Conhecido este propósito, moveram-lhe grande oposição o pai, o irmão, os fidalgos, os procuradores de cidades e vilas, que viam na sua atitude um perigo para a sucessão do trono, visto o rei ter apenas aqueles dois filhos. Mas nada demoveu a Princesa que, apesar de não ter sido autorizada a fazer os votos perpétuos, ficou no convento, onde seria «freira sem profissão».⁽³⁾

Senhora de grande beleza, de firme carácter e de excelsa virtude,⁽⁴⁾ vários príncipes a quiseram para esposa, ao que ela sempre resistiu. Finalmente, depois duma vida de perfeição, de humildade e de fervor espiritual, falecia no mosteiro de Jesus, a 12 de Maio de 1940, apenas com 38 anos de idade.⁽⁵⁾

Logo após a sua morte, o povo de Aveiro, antecipando-se ao julgamento da Igreja, começou a denominá-la por santa e a venerá-la. D. Pedro II alcançaria mais tarde do Papa Inocência XI o breve de 4 de Abril de 1693, no qual se confirmava o culto, sendo concedida à Princesa a designação de **beata** e o ofício e a missa próprios, para todo o País e para a Ordem Dominicana.

O mesmo rei ordenou a renovação e o aformoseamento do coro de baixo, onde Santa Joana havia sido sepultada, e mandou substituir a urna, que continha os seus restos mortais desde 1577, pelo valioso túmulo actual. Precioso trabalho de mosaico de mármore policromos, formando desenhos geométricos e emblemas

sagrados nas faces, a sua traça é do architecto real João Antunes.⁽⁶⁾

O processo da canonização de Santa Joana, iniciado em Maio de 1746, nunca foi concluído, por desinteresse dos requerentes.⁽⁷⁾

Durou quatro séculos a vida conventual de Jesus, fortemente alentada pelo nome e pela santidade da Princesa; a 2 de Março de 1874 faleceria a última religiosa e, com o desenlace, fechar-se-ia o velho ciclo cenobítico.⁽⁸⁾



PRINCESA SANTA JOANA

(Retrato do quadro em traje de corte da segunda metade do século XV, que existe no Museu de Aveiro).

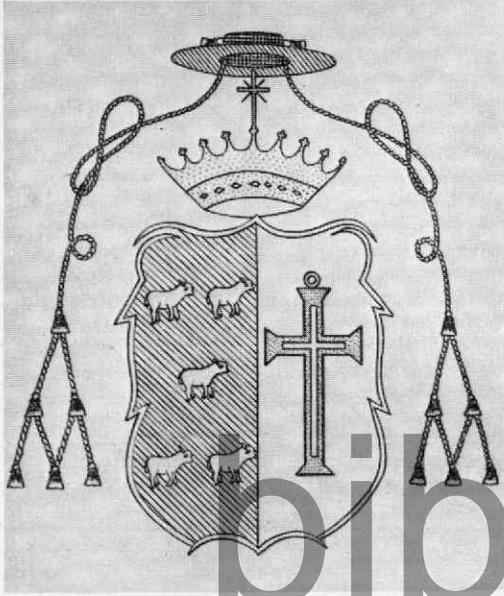
2. — Santa Joana, Protectora de Aveiro

Encontramo-nos em 1773. D. José I, em carta régia de 28 de Setembro, solicitava a Clemente XIV a criação da Diocese de Aveiro. O papa, após minucioso inquérito, deferiu o pedido do rei em breve de 12 de Abril do ano seguinte. Estava erigida uma catedral entre nós.⁽⁹⁾

A instauração da nova Diocese, na mente de D. José I e do Marquês de Pombal, obedecia a um plano de valorização local — tanto mais que Aveiro era também já um centro de piedade à volta das cinzas da Princesa Santa Joana. Com efeito, a vila fora elevada a cidade em 1759 e, no ano posterior, a sede da

provedoria ou corregedoria era transferida de Esgueira para Aveiro; o Governo mostrava ainda efectivo interesse pela melhoria da barra e pela instalação de indústrias de vidro e de seda. (10)

Desde 1801 até 1813, esteve à frente da Diocese o bispo D. António José Cordeiro, figura que aliava à erudição, à energia, à firmeza de carácter e ao zelo apostólico, uma virtude invulgar e uma extraordinária piedade; mostrou-se ainda um insigne aveirense e um valoroso patriota na reacção e na luta contra as incursões napoleónicas. (11)



—Brazão de D. António José Cordeiro
Bispo de Aveiro

Já antes das invasões francesas, o Prelado se havia interessado pelo culto de Santa Joana. Efectivamente, a 29 de Abril de 1807, publicara o seguinte documento:

«Desejando Nós concorrer quanto de Nós depende para o culto e veneração da augusta Princesa de Portugal, a Bem-aventurada Santa Joana, cujas sagradas reliquias se conservam no real mosteiro de Jesus, desta cidade, e promover a solenidade da sua festividade, reconhecendo os muitos benefícios de que os Nossos diocesanos são devedores à mesma Santa Princesa;

Havemos por bem ordenar que os revs. párcos e eclesiásticos assistentes nesta cidade vão com cota ou sobrepeliz e barrete à solene procissão que se faz em cada um ano no dia da festa da mesma Santa Princesa, para o que se ajuntarão na catedral pelas três horas e meia da tarde, e daí sairão processionalmente debaixo da cruz da mesma catedral em direitura à igreja do dito real mosteiro para se incorporar em na referida solene procissão». (12)

Por seu turno, as dominicanas, «em fins de 1806 ou princípios de 1807, dirigiram ao Príncipe Regente, depois D. João VI, uma súplica, manifestando-lhe os desejos de que a festividade da Princesa Santa Joana, que elas anualmente mandavam celebrar, fosse feita com toda a pompa e luzimento». (13) O Príncipe, depois de ter a concordância do provedor da Comarca, da Câmara de Aveiro e do procurador da Coroa, e depois de o desembargador do Paço ter dado, a 27 de Janeiro de 1807, o seu despacho favorável, determinou, por provisão passada a 12 de Fevereiro seguinte, logo registada na Chancelaria a 17 do mesmo mês:

«... Hei por bem que a procissão que no dia da festividade da Princesa Santa Joana se costuma fazer na dita cidade [de Aveiro] seja considerada como real e que a ela assista e a acompanhe o senado da Câmara da mesma cidade, que nomeará as pessoas que deverão levar o pálio e insígnias principais, e determinará o giro regular e decente da mesma procissão assim como costuma praticar nas procissões reais, assistindo também com as suas insígnias à Missa da festa do referido dia na dita igreja [do mosteiro de Jesus] no lugar que lhe competir com decência e decoro segundo as minhas reais ordens». (14)

A Câmara Municipal de Aveiro começou, deste modo, a tomar à sua conta, entre as festividades que mandava celebrar com luzimento, também a de Santa Joana; e de tal forma a devoção à Princesa se avolumou, que o culto de Santa Ana, há séculos Padroeira de Aveiro, passou a segundo plano — para finalmente entrar no olvido. Os próprios missais romanos, no apêndice para Portugal, que nos anos de setecentos incluíam no calendário de Aveiro os textos litúrgicos para a Mãe da Virgem Maria, omitiram-nos nas edições do século XIX. (15)

Iniciara-se, contudo, o período difícil das lutas contra os franceses invasores. Formara-se mesmo em Aveiro uma **Junta Provisional**, à semelhança da que fora instituída no Porto e dela dependente, que era reconhecida pelas autoridades civis, militares e eclesiásticas;urgia defender a Nação. (16) Levado pela sua formação religiosa, D. António José Cordeiro rogava instantemente aos diocesanos que pedissem a ajuda divina, com a invocação de Santa Joana. A 5 de Agosto de 1808, durante a primeira invasão e já escolhido como presidente da **Junta Provisional** de Aveiro, escrevia em circular:

«Devendo Nós reconhecer que as calamidades que temos sofrido são um efeito da vingança de Deus Nosso Senhor pelos pecados com que temos ofendido e provocado a sua ira, é preciso, amados irmãos e filhos caríssimos, por meio de penitên-

cias e de um perfeito arrependimento das nossas culpas aplacar a ira do Senhor e desarmarmos o braço da sua divina justiça, para que pela sua misericórdia ponha termo ao castigo, de que Napoleão e as suas tropas têm sido o instrumento, e proteja e auxilie as portuguesas e as dos nossos fiéis aliados para serem inteiramente desbaratadas as do inimigo e se concluir em todo o Reino a restauração da Monarquia Portuguesa; e é também preciso ao mesmo tempo desagrar os horríveis e sacrílegos desacatos que aquelas tropas francesas sem Fé nem Religião têm feito tão repetidas vezes ao Santíssimo e Adorável Sacramento do Altar, não só profanando os vasos sagrados mas também lançando por terra ímpia e sacrilegamente as sagradas partículas. Pelo que temos resolvido fazer, na tarde do dia 7 deste mês, uma procissão de penitência que sairá da Nossa catedral, sendo levada nela a devotíssima imagem do Senhor **Ecce Homo**, que se encaminhará à igreja do real mosteiro de Jesus, aonde se venera o corpo da Bem-aventurada Princesa Santa Joana, a quem já em princípio da nossa consternação havíamos tomado por medianeira para com o Pai de Misericórdias, e outrossim, no dia 15 deste mês, expor o Santíssimo Sacramento por todo o dia à adoração dos fiéis e na tarde do mesmo dia fazer procissão de desagravo, da mesma forma que se faz a do Corpo de Cristo».

Os párcos e clérigos seculares e regulares da cidade deveriam concorrer à Sé com os fiéis e fazer penitência, jejuns, esmolos, mortificações e orações; os pastores de almas nas suas freguesias fariam uma ou outra procissão num dos dias de preceito, logo que recebessem esta ordem, «que não demorarão na sua mão mais de duas horas».⁽¹⁷⁾

Todo o Reino estava levantado. O inimigo era vencido na Roliça (17 de Agosto) e no Vimeiro (21 de Agosto) pelas tropas anglo-lusas; depois da Convenção de Sintra, realizada a 30, os franceses retiraram-se em navios ingleses, com armas, bagagens e riquezas roubadas. Acabara a primeira invasão.⁽¹⁸⁾

A 24 de Agosto, já D. António, em extensa circular, celebrava alegremente o facto. Tendo cessado o flagelo, convidava todos os fiéis a darem graças a Deus. Informava que, também por esse motivo, resolvera celebrar Pontifical na Sé no dia 8 de Setembro, com sermão, exposição do Santíssimo Sacramento, procissão eucarística até à igreja de Jesus, «aonde se venera o corpo da Bem-aventurada Princesa de Portugal Santa Joana, cuja intercessão para com o Pai das Misericórdias e o Deus de toda a consolação havíamos implorado», cantando-se aí um solene **te-deum**, e regresso em nova pro-

cissão para a sé; todo o clero, residente até à distância de uma légua, viria tomar parte nestes actos religiosos. Com as «devidas demonstrações de alegria» os párcos, «na primeira domingo ou dia festivo com o seu respectivo clero e povo, ou ao menos uma pessoa de cada casa», cantaríam o **te-deum** com as preces do Ritual, nas igrejas das freguesias.⁽¹⁹⁾

Entretanto, restabeleceram-se a regência do Reino e o País organizava-se para resistir a qualquer novo ataque do inimigo.⁽²⁰⁾ A 24 de Janeiro de 1809, o bispo escrevia nova pastoral. Rogava a todos que impetrassem de Deus o seu valimento; pedia também, afora outras orações e penitências, que se implorasse, «com uma particular confiança e devoção, o patrocínio e intercessão da Santíssima Virgem Mãe de Deus, Protectora do Reino, e da Augusta Princesa de Portugal, Santa Joana».⁽²¹⁾

Inesperadamente, porém, dá-se a segunda invasão napoleónica nos princípios de 1809. Entrando por Chaves, os franceses chegaram ao Porto, que logo capitulou; estava-se nos fins de Março. Em Aveiro, aos primeiros rumores de guerra, o povo armou-se, assumindo a orientação o prelado, que mandou executar o plano de defesa do ano transacto. A tal ponto os aveirenses não foram dos menos aguerridos que o inimigo não transpôs o rio Vouga para o sul; somando-se à divisão do coronel inglês Trant no início de Abril, aguentaram a defesa e depois, a 10 de Maio, atravessavam para o norte. O invasor, surpreendido em Albergaria-a-Nova, nada mais teve a fazer do que retirar, presentindo-se já na derrota.⁽²²⁾ A 19 do referido mês de Maio, o segundo bispo de Aveiro mandava que se cantasse um **te-deum** de acção de graças em todas as igrejas paroquiais.⁽²³⁾

Mas, em Junho de 1810, surgia de novo o espectro da luta armada. Felizmente, marchando Massena para o sul vindo de Cidade Rodrigo e depois da derrota do Buçaco, Aveiro pôde respirar. Os seus habitantes, que se tinham refugiado nas areias de São Jacinto e da Gafanha e nas ilhas da ria, começaram a regressar e a retomar a vida normal.⁽²⁴⁾ A 18 de Abril de 1811, o prelado anunciaria a derrota definitiva dos franceses, possuído de intensa satisfação; por isso, mais uma vez prescrevia o canto do **te-deum** em todas as igrejas; anunciava que, na catedral, haveria a mesma cerimónia a 21 e, noutro dia a designar, celebraria Pontifical pela manhã e presidiria à tarde, após um sermão, a uma procissão eucarística até à «igreja do real mosteiro de Jesus aonde se venera o corpo da Santa Princesa, cuja intercessão havíamos implorado, e ali cantaremos outra vez o **te-deum**». Desde já D. António José Cordeiro convidava para essas solenidades todo o clero com domicílio dentro da área de uma légua e mandava que se fizessem actos de desagravo pelos «horrorosos

e sacrílegos desacatos» contra o Santíssimo Sacramento, as imagens e os templos, «além de outros muitos criminosos excessos» que cometeram os «bárbaros inimigos sem religião, sem fé e sem moralidade». ⁽²⁵⁾

Entretanto, ficava em Portugal, no rescaldo das invasões francesas, um certo descontentamento social e político. Em Aveiro, foi preponderante e decisiva a acção da loja maçónica dos Santos Mártires.

O movimento revolucionário foi alastrando por todo o País; o regime liberal eclodiria em 1820. Promulgadas pelas novas Cortes as Bases da Constituição em Março de 1821, logo se procedeu ao seu juramento em toda a Nação. A cerimónia realizou-se em Aveiro no dia 29, presentes a Câmara Municipal, o prelado e as demais autoridades civis, militares e eclesiásticas. A 10 de Abril, foi o juramento das forças de linha, com parada em Santo António; a seguir, todos se dirigiram para o convento de Jesus, onde o vigário geral, Dr. Manuel Rodrigues de Araújo Taborda, presidiu à Missa Solene e ao *te-deum*. Também nesta ocasião não foi esquecida Santa Joana, junto de cujo túmulo se realizou a cerimónia religiosa.

Apesar de tão grandes festas pelo nascimento do liberalismo em Portugal, mesmo com a participação da autoridade diocesana, não deviam ser pequenas as apreensões do mosteiro de Jesus em face dos factos políticos que desde logo se viram ser de tendência anticlerical. O futuro dar-lhe-ia razão. ⁽²⁶⁾

3. — No declínio e na extinção do mosteiro de Jesus

Um decreto de 5 de Agosto de 1833, assinado por D. Pedro IV, que obedecia aos princípios do liberalismo,

licenciava todos os noviços dos conventos e proibia a admissão de novos; nos anos seguintes, ficariam sob a sua alçada os mosteiros femininos. O País assistiria, então, durante dezenas de anos, à morte lenta da vida claustral: o mosteiro fechava-se, ao desaparecer a última professa, e os bens com o imóvel eram incorporados na Fazenda Nacional. Quanto aos conventos masculinos, a lei tornar-se-ia mais radical: seriam puramente extintos, em 1834, pelo célebre decreto de 28-30 de Maio, e os frades, expoliados do que era seu, deixariam violentamente as casas. ⁽²⁷⁾

Embora os recursos das dominicanas se tivessem ressentido depois da extinção das Ordens Religiosas e conseqüente desamortização dos seus bens, a festa de Santa Joana continuava a ser a principal do mosteiro, entre as diversas que aí se realizavam; as irmãs não podiam, todavia, dar à solenidade a imponência do passado. Por tal razão, a Câmara Municipal não só continuaria a estar presente mas também tomava a seu cargo, a partir de 1844, as despesas da procissão, além do que lhe era devido pela provisão real de 1807. Uns anos com mais brilho e outros com menos, a festividade foi-se fazendo durante a progressiva decadência tanto do mosteiro de Jesus como da diocese de Aveiro.

Não se pode, contudo, deixar de registar o facto de as festas de Santa Joana, celebradas em Maio de 1863, terem a presidência de D. Joaquim Moreira dos Reis, bispo resignatário de Angola, convidado para o efeito; houve Pontifical, pregando o Cônego Dr. José Joaquim de Carvalho e Góis, que seria vigário geral de Aveiro em 1868-1869. Estava à frente do bispado o Dr. José António Pereira Bilhano, por incumbência do arcebispo de Braga.



MOSTEIRO DE JESUS — (Hoje Museu de Aveiro).

A presença de um prelado, como era um facto insólito desde há dezenas de anos, atraíu muita gente a Aveiro; na procissão encorpavam-se os párocos da cidade e dos arredores, as autoridades civis e militares, as irmandades locais e a tropa aqui aquartelada. (28)

A agonia do convento de Jesus de Aveiro prolongou-se por quarenta anos., tudo se consumando a 2 de Março de 1874. Estavam à frente do governo do Bispado, como vigário geral efectivo o Dr. Manuel Augusto de Sousa Pires de Lima, quase sempre ausente por causa dos afazeres no parlamento, e, como vigário geral substituto, o Dr. Manuel Baptista da Cunha, mais tarde arcebispo de Mitilene e depois arcebispo de Braga. Era administrador apostólico da Diocese de Aveiro, nessa altura, D. José Joaquim de Azevedo e Moura, arcebispo de Braga, que nomeara aqueles vigários gerais. (29)

Já a 9 de Fevereiro daquele ano, o delegado do Tesouro Público no Distrito de Aveiro, António Leite de Sousa Reis, avisava a Direcção-Geral dos Próprios Nacionais de que a última professa do convento, D. Maria Henriqueta dos Anjos Barbosa Osório, se encontrava em perigo de vida; em face disso, perguntava qual o destino a dar às recolhidas que com ela viviam, se o desenlace surgisse. A 13 de Fevereiro, também o vigário geral substituto pedia instruções à Secretaria de Estado de Negócios Eclesiásticos e o delegado do Tesouro urgia cópia do inventário. (30) A 18, oficiava o director-geral dos Negócios Eclesiásticos ao Dr. Baptista da Cunha, solicitando informações sobre o destino das senhoras recolhidas no mosteiro, que, «não podem ali conservar-se depois de tomar posse [do edifício] a Fazenda Nacional». (31)

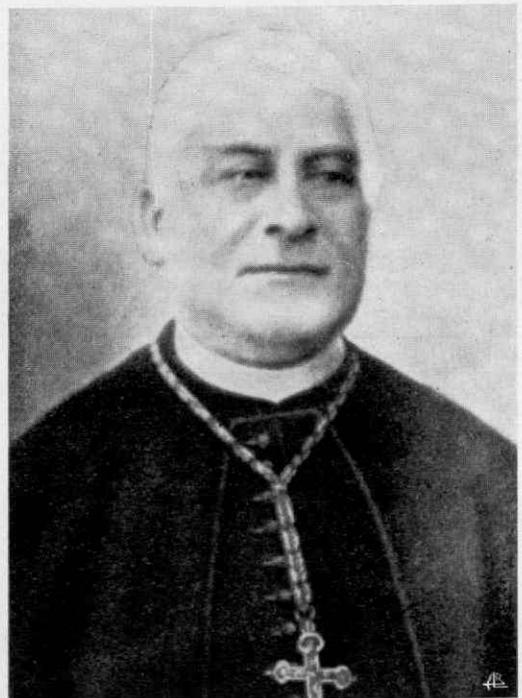
O vigário geral respondeu, a 23, pedindo caridade para essas pobres senhoras, pois «seria grande dureza e violência expulsá-las do convento imediatamente após o falecimento da última freira». (32)

Morta a última religiosa, o Dr. Baptista da Cunha, logo no mesmo dia 2 de Março de 1874, expunha ao director-geral dos Negócios Eclesiásticos o que pensava sobre o futuro do edifício. Embora a Fazenda Nacional tomasse conta da casa, «maior utilidade pública resultaria de ele ser concedido para ali se estabelecerem as aulas e repartições públicas eclesiásticas deste bispado e a residência do prelado»; além disso, ainda aí haveria lugar «para a arrecadação dos objectos de maior valor pertencentes à mitra, que até agora tinham sido guardados no convento de Jesus, e para arrumação dos livros que escaparam à rapacidade e à voracidade do incêndio que, em 1864, reduziu a cinzas a maior parte do paço episcopal, parte dos quais estão a granel e mal acondicionados». O vigário geral lembrava, portanto, a conveniência de «ser entregue ao governo

deste bispado o convento de Jesus, com alguns dos seus rendimentos e a sua mobília, para ali se formar um seminário, ou ao menos só o edifício com as suas dependências para ter o destino acima indicado». (33)

Contudo, surgiu imediatamente um movimento diferente na cidade, encabeçado pela Câmara Municipal e acarinhado pelas recolhidas, com o qual se pedia ao rei a conservação do mosteiro como recolhimento ou casa de educação e ensino. (34) O próprio vigário geral substituto, a 10 de Março, dava a sua opinião e fazia nova proposta, escrevendo ao mencionado director-geral:

«Com referência ao conteúdo no meu officio de 2 do corrente, cumpre-me acrescentar que, tendo-me constado, depois de expedido o mesmo officio, haver-se assinado nesta cidade uma representação pedindo a conservação do convento de Jesus como colégio de educação para o sexo feminino e parecendo-me ser de reconhecida utilidade pública a fundação de um semelhante estabelecimento, cuja falta é de há muito sentida no Distrito de Aveiro, entendo que a conveniência de ter aquele convento o destino indicado é superior à de ele ser dado para seminário diocesano. Assim, pois, é somente no caso de não se fundar no convento colégio para o sexo feminino que eu peço a concessão dele para seminário, ou ao menos para a instalação das repartições e aulas eclesiásticas e residência do prelado». (35)



D. Manuel Correia de Bastos Pina
Bispo de Coimbra

De facto, o Governo atendeu às instantes súplicas dos aveirenses e, por uma portaria de 22 ou 30 de Maio de 1874, autorizava a conversão do mosteiro de Jesus em colégio feminino, sob a orientação da pupila D. Leonor Angélica Cardoso de Lemos; a nova instituição passou a denominar-se colégio de Santa Joana Princesa.⁽³⁶⁾ O colégio, todavia, a braços com graves dificuldades, mal iniciou então a sua acção benéfica;⁽³⁷⁾ anos mais tarde, já extinto o bispado em 1882 e incorporada a cidade de Aveiro no território do de Coimbra, D. Manuel Correia de Bastos Pina teve mesmo de se opor à aplicação do edifício a hospital ou às repartições do governo civil e conseguia que o Estado ordenasse a imediata reparação do que fosse mais urgente.⁽³⁸⁾

O bispo de Coimbra recorreu depois à Congregação de Santa Catarina de Sena das Irmãs Terceiras Dominicanas, no sentido de melhorar o colégio; para o efeito entendeu-se com D. Teresa Saldanha de Oliveira e Sousa, irmã do Marquês de Rio Maior, que, embora ainda não tivesse professado, dirigia a Congregação que fundara. De facto, após algumas diligências, o colégio de Santa Joana reabriria com novo vigor a 10 de Novembro de 1884; as irmãs tomaram simultaneamente à sua guarda a casa e as relíquias da Padroeira de Aveiro.⁽³⁹⁾ Graças



Madre Maria Inês Champalimaud Duff
Directora do Colégio de Santa Joana

a Bastos Pina, assim se consolidara a existência do que, «sendo um dos primeiros do País, é o assombro de todos os que de longe e de perto o visitam».⁽⁴⁰⁾

Durante vinte e cinco anos, centenas de meninas passaram pelo colégio de Santa Joana, sob a égide da sempre recordada Madre Maria Inês Champalimaud Duff. D. João Evangelista de Lima Vidal escreveria mais tarde:

«A alma ardente de um bispo que por aqui passou — D. Manuel Correia de Bastos Pina — a um doce ninho de oração, de recolhimento e de penitência, que ali se abrigara em Jesus à sombra das velhas telhas dominicanas, fez suceder, sem lhe alterar em nada o seu ar celeste, mas abrindo-lhe horizontes mais largos, mais em conformidade com as condições e as exigências dos tempos, um colégio famoso de educação de meninas, que teve o nome, ainda hoje tão recordado, de colégio de Santa Joana Princesa de Aveiro [...]. Só Deus sabe ao certo a soma exacta dos benefícios que espalhou pela cidade e pelo País inteiro o colégio de Santa Joana».⁽⁴¹⁾

A 5 de Outubro de 1910, foi a implantação da República em Portugal. O novo regime, embora pugnando pela liberdade total, a 8 de mesmo mês restabelecia plenamente as leis do Marquês de Pombal, de Joaquim António de Aguiar e de Anselmo José Braamcamp sobre a Companhia de Jesus e todas as demais Ordens e Congregações Religiosas.⁽⁴²⁾ A 18 de Outubro, saíram do mosteiro de Jesus as últimas religiosas e, a 21, foi transferido o Santíssimo Sacramento para a vizinha igreja da Glória.⁽⁴³⁾ O histórico edifício conventual, depois de entregue, a 11 de Julho de 1911, à Câmara Municipal, viu-se transformado em museu, na parte contígua ao claustro e à igreja. A nova instalação teve efeito pela portaria de 23 de Agosto.⁽⁴⁴⁾

Assim a renascida diocese de Aveiro, restaurada em 1938, encontrou o convento de Jesus: museu belo mas morto, que guarda dentro das suas paredes preciosidades de história e de arte, onde se encontram também as cinzas vivas de santidade da Princesa, protectora de Aveiro.

4. — Na Diocese de Aveiro, após a sua restauração

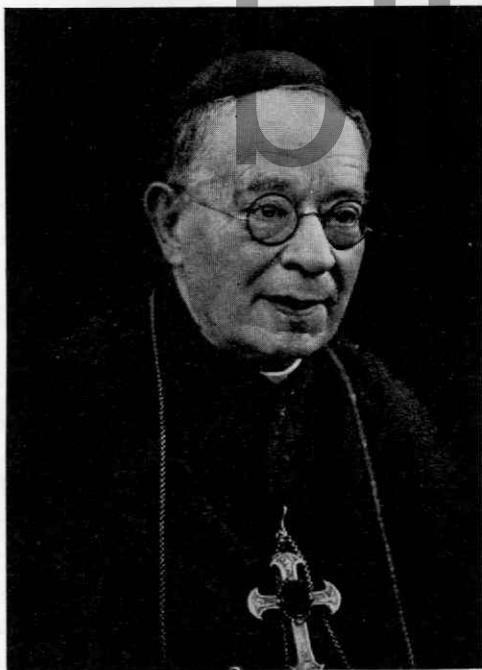
É interessante notar que, desde o início da campanha pelo ressurgimento do bispado, os aveirenses se voltaram piedosamente para aquela que, deixando Lisboa, viveu, morreu e foi sepultada entre eles; os católicos aveirenses confiaram em que Santa Joana não deixaria de ser a sua celeste Protectora.

Logo no dia 24 de Março de 1931, uma comissão foi à Nunciatura Apostólica, em Lisboa, e falou com

Mons. Giovanni Beda Cardinale, solicitando-lhe o valimento a favor da sua pretensão.⁽⁴⁵⁾ Na mesma altura confiaram ao Núncio Apostólico, para ser entregue ao Santo Padre Pio XI, uma exposição por escrito. Nela se historiavam os efeitos perniciosos da extinção da diocese, ao mesmo tempo que se apontavam as razões para o seu restabelecimento. Quase a terminar, dizia a referida exposição:

«Com a protecção da Princesa Santa Joana, cujas cinzas se guardam em precioso túmulo no convento de Jesus de Aveiro, da qual é patrona, [...] a coragem e a boa vontade jamais nos faltarão a favor deste nosso empreendimento».⁽⁴⁶⁾

O primeiro bispo de Aveiro, na segunda fase da diocese, foi D. João Evangelista de Lima Vidal, aveirense de nascimento e amigo entranhado da sua terra; tendo celebrado a **Missa Nova** na igreja de Jesus a 25 de Dezembro de 1896, levado pela devoção à Princesa e pelo agradecimento do que devia à sua intercessão e do que recebera do colégio quando criança,⁽⁴⁷⁾ aí pregou diversas vezes na festividade de Santa Joana.⁽⁴⁸⁾



D. João Evangelista de Lima Vidal
Arcebispo-Bispo de Aveiro

Restaurada a diocese de Aveiro em 1938, logo D. João Evangelista de Lima Vidal procurou incentivar o culto da Padroeira. É que, encerrados embora em precioso sepulcro, os seus restos mortais encontravam-se quase abandonados e sem a devoção daqueles que têm a honra de os possuir na sua cidade. Olhava-se

para a beleza do cofre raro como peça de museu e não se reparava no fulgor que ainda vem do seu íntimo, rompendo a dureza do mármore, a lembrar virtude e santidade. A 15 de Janeiro de 1939, já em Aveiro se realizava a primeira grande peregrinação ao glorioso sepulcro de Santa Joana.⁽⁴⁹⁾ Nessa altura, escreveu e disse o arcebispo:

«Seja como for, o que me incumbe desde já, e ardentemente, é procurar, quanto em mim caiba, não deixar cair este nome nas sombras do silêncio e do sono, é limpar de uma primeira camada de poeira o manto da Santa Princesa; é acender uma lâmpada à beira do seu sepulcro; é fazer ouvir, aos quatro lados do seu mausoléu, o murmúrio suave das preces e dos corações dos fiéis; é dizer às aranhas e aos vermes, e a todos esses micróbios que se valem do esquecimento e da noite para viverem: para fora daqui, parasitas; o corpo de uma Santa não é pasto miserável para a vossa fome; para fora daqui, importunos, vós não sois coroa para a fronte imaculada da Santa; dai-lhe lugar à luz, à luz refulgente do meio-dia; dai-lhe lugar às flores, flores de fragrância, flores de brancura; dai-lhe lugar à luz, à luz das velas, brilhantes como estrelas do céu; dai-lhe lugar ao incenso, que rola em espirais ao trono de Deus; dai-lhe lugar às preces, ao doce sussurro das almas; dai-lhe lugar ao amor, que é afinal a luz dos nossos olhos, a vida da nossa vida, a alma da nossa alma».⁽⁵⁰⁾

No mesmo ano, verificar-se-iam mais duas peregrinações ao túmulo de Santa Joana: uma do arceprelado de Vagos, a 16 de Julho de 1939;⁽⁵¹⁾ outra, a 15 de Outubro, de Águeda e Ílhavo com suas freguesias.⁽⁵²⁾ O povo, em grande número, concentrou-se na Avenida nas Tílias, no Parque. Celebrada a Missa, todos se dirigiram para a catedral e depois para a igreja de Jesus, em cortejos a que Aveiro não estava habituado.

Ainda em 1939, a 9 de Novembro, iniciou-se a celebração da Missa às quintas-feiras, na mencionada igreja de Jesus, que se prolongou durante algum tempo.⁽⁵³⁾ Mais tarde, a partir de 5 de Novembro de 1950, dar-se-ia continuação ao culto nesse histórico templo, com a liturgia dominical;⁽⁵⁴⁾ continua a haver concorrência de devotos que aproveitam essa ocasião para também prestarem veneração à Princesa que, deixando a corte, escolheu a pobre vila de Aveiro e fez nela a sua «Lisboa a pequena».⁽⁵⁵⁾

Em Junho de 1940, sob a presidência do cardeal patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, foram efectuadas invulgares festas em honra de Santa Joana, ainda como acção de graças pela restauração da diocese de Aveiro. Depois da novena preparatória,

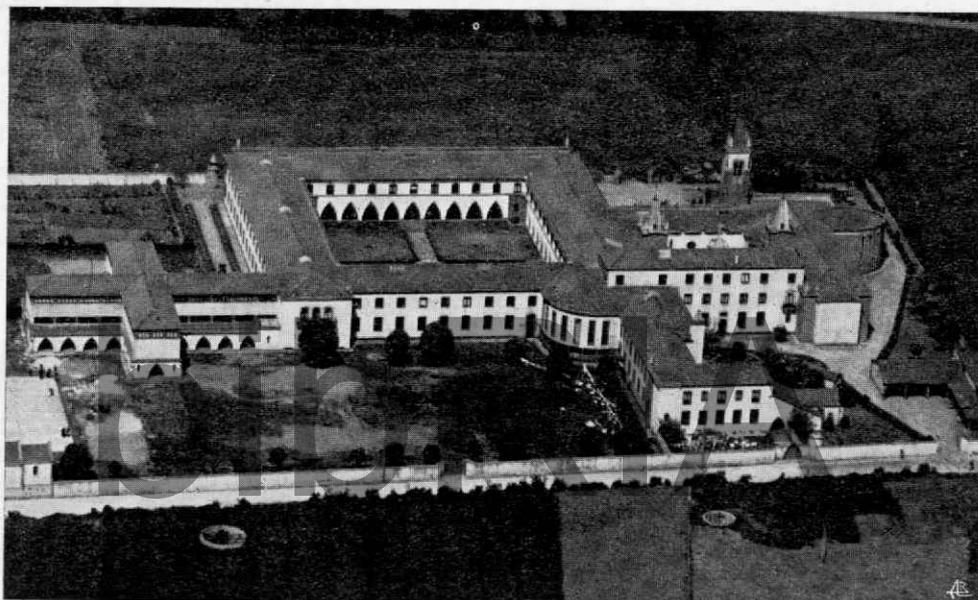
realizou-se, na manhã do dia 15, uma Missa campal no Parque, seguida de peregrinação ao túmulo; no dia 16, o cardeal patriarca celebrou Pontifical, segundo o rito joanino, e presidiu à procissão; e, no dia imediato, houve um sarau de gala no Teatro Aveirense.⁽⁵⁶⁾

A 24 de Agosto de 1941, terceiro aniversário da assinatura da bula pontifícia da reconstituição do bispado, o prelado de Aveiro promoveu uma nova peregrinação diocesana, que se concentrou na igreja da Vera-Cruz e no largo fronteiriço, dirigindo-se depois para o túmulo.⁽⁵⁷⁾

As festas de 1942, a 23 e 24 de Maio, tiveram uma circunstância que as assinalou: é que, no primeiro

Em 1964, completados os vinte e cinco anos da sua nova existência, a diocese agradeceu, a 12 de Maio, os primeiro cinco lustros cravejados da favores de Deus e perfumados pela protecção da Padroeira. Na verdade, Santa Joana tem estado presente na piedade dos crentes, quer nas horas de grande regozijo como em 1938, quer nos momentos perturbantes de aflitiva inquietação como nos princípios do século passado. A luz que lhe encheu os olhos é a mesma que, com o ar salgado do oceano e da ria, a todos nos irmana.

Decorreram com dignidade as cerimónias habituais; nessas horas, todos estiveram presentes, mortos e vivos, os de perto e os de longe, a agradecer dons recebidos



Seminário de Santa Joana Princesa, em Aveiro.

desses dias, na presença de autoridades e de muito povo, colocou-se oficialmente e solenemente se benzeu a primeira pedra do seminário diocesano de Aveiro, que tem o nome de Santa Joana.⁽⁵⁸⁾

Em 1948, efectuaram-se as chamadas festas da cidade; também no programa foi inserida, a 23 de Maio, a festividade litúrgica da Padroeira, com as cerimónias do costume.⁽⁵⁹⁾ De igual forma em 1952 — ano do quinto centenário do seu nascimento⁽⁶⁰⁾ — e em 1959 — ano do milénário de Aveiro⁽⁶¹⁾ — incluiu-se a mesma festa nas da cidade, respectivamente a 11 de Maio e a 28 de Junho.

O feriado municipal em Aveiro, desde 1951, é o dia 12 de Maio, aniversário da morte de Santa Joana e seu dia litúrgico; nele se tem celebrado anualmente a festa religiosa da Princesa, pelo menos com Missa solene e procissão, sob a presidência do prelado diocesano.

e a rogar novos favores. Após o Pontifical da manhã, cantou-se à tarde o **te-deum**, na presença das autoridades; Santa Joana foi piedosamente evocada. Sempre sob a presidência de D. Manuel de Almeida Trindade, actual bispo de Aveiro, seguiu-se a procissão, entre o repique dos sinos, no meio de alas de povo, com apromo, devoção e amor. Assim terminaria um dia grande para a cidade e para a diocese, que souberam ajoelhar diante de Deus em oração reconhecida.⁽⁶²⁾

5. — Finalmente ... Padroeira de Aveiro.

A 21 de Junho de 1959, em documento público dirigido aos seus diocesanos, o bispo de Aveiro, D. Domingos da Apresentação Fernandes, manifestava o desejo de impulsionar mais o culto da Princesa e de envidar os esforços para que fosse retomado o processo da



Seminário de Santa Joana Princesa (pormenor)

sua canonização, suspenso desde os meados do século XVIII; nesse sentido, nomeou uma comissão para tratar das questões referentes, de colaboração com o postulador da Ordem Dominicana.⁽⁶³⁾ Criava ainda, na mesma data, a associação dos **Pagens de Santa Joana Princesa**, destinada a jovens de ambos os sexos, com sede na igreja de Jesus,⁽⁶⁴⁾ onde também — canonicamente erecta já desde 1877 — existe a **Real Irmandade de Santa Joana Princesa**.⁽⁶⁵⁾

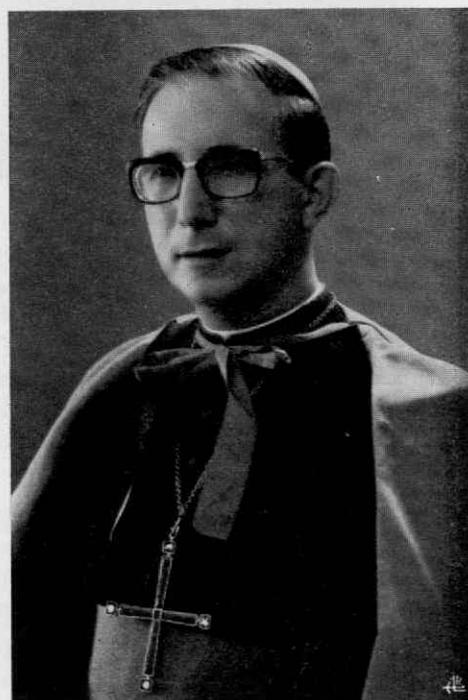
Em Aveiro, como se disse, «a excelente Infanta e singular Princesa»⁽⁶⁶⁾ começou a ser considerada pelo povo como sua celestial Padroeira, a partir do início do século XIX, aquando das invasões francesas. Todavia, a confirmação ou o reconhecimento da Santa Sé apenas se daria passado mais de século e meio.

Com efeito, a 17 de Julho de 1964, D. Manuel de Almeida Trindade dirigiu ao papa uma petição, requerendo que Santa Joana, embora apenas beatificada, fosse daclarada Padroeira da cidade e da diocese de Aveiro, um vez que nunca havia sido reconhecida como tal.⁽⁶⁷⁾

Ouvida a Sagrada Congregação dos Ritos, Paulo VI assinava, a 5 de Janeiro de 1965, um breve em que determinava:

«Nós, portanto, de muito bom grado resolvemos atender ao pedido, no desejo de premiar condignamente tão piedosa devoção popular. [...] Com conhecimento certo e prudente deliberação

e pelo Nosso poder apostólico, por este breve perpétuamente confirmamos ou constituímos e declaramos a Bem-aventurada Joana, Princesa de Portugal, como principal Padroeira junto de Deus para a cidade e para toda a diocese de Aveiro,



D. Manuel de Almeida Trindade
(Actual Bispo de Aveiro)

com todas as honras anexas e privilégios litúrgicos que legalmente competem aos padroeiros principais dos lugares». (68)

A 13 de Março seguinte, o referido dicastério romano autorizava que, na diocese de Aveiro, a festa litúrgica de Santa Joana, decorrente a 12 de Maio, fosse de segunda classe, com missa e ofício próprios. (69)

Em nota pastoral de 7 de Abril, D. Manuel de Almeida Trindade deu então aos seus diocesanos a «feliz notícia» do bom termo das diligências efectuadas,

votos por que um dia se alcance a suprema glorificação da Igreja para a Filha de D. Afonso V; «penso mesmo — disse — que caberá bem aos nossos representantes oficiais junto da Santa Sé tomar partido por esta nobre causa e auxiliar o insigne prelado nos altos propósitos que o orientam e o dominam em matéria de tanta sublimação e da mais importante transcendência para o progresso espiritual do nosso povo». (71)

Também a Câmara Municipal de Aveiro, representante autorizada das gentes da sua jurisdição, não podia faltar com o seu aplauso. Na reunião ordinária



Aspecto duma procissão de Santa Joana.

depois de ter seriado resumidamente as manifestações de culto à volta da figura de Santa Joana e de haver aludido a trabalhos de investigação sobre a sua vida. O actual prelado de Aveiro também augurava: — «Oxalá este facto venha despertar ainda mais, não só na cidade mas ainda em toda a diocese, a devoção a Santa Joana e em breve possamos ver concluído o processo da sua canonização». (70)

Na Assembleia Nacional, um dos deputados do distrito, o Dr. Belchior Cardoso da Costa, referiu-se ao jubiloso acontecimento na sua intervenção de 23 de Abril. Num discurso cheio de ponderação falou da devoção dos povos de Aveiro a Santa Joana e dos predicados humanos e virtudes cristãs da Princesa e fez

de 26 de Abril, aprovou por unanimidade a proposta do presidente, Dr. Artur Alves Moreira, para que se exarasse na respectiva acta «um voto de congratulação e regozijo pelo facto de Sua Santidade o Papa Paulo VI [...] ter constituído Santa Joana Princesa Padroeira principal da cidade e da diocese de Aveiro» e se formulasse «o veemente desejo de que o processo da sua canonização se conclua o mais brevemente possível». (72)

Falando da augusta Filha de D. Afonso V, escreveu o historiador Frei Luís de Sousa: — «E não ficaram só encerradas nos claustros do mosteiro as virtudes desta Senhora; passavam fora e chegava o zelo em que ardia da honra de Deus a procurar com eficácia que

não houvesse na vila quem vivesse com escândalo ou em mau estado; e, tendo notícia de algum, dava-lhe remédio com seu poder e cuidado». (73)

Pois agora, volvidos cinco séculos sobre a sua vida, pela mesma cidade que ela amou e por esta diocese marinha e lagunar continua a velar e a rezar junto de Deus a Princesa Real que piedosamente invocamos. Convencidos da verdade da sua fé, que sempre desejaram viver e transmitir, os nossos bispos têm procurado estimular a devoção a Santa Joana, como ajuda para todos no caminho do bem e no culto da virtude, de que ela é modelo.

Aveiro possui diversos luminares de primeira plana em vários campos de actividade; também pode legitimamente orgulhar-se desta sua filha adoptiva que, trocando corajosamente o fausto da corte pela pobre vila de então, escolheu a nossa terra para aqui viver com humildade e serenamente morrer.

As gentes da beira-ria, no meio de quem a Princesa ficou sepultada, não querem ter as relíquias venerandas da sua Padroeira como simples objecto de frio museu, guardadas embora em carinho e cuidado; mais do que isso, desejam constantemente rodeá-las com o incenso de religioso amor e com o murmúrio de íntima prece. É que as personagens heróicas da passado serão tanto mais úteis no presente, quanto mais as inserirmos na vida de todos os dias.

(1) — A bula pontificia, cujo original reapareceu em 1967, foi reproduzida em gravura e transcrita pelo Dr. António Gomes da Rocha Madahil na revista ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO, 1967, Vol. XXXIII, n.º 130, pgs. 81-92; o Dr. Francisco Ferreira Neves, na mesma revista — 1958, XXIV, n.º 95, pgs. 207-210 — já a havia transcrito e traduzido sobre o traslado de 1769. O Padre Dr. Domingos Maurício Gomes dos Santos, S. J., em O MOSTEIRO DE JESUS DE AVEIRO, Vol. II/2, Lisboa, 1967, pgs. 363-364, também a publicou e traduziu.

(2) — Maurício dos Santos, ob. cit., Vol. I/1, Lisboa, 1963, pgs. 3-115; Rangel de Quadros, AVEIRO (APONTAMENTOS HISTÓRICOS) — Mosteiros e Conventos — II — Mosteiro de Jesus.

(3) — Frei Luís de Sousa, HISTÓRIA DE S. DOMINGOS, Vol. III, Livro V, 3.ª edição, Lisboa, 1866, pg. 404.

(4) — Margarida Pinheiro, na CRÓNICA DA FUNDAÇÃO DO MOSTEIRO DE JESUS DE AVEIRO E MEMORIAL DA INFANTA DONA JOANA, existente na biblioteca-arquivo do Museu de Aveiro, fl. 56 r a e b (Leitura, revisão e prefácio de Rocha Madahil e ed. de Ferreira Neves — Aveiro, 1939, pg. 89), escreveu: — «E ainda que de tão nova idade fosse, quantos a viam e ouviam julgavam ser de vinte cinco ou trinta anos per sua grande prudência e saber. Era no rosto e corpo mui aposta, a fronte muito graciosa, os olhos verdes mui fremeosos, o nariz meão e de boa feição, a boca grossa e revoltada, rosto redondo, o coração alvo com alguma quanta quer cor bem posta, muito fremeosa garganta e mãos mais do que se pudesse achar e ver a nenhuma outra mulher, alta e grande de corpo direito, mui aposte e airoso à vista e representação de grande senhora e estado». A cronista a seguir alude à sua «vida angélica» e depois, sobretudo nas disputas com D. João II, à sua firmeza de carácter.

(5) — Maurício dos Santos, ob. cit., Vol. I/1, pgs. 36-114; Margarida Pinheiro, ob. cit. (CRÓNICA...).

(6) — Maurício dos Santos, ob. cit., Vol. I/2, pgs. 185-223; no Vol. II/3, pgs. 602-603, publicou este autor o breve da beatificação equipolente de Santa Joana.

(7) — Ibid., pgs. 224-246.

(8) — Vd. à frente, n.º 3.

(9) — J. G. Gaspar, A DIOCESE DE AVEIRO, Aveiro, 1964, pgs. 40-47.

(10) — Ibid., pg. 39; Eduardo Cerqueira, O Milenário de Aveiro e o Bicentário da sua elevação a cidade — ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO, 1959, Vol. XXV, n.º 100, pg. 252.

(11) — J. G. Gaspar, ob. cit., pgs. 69-102.

(12) — Biblioteca-arquivo do Museu de Aveiro — Livro das Pastoraes dos Ex. Bispos d'Aveiro — Liv. I (1776-1836), fls. 254-255.

(13) — Rangel de Quadros, AVEIRO (APONTAMENTOS HISTÓRICOS) — III — Festividades Municipais — XI — Festa e Procissão da Princesa Santa Joana.

(14) — Dos livros da Câmara Municipal, n.º 3, fls. 164, transcrito no jornal aveirense CAMPEÃO DAS PROVINCIAS, ano 49, n.º 25, de 11-5-1901; Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D. João VI, Livro XI, fls. 9-v.; Maurício dos Santos, ob. cit., I/3, pg. 356 e II/3, pg. 608.

(15) — Com efeito, hoje já ninguém em Aveiro lembra Santa Ana como sua Padroeira. Rangel de Quadros, em AVEIRO (APONTAMENTOS HISTÓRICOS) — III — Festividades Municipais — II — Festa da Gloriosa Santa Ana, escreveu sobre a origem desta antiga devoção entre nós: — «Em Aveiro houve uma terrível peste, que muitas vítimas causou e muito assustou os habitantes da localidade. Diversos escritores se referem a este facto, mas não lhe assinalam a época. É possível que fosse nos princípios da Monarquia. Sabe-se que o povo, aterado com tal acontecimento, recorreu ao patrocínio da gloriosa Santa Ana, tomando-a desde então como Padroeira de Aveiro e prometendo prestar-lhe culto e festejá-la muito especialmente no dia em que dela reza a Igreja, 26 de Julho».

De 1907 a 1874 inclusivé, sempre a Câmara Municipal de Aveiro deu luzimento à procissão de Santa Joana, excepto nos anos de 1834-1843, em que apenas houve festa no interior da igreja, a que o Senado Municipal assistiu. Em 1875 e 1876, a solenidade realizou-se por iniciativa de comissões particulares, não estando presentes nem as autoridades civis nem a Câmara. Em 1877 foi criada a Irmandade de Santa Joana que tomou à sua conta a festa e a procissão, em que se incorporou a Câmara até 1910. Os novos Estatutos da Irmandade de Santa Joana Princesa de Portugal, datados de 1-6-1924, impõem à respectiva Mesa (art.º 10.º, n.º 4.º) a obrigação de «dar conhecimento à Câmara Municipal de Aveiro do dia e hora em que devem ter lugar a solenidade e procissão da Santa Princesa, a fim de assistir àquelas solenidades e procissão e de concorrer, querendo, para as despesas da mesma procissão, segundo a antiga prática da mesma Câmara». Actualmente, esta é convidada e voluntariamente participa nas cerimónias. Vd. Maurício dos Santos, ob. cit., Vol. I/2, pgs. 247-249.

(16) — Marques Gomes, SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DE AVEIRO, Aveiro, 1899, pgs. 548-549, citando o Livro n.º 3 do Regulamento da Câmara de Aveiro.

(17) — Livro das Pastoraes dos Ex. Bispos d'Aveiro cit., fls. 253-254.

(18) — HISTÓRIA DE PORTUGAL, Barcelos, Vol. VI, 1934, pgs. 337-338.

(19) — Arquivo de Igreja Paroquial da Vera-Cruz (Aveiro) — Livro da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação da Vila de Aveiro aonde se registam, copiam e ajuntam as Pastoraes do Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo Conde da Cidade e Bispado da Coimbra. (Contém também as dos Bispos de Aveiro), fls. 125-126, v.; Biblioteca-arquivo do Museu de Aveiro, Livro das Pastoraes cit., fls. 259-268.

(20) — HISTÓRIA DE PORTUGAL cit., pgs. 339-340.

(21) — Arquivo da Igreja Paroquial da Vera-Cruz (Aveiro) — Livro cit., fls. 127-127, v.

(22) — HISTÓRIA DE PORTUGAL cit., pgs. 339-343; Marques Gomes, CENTENÁRIO DA GUERRA PENINSULAR (1808-1908) — NOTAS E DOCUMENTOS, Aveiro, 1908, pg. 28; Maurício dos Santos, ob. cit., Vol. I/3, pg. 375.

(23) — Arquivo da Igreja Paroquial de Eixo, — Livro das Pastoraes do Bispado de Aveiro (1803-1881), fls. 29, v-30, v.

(24) — HISTÓRIA DE PORTUGAL cit., pgs. 346-351; Marques Gomes, ob. cit., pg. 28; Maurício dos Santos, ob. cit., Vol. I/3, pg. 378.

(25) — Arquivo da Igreja Paroquial da Vera-Cruz (Aveiro) — Livro cit., fls. 133-134.

(26) — Maurício dos Santos, ob. cit., Vol. I/3, pgs. 386-387; Marques Gomes, CENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO DE 1820 — INTEGRAÇÃO DE AVEIRO NESSE GLORIOSO MOVIMENTO, Aveiro, 1920, pgs. 22 e 55.

(27) — Maurício dos Santos, ob. cit., Vol. I/3, pg. 402. CHRONICA CONSTITUCIONAL DE LISBOA, n.º 127, de 31-5-1834.

(28) — Maurício dos Santos, ob. cit., Vol. I/3, pgs. 412-413.

(29) — J. G. Gaspar, ob. cit., pgs. 193-210.

(30) — Maurício dos Santos, ob. cit., Vol. I/3, pg. 448.

(31) — J. G. Gaspar, ob. cit., pg. 199.

(32) — Arquivo da Cúria Diocesana de Aveiro, Registo de Offícios do Dr. Manuel Baptista da Cunha como vigário geral substituto, Livro I, fls. 33-33, v.

(33) — Ibid., fls. 34, v-35, v.

(34) — Maurício dos Santos, ob. cit., Vol. I/3, pg. 452; Rangel de Quadros, AVEIRO (APONTAMENTOS HISTÓRICOS) — Mosteiros Conventos — IV — II — Mosteiro de Jesus.

(35) — Arquivo da Cúria Diocesana de Aveiro, Registo cit., fls. 37-37, v.

(36) — Maurício dos Santos, ob. cit., Vol. I/3, pg. 457; Arquivo da Congregação das Irmãs Terceiras Dominicanas, Crónica, III, pg. 108.

(37) — Ibid.

(38) — Marques Gomes, D. MANUEL CORRÊA DE BASTOS PINA — ESBOÇO BIOGRÁFICO, Porto, 2.ª edição, 1898, pg. 95;

Maurício dos Santos, ob. cit., I/3, pg. 458; INSTITUIÇÕES CRISTAS (revista), Coimbra, 2.ª série, n.º 3, de 5-8-1883, pg. 72.

(39) — Maurício dos Santos, ob. cit., I/3, pgs. 459-462; Arquivo da Congregação das Irmãs Terceiras Dominicanas, *Crónica*, III, pgs. 113-117.

(40) — Marques Gomes, ob. cit., pg. 96.

(41) — CORREIO DO VOUGA (semanário diocesano), n.º 1178, de 30-1-1954, pg. 1.

(42) — DIÁRIO DO GOVERNO, de 10-10-1910.

(43) — Maurício dos Santos, ob. cit., I/3, pg. 490.

(44) — Ibid., pgs. 490-491; Marques Gomes, *Museu Regional de Aveiro*, em ALMANAQUE ILUSTRADO DE A LIBERDADE PARA 1913, pgs. 214-222.

(45) — CORREIO DO VOUGA cit., n.º 19, de 29-3-1931, pg. 2.

(46) — Ibid., n.º 57, de 17-1-1932, pg. 4.

(47) — ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO cit., *Algumas notas biográficas de D. João Evangelista de Lima Vidal*, 1938, Vol. IV, n.º 16, pgs. 257-258.

(48) — Dos seus sermões, mandou imprimir o PANEGYRICO DE SANTA JOANNA PRINCEZA, recitado na Igreja de Jesus, em Aveiro, no dia 15 de Maio de 1898; Coimbra, 1899.

(49) — Referido em CORREIO DO VOUGA cit., n.º 1089, de 10-5-1952, pg. 13 (*Efemérides*).

(50) — CORREIO DO VOUGA cit., n.º 413, de 12-2-1939, pg. 1.

(51) — Ibid., n.º 435, de 22-7-1939, pg. 2.

(52) — Ibid., n.º 448, de 21-10-1939, pgs. 1-3.

(53) — Ibid., n.º 452, de 18-11-1939, pg. 2.

(54) — Ibid., n.º 1014, de 11-11-1950, pg. 2.

(55) — Margarida Pinheiro, ob. cit. (Leitura de Rocha Madahil), pg. 177: «ao qual [mosteiro] chamava minha Lisboa a pequena»; no manuscrito, fls. 105 v b.

(56) — CORREIO DO VOUGA cit., n.º 478, de 25-5-1940, pg. 1, e n.º 482, de 22-6-1940, pgs. 1-3.

(57) — Ibid., n.º 543, de 30-8-1941, pg. 1.

(58) — Ibid., n.º 581, de 30-5-1942, pg. 2.

(59) — Ibid., n.º 888, de 29-5-1948, pg. 2.

(60) — Ibid., n.º 1090, de 17-5-1952, pgs. 1, 4, 5 e 10. A 14-5-1953 foi posto a circular no país um selo de correio de dois valores — 1\$00 e 3\$50 — comemorativo do V Centenário

do nascimento de Santa Joana; reproduzia a tábua quatrocentista existente no Museu de Aveiro (Vd. CORREIO DO VOUGA, n.º 1140, de 9-5-1953, pg. 12).

(61) — Ibid., n.º 1455, de 4-7-1959, pgs. 14 e 4.

(62) — CORREIO DO VOUGA cit., n.º 1697, de 8-5-1964, pg. 4; e n.º 1698, de 15-5-1964, pg. 7.

(63) — Ibid., n.º 1454, de 27-6-1959, pgs. 1 e 4.

(64) — Ibid., pg. 4.

(65) — O documento comunicando a aprovação civil na sessão de 23 tem a data de 26 de Março de 1877; a aprovação canónica é de 7 de Abril (Vd. *Estatutos da Real Irmandade de Santa Joana Princesa de Portugal Filha de El-Rei D. Afonso V*, Coimbra, 1877, pgs. 15-16). Por decreto de 5 de Maio do mesmo ano foi-lhe permitido usar a título de *Real*.

(66) — Margarida Pinheiro, ob. cit., pg. 79, na «leitura» cit.; no manuscrito, a fls. 50 v a.

(67) — Existe cópia do documento no Arquivo da Cúria Diocesana de Aveiro; foi publicado por Rocha Madahil no ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO, 1966, Vol. XXXII, n.º 127, pgs. 161-176 (*Princesa Santa Joana — Do Senhorio Temporal da Vila ao Padroado Espiritual da Cidade e da Diocese de Aveiro*).

(68) — ACTA APOSTOLICAE SEDIS (órgão oficial da Santa Sé), 1965, Ano e Vol. 57, n.º 10, pgs. 716-717; CORREIO DO VOUGA, n.º 1744, de 9-4-1965, pg. 1; ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO, Rocha Madahil, art. cit., pgs. 169-170.

(69) — Arquivo da Cúria Diocesana de Aveiro; CORREIO DO VOUGA, n.º 1744, de 9-4-1965, pg. 5; ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO, art. cit. de Rocha Madahil, pg. 174. Já a 23 de Maio de 1959, a Santa Sé autorizara que a Princesa fosse Padroeira secundária do Seminário que, desde o início, tem o seu nome (Arquivo da Cúria Diocesana de Aveiro).

(70) — CORREIO DO VOUGA, n.º 1744, de 9-4-1965, pgs. 1 e 10; ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO, Rocha Madahil, art. cit., pgs. 170-174.

(71) — CORREIO DO VOUGA, n.º 1747, de 7-5-1965, pgs. 1 e 5; ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO, Rocha Madahil, art. cit., pg. 175; DIÁRIO DAS SESSÕES da Assembleia Nacional, de 24-4-1965, n.º 203, pgs. 4862-4864.

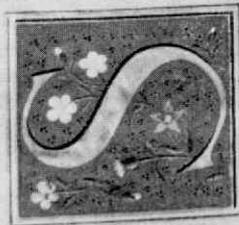
(72) — Arquivo da Cúria Diocesana de Aveiro; CORREIO DO VOUGA, n.º 1747, de 7-5-1965, pg. 2.

(73) — Frei Luis de Sousa, *HISTÓRIA DE S. DOMINGOS*, Vol., Liv. e Ed. cit., pg. 399.

bibRIA

PAVLVS PP. VI

Ad perpetuam rei memoriam



Sanctitatis flos, gratia Dei fauente, apud quemvis societatis ordinem, prout Catholicae Ecclesiae historia demonstrat, splendide floruit uberesque dedit fructus: apud reges et regales familias non minus quam apud humiles et pauperes cives. Lusitana quidem felix tellus, tam Sanctorum serax non modo "Regina Sancta", quam vocant, Elisabeth, gloriat, sed etiam Avirensi illa Beata, e stirpe Regia progenita. Ioanna enim - tale ei nomen fuit - regales recusans nuptias, tam humilem atque austeram vitam in Avirensi Sororum Sancti Dominici monasterio, vulgo "Mostiro de Aveiro" nuncupato, degit, ut sacras inter omnes virgines impie confectum, die praesertim XII mensis Maii, ejusdem Beatae natali, innumeri peregrinantium more quotannis accurrunt, illam Patronam apud Deum habent fidenterque invocant. Cantam populi pietatem Avirensis Episcopi, ejusdem nominis dioecesi, anno MDCCLXXXV, canonice constituta, semper obsecundant et obsecundant; quam Decessor Noster Innocentius IX, XII, fel. rec., per Officium in tota Lusitania totoque Gradicatorum Ordine recitandum Missaque celebrandam, anno MDCXCIII, jam confirmaverat et auxerat. Quae cum ita sint, Venerabilis Frater Emmanuel d'Almeida Trindade, Episcopus Avirensis, nomine quoque utriusque Cleri, Civitatis Optimization omnique fidelium, cuius a Nobis flagitavit, ut supra Civitatem ac Dioecesim, quas laudavimus, caelitem illum Patronatum auctoritate Nostra ratum haberemus. Nos autem, tam impensae populi pietati congruus tribuere desiderantes praemium, huiusmodi praes exaudire perillenter statvimus. Audito igitur Dilecto Filio Nostro Arcadio Maria J. R. E. Diacono Cardinali Larraona, Sacrae Rituum Congregationis Praefecto, certa scientia ac matura deliberatione Nostra deque Apostolicae potestatis plenitudine, harum Litterarum vi perpetuamque in modum Beatae Joannae, Lusitanae Principem, Avirensis Civitatis totiusque Dioecesis praecipuam apud Deum Patronam, seu deus constitutum ac declaramus, omnibus adjectis honoribus ac privilegiis liturgicis, quae principalibus locorum Patronis rite competunt. Contrariis quibuscumque obstantibus. Haec edictimus, statuentes praesentes Litteras firmas, validas atque efficaces jurgiter existere ac permanere, suosque plenos atque integros effectus sortiri et obtinere; illisque ad quos spectant seu spectare poterunt, nunc et in posterum, plenissime suffragari; sicque rite iudicandum esse ac adjuvandum; irritumque ex tunc et inane fieri, si quaquam secus super his, a quovis, auctoritate qualibet, scienter sive ignoranter contigerit attentari. Datum Romae, apud Sanctum Petrum, sub aedulo Piscatoris, die V mensis Januarii, anno MCLXXV, Pontificatus Nostri secundo.



N. J. Card. Gregorini
a publicis Ecclesiae negotiis

MANUEL LARANJEIRA

NOTAS
BIOGRÁFICAS

Manuel Fernandes Laranjeira nasceu no lugar de Vergada, freguesia de Mozelos, do concelho de Vila da Feira e faleceu em Espinho, a 22 de Fevereiro de 1912, com 35 anos de idade.

Escritor, poeta e pensador de real merecimento, as suas obras revelam bem o seu espírito e a sua insatisfação, numa luta íntima contra a sua própria vida que trágicamente havia de abandonar, sem que ele soubesse, como confessava, para que a viveu.

Ainda aluno da Escola Médico-Cirúrgica de Universidade do Porto, manifestou-se logo pela violência das suas crónicas, publicadas em **O Campeão**, jornal dos estudantes. Colaborou assiduamente no **Teatro Português**, na **Revista Musical**, no **Porto Médico**, nos **Serões** e na **Ilustração Trasmontana**. Manteve também assídua colaboração no **Jornal de Notícias**, **Voz Pública**, **Norte e Pátria**.

Em 1904, termina o curso de Medicina, vindo a defender tese três anos depois com a **Doença da Santidade**, ensaio psicológico sobre o misticismo de forma que lhe valeu uma alta classificação.

Sempre insatisfeito, escrevia infatigavelmente abordando os mais diversos assuntos.

Como conferencista, impunha-se pelo seu poder sugestivo. A série de conferências que realizou na Universidade Livre, sobre **A Vida**, ficou memorável.

A obra de Manuel Laranjeira encontra-se dispersa nas colunas de diversas publicações periódicas. A obra



impresa em livro resume-se, além do prólogo dramático **Amanhã** (1902), da tese de doutoramento **Doença da Santidade** (1907), **A Cartilha Maternal** e a **Fisiologia** (1909), o livro de versos **Comigo** (1912). No espólio do escritor foram encontradas três peças teatrais: **As Feras!** (1 acto), **Naquele engano de alma** (1 acto) e **Diário íntimo**, esta incompleta.

Miguel de Unanimo, que sentia uma grande ternura por Manuel Laranjeira, escreve no prefácio das **Cartas de Manuel Laranjeira** — volume póstumo —, publicado em 1943:

«Foi Laranjeira quem me ensinou a ver a alma trágica de Portugal, não direi de todo o Portugal mas do mais profundo, do maior. E me ensinou a ver muitos caminhos dos abismos tenebrosos da alma humana. Era um espírito sedento de luz, de verdade e de justiça...

Seu livro **Comigo** (versos de um solitário), dá-nos toda a sua alma. Está ali, bem concentrado, o seu pensamento.

Era necessário ouvi-lo falar. E, como em suas **Cartas**, creio que seja o seu epistolário o que melhor nos revela toda a grandeza da sua alma.

Iluminou a sua cabeça, que era portentosa no pensar, com a chama do seu próprio coração, que o tinha aceso. Conheci poucos homens que tenham somado a uma inteligência mais clara e mais penetrante, um sentimento mais profundo.

E por isso sucumbiu.

Nele, como em Antero, a cabeça e o coração travaram rude batalha.

Foi um grande, um enorme pensador, mas sentia mais ainda. E não morreu. Vive dentro de nós, os que lhe quisemos, e viverá em todos os que o compreendam».

Do Livro **Comigo**, último soneto, que bem revela a insatisfação do autor:



Caricatura de A. Cardoso

bibliA

VENDO A MORTE

Em tudo vejo a Morte! e, assim, ao ver
que a vida já vem morta cruelmente
logo ao surgir, começo a compreender
como a vida se vive inútilmente...

Debalde (como um náufrago que sente
vendo a morte, mais fúria de viver)
estendo os olhos mais àvidamente
e as mãos p'rá vida... e ponho-me a morrer.

A morte! sempre a morte! em tudo a vejo
tudo m'a lembra! e invade-me o desejo
de viver toda a vida que perdi...

E não me assusta a morte! Só me assusta
ter tido tanta fé na vida injusta
...e não saber sequer p'ra que a vivi.

As Vindimas na Bairrada

Pelo Engenheiro Agrónomo Manuel de Oliveira Silvestre

Ao aproximar-se o Outono de cada ano, surge para o viticultor a época de todas a mais alegre, principalmente quando a colheita de uvas se mostra regular ou abundante e o preço do vinho se mantém em nível compensador do esforço dispendido durante um ano. Por outro lado, o ambiente tornou-se mais ameno, após a queda das primeiras chuvas, que desde o Verão escasseavam, e que tornam os ares mais frescos e puros.

Já se colheu a batata de sequeiro, assim como o feijão e algum milho temporão. Aguarda-se agora a vindima, temporada sempre alegre para patrões e operários, pois o vinho desde os tempos mais remotos é, por excelência, um transmissor de alegria à alma dos homens.

Mas, mesmo nos preparativos do precioso néctar que a videira nos oferece, há sempre uma alegria esfusante por esta Bairrada pouco acidentada e cheia de Sol, do Sol que doira as uvas e as torna apetecíveis ao mais rude paladar. Uvas que desintoxicam o organismo humano, pela directa assimilação dos seus açúcares e pelo equilíbrio dos seus ácidos orgânicos, revelado por um pH médio compreendido entre 3,2 e 3,8, conforme os anos e os locais onde elas se produzem.

A alegria é-nos revelada por tudo quanto nos rodeia: pelo alegre cantar das raparigas nos vinhedos, pelo barulho das dornas sobre os carros de bois no transporte das uvas às adegas e, à noite, pelos descantes das vindimadeiras no regresso das vinhas.

A transformação da cor das uvas, operada a partir do mês de Julho, começa como que a enfeitar a região, não só pelo aparecimento da cor tinta cada vez mais intensa, nas uvas pretas, e da cor ambarina, translúcida, dos bagos das uvas brancas, como também pelo aparecimento de um perfume especial, agradável, nos vinhedos, que inebria os sentidos.

É nesta quadra final do ciclo vegetativo da videira que os viticultores mais amiudadas vezes visitam as suas

vinhas, para se inteirarem do modo como a maturação das uvas se está a processar, e também para calcular aproximadamente o volume da colheita que se avizinha, para disporem do vasilhame necessário para armazenarem o vinho novo.

Apesar do ambiente ser, em média, mais fresco de que no mês de Agosto, por vezes em Setembro surgem ainda alguns dias de temperaturas muito altas que, dada a secura do meio, «queimam» as uvas mais expostas ao sol, dizendo-se então que «o sol já bebeu bastante vinho». De facto, as uvas secas, queimadas pelo sol, ficam perdidas para a produção, não só por si próprias, como ainda porque nos recipientes de fermentação absorvem líquido que, mesmo na prensagem dos bagaços, não cedem totalmente. Daí os técnicos aconselharem a plantação das vinhas com a orientação das carreiras de videiras norte-sul, para que a incidência meridiana dos raios solares se dê na altura em que as parras melhor podem cobrir os cachos de uvas, portanto protegê-las dos grandes calores.

Por isso, alguns pequenos viticultores, que dispõem de mais mão-de-obra, principalmente familiar, cobrem as videiras de cachos mais expostos, com palha, fetos, etc., para que o sol os não queime.

Por outro lado, quando os terrenos são frescos e férteis, em que as videiras adquirem bastante pujança e, portanto, os cachos ficam muito escondidos da luz do Sol, os viticultores praticam uma ligeira desparra, para exporem as uvas ao Sol, a fim de, embora mais tardiamente, melhor amadurecerem, melhor produto darem.

Entrados assim nos preparativos da vindima, os viticultores (principalmente os mais esclarecidos) começam a fazer cadenciadamente análises dos mostos das uvas, para ver como se vai processando o seu amadurecimento, relacionando o aumento do teor de açúcares com a diminuição do teor de ácidos, e para ver quando se deve iniciar a vindima.

Os viticultores, baseando-se nas análises dos mostos, marcam o início das suas vindimas, tendo previamente convidado um número conveniente de vindimadeiras para a colheita das uvas, que deverá realizar-se em média entre 10 e 25 dias, conforme a produção de cada um, os meios de transporte e o número de vasilhas de fermentação de que dispõe.

Como já se deve ter observado, é a época da vindima uma quadra em que o ar anda impregnado do cheiro a mosto em fermentação, em que nas adegas os homens «pisam» as uvas nos lagares ou nos balseiros, por vezes ao som de «acordeões» e, depois de terem feito o «pé», espremem o bagaço, fazendo cantarolar as cunhas das prensas, enquanto pelas estradas e caminhos se ouvem as moças no regresso a suas casas, ou a casa dos viticultores, entoar as suas cantigas, que por vezes se ouvem a grandes distâncias.

O trabalho inicia-se nuns sítios ao romper do Sol no horizonte ou pouco depois, e noutros já mais tarde. Numas zonas o pessoal trabalha «a de comer», noutras «a seco», conforme os usos e costumes tradicionais.

Numas zonas usam-se poceiros, noutras usam-se canastras; aqueles redondos e mais fundos, estas oblongas e de fundo mais baixo; estas de capacidade um pouco maior que aqueles.

De um modo geral cada vindimadeira vai para as vinhas munida de um cesto de arco, para onde colhe os cachos e, depois de cheio, vai despejá-lo nos poceiros ou canastras, e de uma tesoura ou navalha com que corta os pedúnculos dos cachos. Leva também um certo número de poceiros ou canastras à cabeça (2 a 5 geralmente), conforme as disponibilidades do viticultor e a demora da dorna, para ir trabalhando enquanto esta não chega à vinha. Uma vez na vinha, as vindimadeiras preparam-se para o trabalho, pondo um avental geralmente de sarapilheira e um chapéu velho na cabeça, e arregaçando as mangas das blusas. Por vezes, antes do início do corte, benzem-se e dizem: «Deus nos ajude». A vindima começou. Os cachos são cortados e, cestos de arcos cheios, levados aos poceiros ou canastras.

Quando as vinhas são plantadas em carreiras (filas) direitas e se conseguiu manter esse alinhamento mais ou menos perfeito, cada vindimadeira toma conta de uma carreira e vai cortando as uvas que nela existem. Procuram sob as parras as uvas para as colherem e não ficarem nenhuns cachos perdidos. Procuram também trabalhar de modo que haja pouco esbagoamento das uvas.

Cheios todos (ou quase todos) os poceiros ou canastras, as vindimadeiras que o podem fazer, começam a transportá-los para as dornas que, uma vez cheias, são levadas por meios mecânicos ou por tracção ani-

mal, às respectivas adegas. Geralmente as mais idosas não transportam cestos cheios à cabeça.

Logo que nas adegas entram, as dornas são descarregadas e voltam de novo para a vinha onde as uvas vindimadas as esperam e, depois de cheias, são transportadas novamente às adegas. Simultaneamente são contados os poceiros ou as canastras que cada vinha produziu, para por comparação se saber se produzem mais ou menos uvas do que nos anos anteriores.

Durante o dia há o descanso normal (uma hora) para o jantar, apesar das vindimadeiras andarem assiduamente a provar as uvas que vão cortando.



À noite, no regresso a casa, as vindimadeiras dão largas à sua alegria, cantando as diversas cantigas do seu reportório pois, conforme se ouve amiúde dizer, «tristezas não pagam dívidas».

A vindima vai decorrendo, trabalhando-se por vezes mesmo aos domingos, até que, como todas as coisas, chega ao fim. Ora, este último dia é de todos o mais alegre, principalmente para a gente moça.

No penúltimo dia da vindima, as vindimadeiras distribuem entre si diversas tarefas — como conseguir flores, indumentárias diversas, típicas por vezes, recados a este ou àquele, etc.

Quando acabaram de cortar as últimas uvas, transportam-nas às dornas que, concluído o transporte, enfeitam assim como o carro, camioneta ou atrelado de tractor, os bois e por vezes até o carreiro. Geralmente, o enfeite consiste numas canas espetadas nas uvas ou presas aos fueiros ou aos taipais das camionetas ou dos atrelados, com diversas flores presas com cordéis; atam as canas à frente e atrás duas a duas e, sob as ogivas assim formadas, prendem duas coroas de flores: uma à frente e outra atrás.

Quando o transporte se faz por carros de bois, também a chavelha é enfeitada com um grande ramo

criticar — elogiando ou deprimindo. Mas toda a gente se ri, bem disposta e alegre. É festa!

O carreiro que, por vezes, também leva a sua flor na orelha, tem de ter bastante cuidado na condução do carro enfeitado, para não deixar que as canas e flores toquem nas árvores que ladeiam os caminhos ou servidões por onde passa, para se não estragar tudo. Os motoristas tem de ter os mesmos cuidados.

Cantando e rindo, o carro chega por fim à adega, onde há que desmanchar tudo para retirar as uvas da dorna para o lagar. Aproveitam-se então as coroas de flores que se colocam: uma na porta da adega



de flores, bem como os chifres dos bois — cada um com algumas flores — que se torna difícil de segurar, como se compreende.

Simultaneamente com a preparação de tudo isto, veste-se uma rapariga — de ordinário a mais forte e a mais bonita — com um traje mais senhoril, ou mais antigo, a qual assim ataviada segue sobre o estrado do meio de transporte, à frente da dorna e no meio do enfeite das canas e flores, de pé, sorrindo-se para os seus admiradores, durante o percurso.

Ao lado e atrás seguem as restantes vindimadeiras que, gargantas afinadas, dão largas aos seus cantares, o mais afinadas possível. Quando passam pelos povoados, quase toda a gente vem às portas de suas casas para ver quem é e como vai em aparato, para poderem

e outra numa das suas janelas. E aí se conservam até que o tempo as destrua.

Ora, neste último dia de vindima é costume — mesmo para as vindimadeiras que trabalham «a seco» — dar uma ceia a todo o pessoal, incluindo portanto o da adega, o da vinificação.

A ceia é normalmente melhorada e um pouco diferente do trivial e um dos pratos obrigatórios, geralmente o último, em algumas zonas da Bairrada pelo menos, consiste em papas de abóbora, muito flores (com açúcar ou com mel, ou com as duas coisas), com que se finaliza a refeição.

O primeiro prato consiste numa boa bacalhoadá com batatas, cebola e legumes, bem temperada de azeite e um pouco de vinagre.

O segundo prato é um prato de carne, confeccionado de diversas maneiras, conforme se trata de carne de vaca, de porco, de galinha ou de coelho.

A «empurrar» estas iguarias vinho à descrição, começando-se pelo tinto e terminando pelo branco, quando se não vai mais além e se entra pelos licorosos.

No fim, à alegria da festa soma-se a devida ao álcool.

Por vezes, as vindimadeiras «namoram» os patrões e pedem-lhes que lhes faça um bailarico que, autori-

zado, se realiza ou na eira ou em qualquer dependência livre da casa. A estes bailaricos têm acesso os namoros e os convidados das vindimadeiras solteiras. Hoje, como meio musical servem-se de um gira-discos ou de um acordeão.

No dia seguinte, se o pessoal não é do próprio lugar, retira-se para a sua terra natal, cantando e por vezes levando um farnel de uvas escolhidas para consumo.

E adeus até à próxima época.

bibRIA



PESCADOR DA MURTOSA

A data da inauguração da igreja de Nossa Senhora da Apresentação, de Aveiro

Por Francisco Ferreira Neves

Antigo professor efectivo do Liceu Nacional de Aveiro
Director da Revista «Arquivo do Distrito de Aveiro»

A actual igreja de Nossa Senhora da Apresentação, em Aveiro, concluída pouco tempo depois do ano de 1606, teve inicialmente a denominação de igreja de Nossa Senhora das Candeias e também a de São Gonçalo, e as mesmas invocações tinha a freguesia criada em 1572 e de que esta igreja veio a ser matriz, em substituição da antiga ermida de São Gonçalo, muito próxima da rua de São Roque.

Diz o sr. coronel Diamantino Antunes do Amaral (1) que viu pela primeira vez as designações «freguesia de Nossa Senhora da Apresentação e igreja de Nossa Senhora da Apresentação» no termo de abertura do «Livro 2 dos Bautizados», começado em 5 de Julho de 1624, tendo sido feito este termo pelo vigário frei Jerónimo Galvão e este livro assim designado:

Livro de Bautizados desta igreja de Nossa Senhora da Apresentação da vila de Aveiro

Afirma também que a referida freguesia começou a ter esta denominação a partir de 1624. Diz, no entanto, que a actual igreja de Nossa Senhora da Apresentação ou de São Gonçalo, que substituiu a velha ermida de São Gonçalo nas suas funções paroquiais, foi concluída em 1627 e só neste ano começou a ser utilizada neste serviço. (2)

Contestei estas duas afirmações, apresentando as razões que me levaram a admitir que a nova igreja tinha sido concluída em 1516, e que as suas funções de igreja matriz tinham começado no ano de 1617. (3)

O sr. coronel Antunes Amaral não aceitou as minhas conclusões e insistiu na sua opinião de que a igreja de Nossa Senhora da Apresentação foi concluída e posta ao serviço paroquial em 1627, baseando-se em assentos de óbitos e principalmente no de 16 de Setem-

bro de 1627, no qual se menciona pela primeira vez a **Igreja nova**.

Reproduzo estes assentos tais como o sr. coronel Amaral os extractou do Livro de defuntos iniciado em 1624: (4)

Isabel, solteira, que faleceu em 6 de Julho de 1624, e foi sepultada na Ermida de S. Gonçalo que é anexa desta igreja de Nossa Senhora da Apresentação.

Em 25 de Agosto de 1624, faleceu Mateus André. Está sepultado na Ermida de S. Gonçalo que é anexa desta igreja de Nossa Senhora da Apresentação.

Em 9 de Setembro de 1624, faleceu Margarida Gonçalves. Está sepultada nesta Igreja.

Em 21 de Julho de 1625, faleceu Domingas, solteira. Está sepultada na ermida de S. Gonçalo.

Em 1 de Agosto de 1625 faleceu Inês, solteira. Está sepultada na ermida de S. Gonçalo.

Em 1 de Agosto de 1625, faleceu André Lopes. Está sepultado na igreja de S. Gonçalo.

Em 1 de Agosto de 1625 faleceu Maria. Está enterrada na igreja de S. Gonçalo, desta freguesia.

Em 9 de Outubro de 1625, faleceu Diogo Gonçalves. Está na igreja de Nossa Senhora da Apresentação.

Em 20 de Janeiro de 1626, faleceu Afonsina Jorge. Está enterrada na igreja de Nossa Senhora das Candeias.

Em 27 de Março de 1626 faleceu um filho de Roque André. Sepultado na igreja de Nossa Senhora da Apresentação.

«Em 16 de Setembro de 1627 faleceu Maria Pinheira, mulher do vianês. Está sepultada em a igreja Nova, morreu abintestada. Em fé do que fiz este termo dia, mês e ano ut supra».

(1) — Aveiro e o seu Distrito, n.º 4, pág. 36.

(2) — Idem, n.º 1, pág. 32.

(3) — Idem, n.º 3, pág. 18.

(4) — Idem, n.º 4, pág. 37.

Os assentos de óbitos provam que a igreja de Nossa Senhora da Apresentação já tinha serviço de culto em 1624

O sr. coronel Antunes Amaral, comentando estes assentos de óbitos, diz que há uma igreja que o vigário frei Jerónimo Galvão em 1624, 1625 e 1626, designou por «**igreja de Nossa Senhora da Apresentação**»; e que há outra igreja que o mesmo vigário, em 1627, designa por «**igreja nova**», mantendo-se esta designação até 1633.

E inteiramente dominado por esta designação, o sr. coronel Amaral conclui:

«Assim, torna-se evidente que a designação de «Igreja de Nossa Senhora da Apresentação» adoptada pelo vigário frei Jerónimo Galvão até 1627, queria significar, não a actual igreja, porque essa passou a designá-la desde 1627 até 1633, por «Igreja Nova», mas a antiga Ermida de Nossa Senhora das Candeias, ou de S. Gonçalo».(1)

E o vigário assim a designou «**desde o dia em que pôde, pela primeira vez, ali realizar serviço paroquial, pelo menos enterramentos**».

Mas como os assentos de óbitos mencionam alguns enterramentos feitos na igreja de Nossa Senhora da Apresentação antes de 1627, o sr. coronel Amaral viu-se obrigado a identificar a igreja com a ermida de São Gonçalo, o que por forma nenhuma podia fazer, porque a ermida nunca teve a invocação da Nossa Senhora da Apresentação, e por a tal se oporem terminantemente os dois primeiros assentos de óbitos que mencionou, um de Julho e outro de Agosto de 1624.

Com efeito, eles dizem que se fizeram enterramentos na ermida, e que **a ermida de São Gonçalo é anexa desta igreja de Nossa Senhora da Apresentação**.

Daqui se conclui que em 1624 existia a ermida de São Gonçalo, e já existia a igreja de Nossa Senhora da Apresentação em serviço paroquial. A ermida tinha deixado de servir de igreja matriz, e era agora anexa desta igreja, isto é, estava sob a jurisdição da igreja de Nossa Senhora da Apresentação. E faziam-se enterramentos simultaneamente na igreja e na ermida.

A igreja de Nossa Senhora da Apresentação não foi, portanto, inaugurada em 1627, como afirmou o sr. coronel Antunes Amaral, mas foi inaugurada antes de 1624.

Prova-se pelo Livro das Visitações que a igreja nova de São Gonçalo já era a igreja matriz da freguesia no ano de 1624

A carta de visitação da igreja de São Gonçalo da vila de Aveiro, de 15 de Novembro de 1624 prova

inteiramente que a velha ermida de Nossa Senhora das Candeias ou de São Gonçalo, já não servia de igreja matriz no ano de 1627, e que neste ano já servia de igreja matriz a nova igreja de São Gonçalo ou de Nossa Senhora da Apresentação.

Neste ano de 1624 tinha entrado como novo vigário da freguesia de São Gonçalo frei Jerónimo Galvão, cargo que exerceu até 1634.

É de notar que as cartas das visitas feitas até o ano de 1634 mencionavam sempre a igreja com a invocação de São Gonçalo, e uma ou outra vez com a de Nossa Senhora das Candeias, mas o vigário Galvão, nos seus certificados de publicação das ditas visitas, intitula-se sempre **vigário na igreja de Nossa Senhora da Apresentação**.

A visitação anual à igreja e freguesia de São Gonçalo da vila de Aveiro no dia 15 de Novembro do ano de 1624 foi feita pelo Ldo. Simão Pinto, cónego na Sé de Coimbra, mas esta visitação serviu também para 1625. Não havia então bispo em Coimbra.

Ele examinou a igreja, notou as faltas que nela havia tanto no espiritual como no temporal, recebeu as informações e queixas que lhe foram apresentadas a respeito do serviço paroquial, e fez lavrar a respectiva carta de visitação no **Livro das Visitações**, do qual traslado o início da carta:

O Ldo. Symão pinto Conego na sé de Coimbra e Visitador pellos sñes Deam dignidades Conegos e Cabido da dita Cidade sé vacante etc. Aos que esta minha Carta de Visitação virem saude em nosso sōr Jesu xpo. Faço saber que visitando eu esta igreja de são Gcº. da Villa de Aurº. em prezença do Rdo. Vig.ro e parte dos freguezes della, ordenei pera serviço de nosso sōr as cousas seguintes.

E indica as várias providências que era necessário tomar, «**para serviço de Nosso Senhor**».

Nesta carta de visitação em 1624 há a prova indubitável de que a igreja paroquial de São Gonçalo ou de Nossa Senhora da Apresentação em serviço nesta data, era a **igreja nova**, isto é, a que tinha sido começada em 1606, (ou talvez antes) e já estava praticamente concluída em 1613.

Com efeito, o visitador diz na sua carta que na ermida de São Gonçalo se enterravam muitas pessoas da freguesia e nela faziam a sua sepultura, mas que o procurador da igreja queria que as esmolas das covas da ermida fossem aplicadas na fábrica da igreja e não na da ermida.

(1) — Aveiro e o seu Distrito, n.º 4, pág. 37.

O visitador, cónego Simão Pinto, não concordou com esta proposta do procurador e ordenou que as ditas esmolos fossem gastas na conservação da ermida de São Gonçalo, visto que muitas pessoas tinham devoção de nela se mandarem enterrar **por ter sido já matriz desta freguesia.**

Vou transcrever da carta de visitação de 1624 o passo referente a este assunto:

«Fui informado que na hirmida de São G.lo se enterrão muitas pessoas desta freg.^a e nella fazem sua sepultura, e que as esmolas das couas queria o procurador da igreja aplicalas a fabrica della, o que me parece sem razão, pello que provendo nisto mando que as ditas esmolas se apliquem pera ajuda da fabrica da dita hirmida pera que sempre esteja com o concerto necessario pois nella tem m.tas pessoas deuação de mandar enterrar pois foi ja matris desta freg.^a, e se sobre isto ha algũ mandado em contrario de superior, antes que dee a execução este cap.lo mo mostrarão pera fazer o que me parecer justiça e em quanto o não ouver ficara este cap.lo em seu vigor».

A igreja de Nossa Senhora da Apresentação não foi, pois, inaugurada em 1627, visto que ela já estava em pleno serviço paroquial em 1624, como mais uma vez provei com o documento coevo de que transcrevi a parte que mais interessava ao assunto em causa.

O mesmo documento nos prova que, mesmo depois da transferência das funções paroquiais da ermida de São Gonçalo para a nova igreja matriz, ainda continuaram a fazer-se enterramentos na ermida, simultaneamente com os que passaram a fazer-se na igreja da Nossa Senhora da Apresentação ou de São Gonçalo. E podemos afirmar que houve enterramentos na ermida de São Gonçalo até o ano de 1670.

Certificado da visitação de 1624

Enquanto foi vigário da freguesia de S. Gonçalo (1624-1634) frei Jerónimo Galvão, em discordância com a invocação tradicional da freguesia e igreja, denomina esta de Nossa Senhora da Apresentação, talvez porque tivesse sido determinado que a padroeira da igreja nova fosse Nossa Senhora da Apresentação que lá tinha, e ainda tem hoje, o seu altar com uma bela imagem.

Vejamos o termo da visitação à igreja de... em 1624 que ele lançou no livro das visitações, e análogo a todos os outros que fez:

«Certifico eu frei Hieronimo Galvam freire conventual do Conv.to de Sam Bento de Auys, e Vig.ro na Ig.^a de Nossa S.ra da Aprezentassão desta Villa

d Aveiro q̄ passa na verdade q̄ eu publiquei a Vizitassão atraz na forma q̄ nella se contem em fee do q̄ fiz este termo em 10 de Dezembro de 624 annos.

Hieronymo Galvam

Frei Jerónimo Galvão ainda publicou o certificado da visitação de 17 de Julho de 1634.

Em 1635 já não era vigário da igreja de Nossa Senhora da Apresentação.

A partir de 1656 o vigário foi André Rodrigues.

A visitação da igreja de São Gonçalo, de Aveiro, em 1626

Não houve visitação à igreja de São Gonçalo ou de Nossa Senhora da Apresentação no ano de 1625 porque os efeitos da tardia visitação de 1624 estendiam-se ao ano de 1625.

Vou dar uma breve informação respeitante à visitação de 1626, para se saber como decorriam os serviços paroquiais, na igreja matriz, nesta data.

Visitou a igreja o novo bispo de Coimbra D. João Manuel, (1625-1633) no dia 12 de Junho de 1626.

Transcrevo do **Livro das Visitações** a parte inicial da carta de visitação de 1626:

Dom João Manuel por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica Bispo deste Bispado de Coimbra, conde de Arganil e do Conselho de S. Magestade etc.:

Fazemos saber que visitando nós pessoalmente a igreja de S. Gonçalo desta vila de Aveiro presente o reverendo Vigário, e grande parte dos fregueses depois de andar em procissão sobre os defuntos e visitar o Santissimo Sacramento, pia baptismal, e os Santos Óleos, nos pareceu que para o bem espiritual e temporal desta igreja devíamos prover o seguinte.:

Continua a carta com a enumeração das providências que o bispo entendeu serem necessárias ao serviço paroquial.

Encontrou a igreja ainda sem sinos e o adro por concluir, e por isso ordenou que este concluísse em termo de três meses, e que os fregueses da igreja pusessem nela um sino pequeno.

O serviço paroquial na igreja de Nossa Senhora da Apresentação começou alguns anos antes de 1624

Vimos que a nova igreja matriz de São Gonçalo já estava em pleno serviço no ano de 1624, e por isso é inadmissível que tenha sido inaugurada em 1627.

O serviço paroquial foi estabelecido na dita igreja alguns anos antes de 1624, e admiti por várias razões que foi estabelecido no ano de 1617. Mas há ainda motivos que levam a admitir que a igreja nova tenha entrado em serviço do culto por volta de 1615, como se vê pelas seguintes notas extraídas do Livro das Visitações:

1613—A igreja estava, nesta data, a bem dizer, construída, pois o visitador mandou acabar de todo a igreja.

1614—O visitador mandou comprar um missal grande e um manual.

1615—A igreja ainda não tinha sino; e por isso o visitador ordenou ao procurador da igreja que comprasse uma campainha grande e a pusesse no campanário, para dar sinal da hora a que o vigário entra para a missa, enquanto não for possível fundir um sino para a igreja.

Diz a carta de visitação de 1615:

«E porque esta freguesia é grande e tem necessidade de saber as horas a que o vigário entra à missa, terá cuidado o dito procurador da igreja de comprar uma campainha de tamanha quantidade que posta no campanário se possa ouvir, e dar sinal a que a gente acuda enquanto não há possibilidade para se fundir o sino, o que cumprirá dentro de dois meses por ser muito necessário, sob pena de dois mil reis».

1616—O visitador renova a ordem para os vereadores mandarem acabar de todo o igreja, dentro de breve prazo.

1617—O visitador mandou encadernar o missal grande, e comprar um livro de quatro mãos de papel para assentar os nomes dos baptizados, casados e defuntos.

1618—O visitador ordena que sejam feitos os sinos para a igreja.

bibRIA

Quatro séculos de história—Vila da Feira—A Praça Velha

Por Roberto Vaz de Oliveira

Licenciado na Faculdade de Direito e Letras—Secção de Ciências Histórico-Geográficas—pela Universidade de Coimbra

3

Diversos

A)

MERCADOS

A Câmara Municipal, em sua sessão de 8 de Junho de 1842, deliberou que, desde 12 desse mês, fosse transferido o mercado que se fazia, na Praça, aos domingos e dias Santos, para o Rossio (hoje Praça Dr. Oliveira Salazar) «que já para este mesmo fim haviam mandado calçar e murar em grande parte» e isto porque, dado o seu crescente desenvolvimento e a exiguidade das dimensões da Praça, a manutenção aí do mercado causava grandes transtornos ao trânsito e dificuldades para compradores e vendedores, permitindo, assim, que pudessem empregar «as autoridades toda a sua acção fiscal e mais funções de prevenção e segurança».

Em sessão de 29 de Novembro do mesmo ano, a Câmara deliberou que em cada um dos segundos e últimos domingos de cada mês aquele mercado, transferido para o Rossio, se convertesse em «feira franca de todos os géneros, gados, cavalgaduras e mais objectos comerciais», deliberação que se tornou efectiva por deliberação tomada em sessão de 20 de Setembro de 1843, depois de obtida a aprovação da Junta Geral do Distrito. Da respectiva acta verifica-se que, além dos referidos mercados, já se realizavam, no Rossio, feiras mensais em 3 e 20 de cada mês.

Em sessão de 27 de Setembro de 1843, a Câmara esclareceu as suas deliberações anteriores mantendo na Praça os mercados que aí se faziam nos dias de semana, «defronte das Cadeas por tais mercados serem pequenos e só próprios para os habitantes da Vila».

Ainda há anos se fazia na Praça um pequeníssimo mercado, muito matutino, defronte do topo poente da casa hoje de Francisco Plácido de Resende.

Assim, a Praça que era centro de comércio — por meio de mercados desde tempos antiquíssimos, foi perdendo, gradualmente, essa utilidade, hoje nela totalmente abandonada.

B)

ILUMINAÇÃO

A primeira notícia que tenho sobre a iluminação, na Vila da Feira, abrangendo a Praça Velha, com candeeiros a óleo, data de 1850, seguindo-se à de Aveiro que teve seu início em 1844-1845.

Em reunião de 30 de Janeiro daquele ano de 1850 a Câmara autorizou o pagamento de 20 lampeões e mais aprestes de ferro para os colocar, vidros, óleo e objectos constantes de uma conta, que importava em 250 389 reis, iniciando então, o pagamento, ao encarregado da iluminação José Pereira de Matos Júnior desde o primeiro de Janeiro desse ano, à razão de 2 000 reis por mês (sessão de 17 de Abril c'e 1850).

Já em sessão de 3 de Abril imediatamente anterior, a Câmara previu no orçamento, que aprovou para o ano económico de 1850-1851, a verba de 24 000 reis para pagamento àquele encarregado.

Em Junho desse mesmo ano de 1850 passou-se a usar azeite «à falta do óleo».

Em sessão de 28 de Maio de 1851 foi demitido das suas funções aquele Matos Júnior por não cumprir o seu dever, deixando muitas vezes de acender os candeeiros e praticando outras irregularidades, nomeando-se dois lampionistas — António Simões Basílio e António Ferreira Cardoso — cada um com a gratificação mensal de 1 000 reis — ficando a cargo deles «alimpar e acender 10 lampeões cada um visto que a experiência tinha mostrado que um só lampionista não podia acender e limpar com regularidade os 20 lampeões colocados na villa pela sua distancia», o que principiou a fazer-se no mês de Junho desse ano.

Um deles estava obrigado a limpar e a acender dez lampeões, desde a porta de Manuel da Silva Ribeiro (a casa que formava o extremo nascente da fachada norte da Praça) até à casa de Manuel Evaristo, das Eiras, e o outro encarregado dos demais dez, desde o sítio de Fijó até à casa de Domingos da Silva Canedo (hoje de D. Branca Alves de Castro Mendes dos Santos) que fazia, a mesma Praça, pelo sul. Por ser curioso, passamos a enumerar as obrigações dos lampionistas, conforme consta do respectivo contrato daquele dia 28 de Maio — «ambos eles terão diariamente os vidros dos lampeões muito limpos e os refelexos dos candieiros areados e esfregados e farião mensalmente, na época do luar, a limpeza dos candieiros escaldando-os na panela de folha que lhes seria entregue e para ambos serviria; que mais se obrigavam a acender os ditos lampeões, de inverno às cinco horas e meia da tarde e espevitá-los às nove horas e de verão acende-los às oito horas e meia e espevitá-los às onze horas, devendo os ditos lampeões estar todos acesos tanto de inverno como de verão até uma hora da noite e que, para isso, devião regular a porção de óleo, que se lhes desse, e não distrahir dele parte alguma que não fosse empregada nos mesmos lampeões».

Em sessão de 5 de Fevereiro de 1852, a Câmara deu de arrematação a iluminação pública da vila somente de Outubro a Dezembro desse ano e Janeiro a Março do ano seguinte.

Em 1877 já a iluminação era feita a petróleo pois, em Dezembro, foi ordenado o pagamento da quantia de 135.110 reis — de despesa feita com «os lampeões para iluminação pública da Vila, colocação da cancela e vasilha para o petróleo».

Parece, por estes dizeres, que foi então que se substituiu o azeite por petróleo, embora o uso deste já estivesse generalizado, em outros concelhos, desde 1861.

No orçamento da Câmara para 1877-78 foi prevista a verba de 350 000 reis para a compra de lampeões para a Vila, o que confirma a renovação do sistema usado na iluminação pública, verificando-se, em 31 de Dezembro de 1878, o pagamento para a iluminação pública abrangendo o do petróleo, globos e mais objectos.

Por deliberação da Câmara Municipal, em Janeiro de 1912 (Notícias da Feira n.º 138, de 3 de Novembro de 1911) foi substituído este sistema de iluminação por o de acetilene, por meio de gasómetros, em cada candeeiro.

Manifestando a sua satisfação dizia o Correio da Feira n.º 760, de 10 de Fevereiro de 1912:

«Vem de ser melhorada a iluminação pública nesta vila e Caldas de S. Jorge, fazendo a Câmara substituir os velhos e carcomidos candeeiros por outros, novo

sistema da Vacuum Oil Company. Atendeu a Câmara uma necessidade há muito reclamada pelo que merece os louvores dos povos beneficiados».

Assim se manteve a iluminação até 8 de Dezembro de 1928, dia em que foi inaugurada a rede de distribuição eléctrica na Vila.

Em algumas das fotografias publicadas neste trabalho vêem-se os candeeiros que precederam as lâmpadas eléctricas.

Actualmente, a praça está iluminada por dois lampeões e três candeeiros de luz eléctrica, pelo sistema de vapor de mercúrio.

C)

PAVIMENTAÇÃO

Antigamente, o pavimento da Praça conforme uso da época, era formado por calçada, com lajes de pedra que, como se pode verificar, através das actas das sessões da Câmara Municipal do século passado, era objecto de constantes reparações, destacando-se, como de maior vulto, a autorizada na sessão de 20 de Dezembro de 1843, que teve por principal fim aumentar o espaço destinado ao mercado e na de 24 de Abril de 1858, cuja execução teve lugar por meio do auto de arrematação de 15 de Maio seguinte, em que foi atribuído ao arrematante fazer «de novo a calçada no sítio da praça, a desembocar «de novo a calçada no Domingos da Silva Canedo (entrada na Praça pelo lado sul), sendo levantada toda a calçada velha e a pedra a aplicar será rija e lavrada a picão grosso».

Posteriormente, foi pavimentada em sistema de calçada chamada à portuguesa, igual à usada nas ruas de Coimbra, para a feitura da qual foram contratados calceteiros desta cidade, o que perdurou até que foi adoptado o actual sistema de paralelepípedos.

Ainda consegui apurar através dum livro de contas do Dr. Sebastião Gomes da Costa Pacheco, existente no arquivo da minha casa das Ribas, por ele ter sido dono da mesma casa, que em 1775 e 1776 se procedeu a obra de grande pavimentação da vila, pois ele foi sócio do arrematante daquela obra — José Luís da Silva Careta, vindo, por vezes, a esta vila — «por amor das obras das calçadas» (contas de 8 de Novembro de 1775 e 12 de Junho de 1776). Embora ainda não tivesse, ao tempo, comprado aquela casa e quinta de Ribas a Fernando José Carvalho de Miranda Pinto Pereira da Silva e mulher D. Maria Eufrásia Soares de Albergaria Pereira, o que só teve lugar por escritura de 24 de Novembro de 1789, o seu interesse por negócios nesta vila pode-se explicar pelo facto de, então estar, nesta vila, como tabelião, um seu irmão Capitão Manuel Gomes da Costa Pacheco.

D)

CORREIOS

Pouco se sabe da história dos correios que possa interessar directamente a este trabalho — ou seja no que se relaciona com a Praça Velha.

É da tradição, que nada custa a aceitar como verdadeiro, que esta Praça, como centro principal da Vila, foi o local primeiramente destinado à recepção, distribuição e expedição do correio de aqui derivava para o vasto território da Feira e outros vizinhos, numa extensa área, como se pode ver pela expressa citação, feita com desenvolvimento, por Pedro Nolasco dos Reis (Presbítero do Hábito de Cristo, bacharel formado na Faculdade dos Sagrados Cânones e Cônego Prebendado na insigne colegiada de Ourém) no seu livro «Notícia individual dos Correios que servem os Reinos de Portugal e Algarve», publicado em continuação do Portugal Sacro-Profano de Paulo Dias de Nisa, 1767.

Aí também se diz que a Feira, então, contava-se entre as Terras de Portugal que tinha «Correios ou estafetas» o que já havia sido afirmado pelo P.º José de São Pedro Quintela (a Villa de Feyra em 1758 — no Grande Dicionário Geográfico de Portugal — vol. XV, fls. 195 e seguintes, conhecido por informações paroquiais), quando afirma naquele ano de 1758:

«Ha nesta villa correio de Lisboa que chega à sexta-feira ao meio dia e parte ao Domingo pela manhã; e chega o das províncias de Trás-os-Montes e Minho, ao Domingo à noite e parte na sexta de manhã».

É esta a notícia mais antiga que tenho, dos «correios», na Vila da Feira.

E)

S. CRISTÓVÃO

Na Vila da Feira sempre se fez a procissão do Corpo de Deus: até 1910 esteve a cargo da Câmara



A imagem de S. Cristóvão, exposta na Praça Velha, defronte do edifício dos Paços do Concelho.

Municipal, cujos membros nela se incorporavam juntamente com as autoridades judiciais, administrativas e militares, convocadas por ofício.

No século passado, a Câmara nomeava, em sessão, quem devia conduzir e pegar nas insígnias (bandeira, borla, tochas à Missa e para acompanhar a procissão, pálido e lanternas) nomeando-se quem devia compor e conduzir a imagem de S. Cristóvão, que sempre era incorporada na procissão.



Procissão do Corpo de Deus — em 1896.
A imagem de S. Cristóvão chega ao largo das Eiras (hoje Praça da República).

Aquela nomeação tornava obrigatória a comparecimento dos designados, porquanto consta da acta de 24 de Janeiro de 1844 (e em referência à festa das Fogaceiras — que se fazia, neste particular, com igual estilo à do Corpo de Deus) que o presidente dissera que tendo oficiado aqueles que deviam pegar nas insígnias na Festa das Fogaceiras e que «faltando alguns destes indivíduos sem causa motivada, fazendo por isso menoscabo da mesma Lei, propunha a mesma Câmara se sim ou não deve impôr aqueles indivíduos a pena marcada no Acordão n.º quarenta». Foi deliberado mandar officiar à autoridade competente para tomar efectiva a execução da Lei Municipal.

Como se vê da acta da sessão da Câmara, de 12 de Maio de 1874, foram convocados para a procissão, todos os párocos do concelho, e da sessão da mesma Câmara, de 17 de Maio de 1848, que a convocação abrangia, além dos que levavam as insígnias, «o Juiz de Direito e seus escrivães e mais empregados de justiça, Delegado, Administrador do Concelho, e respectivos Vigários da Vara para ordenarem aos Parochos das freguesias dentro de Legoa a sua assistência à mesma Festividade e Procissão, como são obrigados pela Lei e Constituição do Bispado», o que denota não ter sido bem sucedido o convite feito anteriormente ao clero, em geral, de todo o concelho.

Em sessão de 28 de Abril de 1853 mantinha-se a convocação dos Párocos dentro de légua e acrescentava-se «a da Polícia para prestar as guardas necessárias para a Igreja», o que tudo se renovou aquando da convocação feita para a procissão do ano seguinte (sessão de 1 de Junho).

A imagem de S. Cristóvão é propriedade da Câmara, como se afirma na acta da sessão de 30 de Maio de 1877: dela cuidava o município como consta das autorizações que, nesta sessão e na de 30 de Junho de 1849, foram dadas para pagamento da despesa com o conserto do vestido da imagem do Santo.

Antigamente, no dia da festividade, a imagem era exposta na Praça Velha, como se vê da fotografia que se reproduz, para, em seguida, ser exposta no patamar da escadaria do convento, onde ainda a vi muitos anos.

Os populares, por uma absurda crença, para valer ao fastio e debilidade, embebiam regueifas, em vinho e, depois, passavam-nas pelas mãos do Santo.

A partir de 1910, e até hoje, sempre se tem realizado a festa do Corpo de Deus, mas, como dissemos, já sem a intervenção da Câmara Municipal.

Há muitos anos que a imagem de S. Cristóvão não é incorporada na procissão, estando recolhida no edifício da Misericórdia.



A imagem de S. Cristóvão em dia de procissão do Corpo de Deus, nos claustros do antigo convento.

**Índice antroponímico das árvores genealógicas:
livros a consultar para um estudo mais completo**

Abreviaturas:

T. — Tomo do Nobiliário das Famílias de Portugal, de Felgueiras Gayo.

C. T. — Tomo dos Costados, do mesmo Nobiliário.

A. D. A. — Arquivo do Distrito de Aveiro.

H. B. — Tombo da Casa de Huette Bacelar.

- Aires Ferreira do Carvalhal (c. com Natália do Amaral) T. 21 — fl. 55
- Aires Ferreira do Carvalhal ou Aires Pinto Ferreira, o Cego (c. com Joana de Pinho — f.^a de André Homem da Costa e Cat.^a Vaz de S. Payo) C. T. I. — n.º 203
- Aires Ferreira de Vasconcelos (Fid.^o da Casa Real que dizem ser de Lamego ou da Terra da Feira, f.^o de Pedro Ferreira de Vasconcelos e de sua m.^{er} D. Francisca de Vasconcelos e viveram os dt.^{os} na qt.^a da Granja de Carcavelos no ano de 1506. Pedro Ferreira era da Terra da Feira e Fidalgo da Casa Real inda que outros o fazem de Lamego: não se sabe a sua tilição. C. com Cecília Coelho de Macedo: não confundir este Pedro Ferreira de Vasconcelos com outro, do mesmo nome e apelidos, filho de Aires Ferreira de Vasconcelos T. 12 — fl. 40
- Aldonça Dias Coelho (c. com Gonçalo Nogueira) T. 12 — fl. 39
- Alexandre de Abreu (c. com Catarina Lobato) T. 23 — fl. 161
- Álvaro Pereira de Aguiar (prior do Cadal) T. 27 — fl. 114
- Álvaro Soares de Albergaria (solteiro: teve filho B) T. 27 — fl. 107
- Amador de Aguiar Soares, também conhecido por Amador Soares Aguiar (viveu na qt.^a do Paço e foi Juiz dos Órfãos no Condado da Feira, c. na vila da Feira com Leonor de Meirelles, f.^a de José Soares tt.^o 23 n.º 16 - tt.^o 20 n.º 14) T. 23 — fl. 27
T. 27 — fl. 114 e 115
- Ana de Castro (c. com Rodrigo de Moura Coutinho) T. 21 — fl. 93
- Ana Jacinta Leal Pacheco (c. com Sebastião Pereira do Lago) T. 12 — fl. 48
A. D. A. —
Vol. XXXIII — fl. 57
- Ana Joaquina Guedes de Carvalho e Menezes (c. com Duarte Cláudio Huette, n. em Outubro de 1771, C. T. I. n.º 12) T. 21 — fl. 56
- Ana Leal (c. com António de Sousa Pacheco) T. 12 — fl. 48
A. D. A. —
Vol. XXXIII — fl. 58
- Ana Pereira T. 27 — fl. 114
- Ana Pinto de Almeida (c. com Vicente Soares Homem) T. 27 — fl. 113
- André Alves Pereira (c. com Joana Borges, na terra da Feira) T. 27 — fl. 114
- André Homem da Costa (c. com Catarina de Vaz de S. Payo — tt.^o Homens — § 16, n.º 2) T. 16 — fl. 88
T. 23 — fl. 27
T. 27 — fl. 113
- André Homem Godinho (no T. 12, fl. 42 chama-lhe André Godinho e no T. 16, fl. 96 chama-lhe André Homem) T. 12 — fl. 42
- Angela Camello (Sr.^a da qt.^a de Casal Dufe na freguesia de Frende — conc.^o de Bayão, no tt.^o de Mouras Coutinhos, § 7, n.º 6 — tt.^o Coutinhos, § 314, n.º 8, c. com Vicente de Moura Coutinho) T. 16 — fl. 96
T. 23 — fl. 161
- Angélica Maria Guedes (C. T. I. n.º 12, c. com Vitoriano José Mendes de Carvalho) T. 21 — fl. 56
- Antónia do Amaral Tavares (c. com Manuel da Mota Pereira, de Riba Douro, também conhecida por Antónia do Amaral) T. 21 — fl. 55
- Antónia Aranha (c. com João Soares Homem, como diz o letreiro da sua sepultura na Igreja de Vila da Feira) T. 23 — fl. 27
T. 27 — fl. 112
- Antónia de Castro (c. com Rodrigo de Moura Coutinho) T. 21 — fl. 93
T. 23 — fl. 161
- Antónia da Costa (c. com António de Pinho) T. 12 — fl. 43
- Antónia da Costa de Viveiros (c. com Manuel de Andrade) T. 12 — fl. 43
- Antónia Godinho (também lhe chamavam Inez — tt.^o Homens — § 17, n.º 6, c. com Estêvão Leitão Coelho) T. 16 — fl. 89
T. 21 — fl. 56
- Antónia Jacinto Camello (c. com António de Magalhães Coutinho) T. 23 — fl. 162
- Antónia Marques (c. com António Tavares Pinto da Rocha) C. T. I. n.º 203
T. 12 — fl. 42 e 53
- Antónia Moreira (c. com Vicente Pinho, moradores em Rolãens, da Feira) T. 21 — fl. 55
T. 23 — fl. 161
- Antónia Moreira do Amaral (c. com Dionísio Pereira Soares, de Alvarenga) T. 21 — fl. 56
- Antónia de Pinho (c. com Duarte Pinto) T. 23 — fl. 161

- Antónia Pinto (da quinta de Pombos, da terra da Feira, c. com o Ld.^o Lopo Soares de Albergaria) **T. 27 — fl. 114**
- Antónia Pinto (c. com Lopo Soares de Carvalho) **T. 16 — fl. 89**
- Antónia Soares de Vasconcelos (c. com João Nunes Cardoso — 6.^o senhor do Couto e Villa do Gofanhão e da quinta de S. João da Madeira) **T. 27 — fl. 110**
- Antónia de Vasconcelos Amaral (c. com António Leite do Amaral) ... **T. 21 — fl. 55**
- António de Aguiar ou António de Aguiar de Vasconcelos (c. com Madalena Soares de Albergaria: ela era de Fijõ, da terra da Feira, pessoa nobre e foi Sr.^a da Quinta de Fijõ. No T. 21, fl. 55, vem referido como Pedro de Aguiar, mas deve ser António de Aguiar de Vasconcelos, como é designado no T. 27, fl. 55) **T. 27—fl. 110 e 115**
- António Almeida (c. com Felipa Novaes) **T. 27 — fl. 112**
- António Gonçalves (c. com Maria Antónia) **A. D. A. —**
Vol. XXXIII—fl. 58
- António Leite do Amaral (c. com Antónia Vasconcelos) **T. 21 — fl. 55**
- António de Magalhães Coutinho (c. com Antónia Jacinto Camello e pai de Luiz de Magalhães Coutinho) ... **T. 23 — fl. 162**
- António de Magalhães Coutinho (c. com Maria Pinto de Moura e filho de Diogo Pinto Ribeiro, dos Pintos da Terra da Feira) **T. 23 — fl. 74 e 161**
- Antónia Moreira de Vasconcelos ... **T. 21 — fl. 55**
- António de Pinho (c. com Antónia da Costa) **T. 12 — fl. 43**
- António Soares (O Sarabanda) **T. 27 — fl. 115**
- António Soares de Albergaria (Sr. da Casa de Fijõ, c. com Maria Coelho) **T. 21 — fl. 56**
- António Soares da Costa Corte Real (f.^o de Matias Soares n.^o 12. Sucedeu na casa de Gafanhão e foi 10.^o Sr. do seu Couto e do Padroado da sua Igreja e do Morgado de S. João da Madeira, c. com D. Catarina Pereira de Lacerda, f.^a de Pantaleão Pereira do Lago, chamado o Galego e de D. Joana Pereira, neta pat.^a de João Correia Pereira e sua m.^{er} Catarina do Amaral, filha de Francisco da Fonseca do Amaral e neta materna de Francisco Botelho Soares de Pinho e de sua m.^{er} D. M.^a Pr.^a no tt.^o Correias, § 58, n.^o 15) **T. 12 — fl. 48**
- António de Sousa Pacheco (c. com Ana Leal) **T. 12 — fl. 48**
A. D. A. —
Vol. XXXIII—fl. 58
- António Tavares Pinto da Rocha (dos Pintos Tavares da Rocha, da vila da Feira, mestre de Campo de Auxiliares, c. com Antónia Marques) ... **C. T. I. n.^o 203**
T. 12 — fl. 42 e 53
- Bento Dias Rebello (c. com Maria Diniz) **T. 21 — fl. 56**
- Bernarda Coelho (c. com o Ld.^o João Borges de Cambra) **T. 27 — fl. 115**
- Bernarda Sofia de Leão (c. com Bernardo Moreira de Vasconcelos) ... **T. 21 — fl. 56**
T. 23 — fl. 27
- Bernardo Moreira de Vasconcelos (Cav.^o da Ordem de X.^o, também chamado Bernardo Moreira Cardoso de Vasconcelos, c. com Bernarda Sofia de Leão) **T. 21 — fl. 56**
T. 23 — fl. 27
- Branca Coelho (2.^a m.^{er} de Lopo Soares de Albergaria) **T. 27 — fl. 110**
- Branca Coelho (c. com Pedro Santar Soares e irmã, ou parente, do Comendador de Rio Mao e Roças) **T. 27 — fl. 110**
- Brites de Almeida (c. com João Soares de Albergaria) **T. 27 — fl. 112**
- Brites Aranha (c. com Diogo Vaz de Pinho) **T. 23 — fl. 27**
- Brites Aranha (c. com Francisco Botelho Soares) **T. 23 — fl. 27**
- Carlos da Silva (do lugar de Azevedo de S. Vicente de Pereira, c. com Madalena, ou Margarida Soares)... **T. 12 — fl. 42**
- Catarina do Amaral (c. com João Correia Ferreira Pereira) **T. 21 — fl. 56**
- Catarina Dias de Albergaria (c. com Fernão Gonsalves de Figueiredo: foi H. e Sr.^a de Albergaria de Payo Salgado, e Morgado, e Capella de S. Eutorpio, q Instituiu o Bispo de Silves, D. João Soares Alão)... .. **T. 27—fl. 105 e 106**
- Catarina Ferreira (filha da 2.^a mulher de Pedro Ferreira) **T. 12 — fl. 42**
- Catarina Gramacho (c. com Lucas Pinto) **T. 21 — fl. 57**
T. 23 — fl. 162
- Catarina Lobato (c. com Alexandre de Abreu) **T. 23 — fl. 161**

- Catarina Pereira de Lacerda (c. com António Soares da Costa Corte Real) T. 12 — fl. 48
- Catarina Rosa (c. com Diogo Tavares, também conhecida por Catarina de Santa Rosa) T. 21 — fl. 56
- Catarina Vaz de S. Payo (c. com André Homem da Costa — tt.º Homens, § 16, n.º 12) T. 16 — fl. 88
T. 23 — fl. 27
T. 27 — fl. 113
- Cecília Coelho (filha de Guiomar Ferreira) T. 12 — fl. 43
- Custódia Luiza de Bacelar (c. com Duarte Cláudio Huette: ver registo de casamento da neta D. Maria José Huette Bacelar da Silva Pereira com Dr. Francisco de Castro Matoso da Silva Corte Real, na vila da Feira, em 16 de Julho de 1855).
Diogo Leite de Vasconcelos T. 21 — fl. 57
- Diogo Moura Coutinho (viveu com sua m.ª Leonor de Pinho na Terra da Feira — tt.º de Coutinhos, § 311, n.º 7 — T. 23, fl. 161 e tt.º Mouras Coutinhos, § 3, n.º 7 — T. 21, fl. 93; foi Capitão principal — Recrutamento para a Guerra da Independência — 1647) T. 21 — fl. 93
T. 23 — fl. 161
- Diogo de Moura Coutinho (c. com D. Joana Mafalda de Magalhães Coutinho) A. D. A. n.º 64
T. 23 — fl. 161
- Diogo Moreira de Vasconcelos, o Velho (c. com Filipa de Matos Soares) T. 21 — fl. 55
T. 27 — fl. 115
- Diogo Moreira de Vasconcelos ou Diogo Cardoso Moreira de Vasconcelos (c., em 1674, com Inez de Andrade: foi Sr. da Casa de seu pai e Juiz na Feira) T. 21 — fl. 55
- Diogo Moreira Cardoso de Vasconcelos (cav.º da Ordem de X.º, f.º de Bernardo Moreira de Vasconcelos, c. com Josefa Violante de Vasconcelos) T. 21 — fl. 56
- Diogo Pinto (f.º de Gonçalo Vaz Pinto, c. com Mécia Pereira) T. 23 — fl. 64
- Diogo Pinto Ribeiro (c. com Maria de Carvalho) T. 23 — fl. 74 e 161
- Diogo Soares de Albergaria (c. com Urraca Fernandes, alcaide-mor de Aronches, senhor do Reguengo de Contenda da mesma villa e de todos os direitos e rendas de Campo Maior) T. 27 — fl. 105
- Diogo Soares Homem (c. com Jerónima de Almeida Novaes) T. 27 — fl. 112
- D. Diogo de Sousa (que governou as armas do Porto, f.º de D. Joana de Sousa, G.ª de Pernambuco, M.ª de Campo G.ª na Província da Beira) T. 23 — fl. 162
- Diogo Tavares (c. com Catarina Santa Rosa: nos Costados, Tomo I, n.º 12, Gayo chama-lhe D.ªs) T. 21 — fl. 56
- Diogo Tavares Cambra (c. com Maria do Couto — tt.º de Leites, § 3.º, n.º 11 e § 23, n.º 9) T. 21 — fl. 55
- Diogo Vaz de Pinho (o da Mina por ter ido a ela e ter vindo muito rico; c. com Brites Azanha) T. 23 — fl. 27
- Diogo Vaz de Pinho (Abade de Esmoriz) T. 23 — fl. 27
- Diogo Vaz de Pinho (pai de António Aranha) T. 27 — fl. 112
- Dionísio Pereira Soares de Albergaria (c. com Antónia Moreira do Amaral) T. 21 — fl. 56
- Domingos Godinho Ferreira (instituiu o Morgadio de S. Martinho de Argoncilhe) T. 12 — fl. 42
T. 16 — fl. 92 e 96
C. T. I. n.º 203
- Domingos Homem Soares (c. com Maria de Andrade) T. 16 — fl. 89
T. 21 — fl. 55
- Duarte Claudio Huette Sotto Mayor (c. com Maria Josefa de Freitas) T. 21 — fl. 56
- Duarte Claudio Huette (n. 7 Out. 1756 e c., 2 Out. 1771, com Ana Joaquina Guedes de Carvalho e Menezes) T. 21 — fl. 56
- Duarte Pinto (c. com Antónia de Pinho, Cav.º Fidalgo: era Juiz na vila da Feira em 1579, quando o Dr. Diogo Mello fez a Inquirição, morador na Terra da Feira) T. 23 — fl. 161
- Estevão Leitão Coelho (tt.º Homens. § 17, n.º 6, c. com Antónia Godinho, também chamada Inês) T. 16 — fl. 89
T. 21 — fl. 56
- Estevão Leitão Soares (c. com Maria de Andrade) T. 16 — fl. 89
- Felipa Mattos Soares (c. com Diogo Moreira de Vasconcelos) T. 21 — fl. 55
T. 27 — fl. 115
- Felipa de Pinho (c. com Pedro Soares Albergaria) T. 27 — fl. 113
- Felipa de Pinho (c. com Tristão Vaz de S. Payo) T. 16 — fl. 88
T. 23 — fl. 27
- Felipa Novais (c. com António de Almeida) T. 27 — fl. 112
- Fernando Andrade e Sá (c. com Maria Soares, da Feira) T. 12 — fl. 43

- Fernando Botelho Soares de Pinho (formado pela Universidade de Coimbra, c. com Isabel Soares Pereira de Lacerda) **T. 21 — fl. 56**
T. 23 — fl. 27
- Fernando de Castro Matoso (filho de Francisco de Castro Matoso da Silva Corte Real)
- Fernando Correia de Lacerda (que em religião foi D. Fernando de Santo António Botelho, Frade Crúzio) ... **H. B. — fl. 89**
- Fernão Gonçalves de Figueiredo (c. com Catarina Dias de Albergaria) **T. 27 — fl. 106**
- Fernão Leitão Soares **T. 16 — fl. 89**
- Fernão Soares de Albergaria (c. com Isabel de Mello) **T. 27 — fl. 106 e 107**
- Francisca de Aguiar (de Paços de Brandão, c. com Manuel Homem Soares) **T. 12 — fl. 42**
- Francisca Leonor Bacellar Sottomayor (c. com Francisco da Costa Pinto) ... **T. 21 — fl. 56**
- Francisca Pereira (filha de Amador Aguiar Soares) **H. B. — fl. 440**
- Francisca de Vasconcelos (c. com Pedro Ferreira de Vasconcelos) **T. 12 — fl. 40**
- Francisco Botelho Soares (c. com Brites Aranha) **T. 23 — fl. 27**
- Francisco Botelho Soares de Pinho (c. com Maria Pereira de Aguiar ou Maria Pereira de Andrade) **T. 27 — fl. 114**
- Francisco de Castro Matoso da Silva Corte Real (c. com Maria José Huette Bacellar da Silva Pereira) ...
- Francisco de Castro Matoso (f.º de Francisco de Castro Matoso da Silva Corte Real)
- Francisco da Costa Pinto (c. com Francisca Leonor Bacellar Sottomayor) **T. 21 — fl. 56**
- Francisco Moreira de Vasconcelos (c. com Paula de Pinho) **T. 21 — fl. 55 e 56**
- Francisco Tavares da Rocha — Morgado de Pigeiros (c. com Maria Lobato, filho de Manuel Tavares da Rocha e de Maria da Cunha) ... **C. T. 1 — n.º 203**
- Gabriel Dias Leão (c. com Margarida Correia) **T. 12 — fl. 35**
- Gonçalo de Figueiredo (D.) (c. com Sancha Gonçalves) **T. 27 — fl. 106**
- Gonçalo Nogueira (c. com Aldonça Dias Coelho) **T. 12 — fl. 39**
- Gonçalo Vaz Pinto (segundo memórias do Nobiliário da Casa de Sende dizem ser dos Pintos de Ferreiros de Tendaes, viveu na vila da Feira, onde casou com D. M.ª Lobato que estava recolhida no Convento de Landim, Sr.ª de qualidade) **T. 23 — fl. 161**
- Guiomar de Carvalho (tt.º 48, n.º 15, T. 23, fl. 74, c. com João de Prado de Mesquita) **T. 23 — fl. 74 e 161**
- Guiomar Ferreira de Vasconcelos ... **T. 12 — fl. 43**
- Inez Andrade (também conhecida por Ignez Andrade de Vasconcelos e Ignez Andrade Soares, c. com Diogo Moreira de Vasconcelos) **T. 21 — fl. 55**
- Inez Godinho (também lhe chamam Antónia Godinho — tt.º Homens, § 17, n.º 6, c. com Estevão Leitão Coelho) **T. 21 — fl. 56**
- Isabel do Carvalhal (ou Isabel Carvalhaes, c. com Domingos Godinho Ferreira) **T. 12 — fl. 42**
T. 16 — fl. 92, 96
C. T. 1. — n.º 203
- Isabel do Carvalhal Ferreira (filha de Natália do Amaral) **H. B. — fl. 188**
- Isabel Coelho (c. com Lopo Soares, f.º de M.ª el Homem) **T. 16 — fl. 89**
- Isabel Fernandes Cardoso (c. com João Coelho Macedo) **T. 12 — fl. 39**
- Isabel de Mello (c. com Fernão Soares de Albergaria) **T. 27 — fl. 106**
- Isabel Soares (c. com Pantalhão Ferreira Pereira) **T. 21 — fl. 56**
- Isabel Soares de Albergaria (c. com Salvador de Matos, Sr. da quinta de Rio Meão — § 33) **T. 27 — fl. 110 e 118**
- Isabel Soares Pereira de Lacerda (também chamada Isabel Soares de Lacerda, c. com Fernando Botelho Soares de Pinho) **T. 21 — fl. 56**
T. 23 — fl. 27
- Isabel Tavares (c. com Manuel Dias) **T. 21 — fl. 56**
- Jacinto José Pereira Leal (Padre) ... **A. D. A. —**
Vol. XXXIII — fl. 57
- Jacinto Leal de Sousa (Reitor de Canedo) **T. 12 — fl. 48**
A. D. A. —
Vol. XXXIII — fl. 58
- Jerónima de Almeida de Novais (sr.ª da qt.ª de Farey na Terra da Feira, f.ª H. de António de Almeida e sua m.ª Filipa Novais, c. com Diogo Soares Homem) **T. 27 — fl. 112**
- Jerónimo Diniz Pinto (Cap. Mor de Peso da Regoa, c. com Maria de Vasconcelos) **T. 21 — fl. 57**
- Joana de Abreu (c. com Tristão Mendes) **T. 23 — fl. 161**
- Joana Mafalda de Magalhães Coutinho (c. com Diogo de Moura Coutinho) **T. 23 — fl. 161**

- Joana Maria Pereira (m.^{er} de Pantalhão Pereira do Lago) **T. 12 — fl. 48**
A. D. A. —
Vol. XXXIII—fl. 58
- Joana Maria Pereira (c. com Lopo Soares de Albergaria) **T. 27 — fl. 113**
- Joana de Pinho (c. com Ayres Ferreira do Carvalhal) **T. 12 — fl. 42**
T. 16 — fl. 88
- Joana de Vasconcelos (c. com Manuel Teixeira Homem) **T. 23 — fl. 161**
- João Borges de Cambra (Licenciado, c. com Bernarda Coelho) **T. 27 — fl. 115**
- João Coelho Macedo (c. com Isabel Fernandes Cardoso) **T. 12 — fl. 39**
- João Correia Pereira (também conhecido por João Correia Pereira Ferreira, c. com Catarina do Amaral) **T. 21 — fl. 56**
T. 23 — fl. 27
- João Correia Pereira do Lago (c. com Mariana do Amaral) **T. 12 — fl. 48**
- João Nunes da Costa Cardoso (6.º Senhor do Couto e Vila de Gafanhão e da quinta de S. João da Madeira, c. com Antónia Soares de Vasconcelos) **T. 27 — fl. 110**
- João de Pinho (herdou a casa de S. Payo, c. em Ovar, onde viveu, com Maria da Fonseca) **T. 23 — fl. 27**
- João de Pinho (Abade de Esmoriz por renúncia de seu tio) **T. 23 — fl. 27**
- João de Prado Mesquita (c. com Guiomar Carvalho — tt.º 48, n.º 15) **T. 23 — fl. 74 e 161**
- João Soares de Albergaria (c. com Brites de Almeida) **T. 27 — fl. 112**
- João Soares Homem (c. com D. Antónia Aranha como diz o letreiro de sua sepultura na Igreja de vila da Feira, f.º de Diogo Vaz de Pinho) **T. 27 — fl. 112**
T. 23 — fl. 27
- José Joaquim da Silva Pereira (Marechal) (c. com Maria Eduarda Bacelar Huette da Silva Pereira) **T. 2 — fl. 103**
T. 21 — fl. 55
T. 27—fl. 111 e 115
- José de Matos Soares ou José Soares (c. com Maria Soares. No T. 21, fl. 55, chama-lhe José Matos Soares, § 23, n.º 17 e tt.º de Almeidas, § 65, n.º 60) **T. 27 — fl. 110**
- José Soares de Albergaria (filho de Lopo Soares de Albergaria e neto de Amador Soares de Aguiar, c. com Mariana de Almeida de Pinho) **T. 27 — fl. 114**
- Josefa Violante de Vasconcelos (n. em 17 de Julho 1710 e faleceu em 6 de Maio 1801, c. com Diogo Moreira Cardoso) **T. 21 — fl. 56**
- Leonor de Aguiar Soares (c. com Pascoal Gramaxo Pinto) **T. 27 — fl. 114**
- Leonor Caldeira (c. com Roque Lobato Pinto, moradores em Rolaens, da Feira) **T. 21 — fl. 55**
T. 23—fl. 161 e 173
- Leonor Caldeira Principal (c. com Marcos Moreira) **T. 21 — fl. 55**
T. 23—fl. 161 e 173
- Leonor Guedes (n. em 19 Out. 1773) **T. 21 — fl. 56**
- Leonor Meirelles (c. com Amador de Aguiar Soares) **T. 23 — fl. 27**
T. 27 — fl. 114
- Leonor (ou Maria) de Meirelles (c. com Lopo Soares de Albergaria, ele filho de Pedro Santar Soares) **T. 27 — fl. 110**
- Leonor de Pinho (c. com Diogo Moreira Coutinho, viverão na Terra da Feira — tt.º de Coutinhos, § 311, n.º 7 e Mouras Coutinhos § 3.º, n.º 7) **T. 21 — fl. 93**
T. 23 — fl. 161
- Lopo Soares (pai de Amador Aguiar Soares, c. com Maria Pereira) **T. 27 — fl. 114**
- Lopo Soares Albergaria (c. com Isabel Coelho) **T. 16 — fl. 89**
T. 21 — fl. 56
- Lopo Soares de Albergaria (f.º de Amador de Aguiar Soares. Casou na qt.ª de Pombos, da terra da Feira com Antónia Pinto) **T. 27 — fl. 114**
- Lopo Soares de Albergaria (pai de Pedro de Santar Soares. Viveu na província entre Douro e Minho no tempo do Rey D. Afonso 5.º, como consta pela justificação que fez seu neto Lopo Soares de Albergaria) **T. 27 — fl. 110**
- Lopo Soares de Albergaria (c. com Joana Maria Pereira) **T. 27 — fl. 113**
- Lopo Soares de Albergaria (filho de Pedro de Santar Soares n.º 10 — dizem alguns ser f.º de Fernão Soares de Albergaria posto no § 4.º, n.º 6. Foi Moço Fidalgo do Rey D. João 3.º por alvará de 9 de Julho de 1549, tirou Brasão de Armas em 19 de Julho do dt.º anno, Liv. 3.º dos Previlégios do Rei D. João 3.º, a fls. 221; c. 1.ª vez com Leonor ou M.ª de Meyrelles, f.ª de alguns dizem fora Lopo Soares, G.ºr da India e 2.ª vez com Branca Coelho) **T. 27 — fl. 110**
- Lopo Soares de Carvalho (c. com Antónia Pinto) **T. 16 — fl. 89**
- Lourenço Huette Bacelar (cav.º da Ordem de Christo, sr. da Casa do Paraíso, c. com D. Vitória de Lacerda) **T. 21 — fl. 56**
C. T. 1 — n.º 12

- Lourenço Huette Bacelar (n. a 29 de Janeiro de 1773) T. 21 — fl. 56
- Lucas Pinto (c. com Catarina Gramacho, viveu na qt.ª de Pontes, freguesia de S. Nicolao, da Feira) ... T. 21 — fl. 57
T. 23 — fl. 162
- Lucas Pinto Coelho (tt.º Pintos, § 279, n.º 3) também designado por Lucas Pinto Lobato, (c. com Madalena Soares ou Madelena Soares de Albergaria) T. 23 — fl. 173
T. 27 — fl. 115
- Lucas Pinto Lobato (ver Lucas Pinto Coelho)
- Luis Magalhães Coutinho (sucedeu na casa de seu Pay e Paço de Cidadelhe, c. com D. Eufrásia de Sousa) T. 23 — fl. 162
- Madalena Maria Eufrásia de Magalhães, também conhecida por Eufrásia de Sousa (c. com Luis de Magalhães Coutinho) T. 23 — fl. 162
- Madalena Moreira (c. com Manuel Lobato Pinto) T. 21 — fl. 55 e 57
- Madalena Soares (ou Madalena Pereira) T. 27 — fl. 114
- Madalena (ou Margarida) Soares (f.ª de Catarina Ferreira e de Carlos da Silva) T. 12 — fl. 42
- Madalena Soares de Albergaria (c. com António de Aguiar Vasconcelos, pessoa nobre, senhor da quinta de Fijõ, da Terra da Feira) T. 27 — fl. 110 e 115
- Madalena Soares de Albergaria (c. com Lucas Pinto Coelho — tt.º Pintos, § 279, n.º 3) T. 23 — fl. 173
T. 27 — fl. 115
- Manuel Alvares de Castro de Ar.º. (Comtrampona Brasileiro Rico Cav.º da Ordem de X.º e Cav.º Fid.º por Alvará de 10 de Abril de 1743, c. com Maria Joana Jacinta Ferreira do Lago) A. D. A. —
Vol. XXXIII—fl. 58
- Manuel Andrade (c. com Antónia da Costa de Viveyros: H. B. cit. ob. a fl. 82 chama-lhe Manuel de Andrade Freire Pinto) T. 12 — fl. 43
- Manuel Dias (c. com Isabel Tavares) T. 21 — fl. 56
- Manuel Godinho Homem (sucedeu no Morgado de S. Martinho de Argoncilhe a seu irmão Aires Ferreira do Carvalhal que faleceu sem geração: era filho de Isabel Carvalhaes, c. com Vitória Pinto) T. 12 — fl. 42
T. 16 — fl. 96
C. T. 1 — n.º 203
- Manuel Homem Soares (c. com Francisca de Aguiar, de Paços de Brandão) T. 12 — fl. 42
- Manuel Leite de Vasconcelos (filho de Francisco Moreira de Vasconcelos) T. 21 — fl. 56
- Manuel Lobato Pinto (c. com Madalena Moreira) T. 21 — fl. 57
- Manuel Magalhães Coelho (Sr. da qt.ª do Freixo de Cima junto a Amaranate — tt.º de Mouras Coutinhos, § 2.º, n.º 80, tt.º Magalhães, § 53, n.º 14, c. com D. Mariana Camelo Alcoforado) T. 23 — fl. 162
- Manuel Mota Pereira (de Riba Douro) (filho de António Moreira, c. com Antónia do Amaral Tavares) ... T. 21 — fl. 55
- Manuel Pereira (Padre) (também conhecido por Manuel Pereira de Andrade, vigário de Rio Meão, f.º de Amador de Aguiar Soares) ... T. 27 — fl. 114
- Manuel Pereira (O Galego) T. 23 — fl. 27
- Manuel de Pinho (c. com Maria do Couto) H. B. — fl. 87
- Manuel Tavares da Rocha (c. com Maria da Cunha) T. 22 — fl. 221
T. 27 — fl. 158
C. T. 1 — n.º 203
- Manuel Teixeira Homem (governador de Alfajates, c. com Joana de Vasconcelos) T. 23 — fl. 161
- Marcos Moreira (Fid. da Casa do Infante D. Luís e morador, com sua mulher, Leonor Caldeira, em Rolões da Feira) T. 21 — fl. 55
T. 23 — fl. 161 e 173
- Margarida Correia (c. com Gabriel Dias Leão) T. 12 — fl. 35
- Maria de Andrade (c. com Estevão Leitão Soares) T. 16 — fl. 89
T. 16 — fl. 89
- Maria de Andrade (alguns chamam-lhe Maria de Andrade Freire, c. com Domingos Homem Soares) ... T. 21 — fl. 56
H. B. — fl. 188-v.
- Maria Antónia (c. com António Gonçalves) T. 12 — fl. 48
A. D. A. —
Vol. XXXIII—fl. 58
- Maria Borges ou Maria de Morais (de Arrifana de St.ª Maria, c. com Pedro Soares) T. 2 — fl. 103
T. 27 — fl. 115
- Maria de Carvalho (c. com Diogo Pinto Ribeiro) T. 23 — fl. 74 e 161
- Maria da Cunha (c. com Manuel Tavares da Rocha) T. 22 — fl. 221
T. 27 — fl. 158
C. T. 1 — n.º 203
- Maria Coelho (Sr.ª da casa de Fijõ, c. com António Soares de Albergaria) T. 21 — fl. 56
- Maria do Couto (tt.º de Leites, § 3.º, n.º 11 e § 23, n.º 9, c. com Diogo Tavares de Cambra) T. 21 — fl. 55

- Maria do Couto de Vasconcelos (c. com António Moreira) **T. 21 — fl. 55**
- Maria do Couto (c. com Manuel de Pinho, viviam em 1615) **H. B. — fl. 87**
- Maria Diniz (c. com Bento Dias Rebello) **T. 21 — fl. 56**
- Maria Eduarda Bacelar Huette da Silva Pereira (c. com o Marechal José Joaquim da Silva Pereira)
- Maria Ferreira (avó de Lourenço Huette Bacelar, c. com Tomás de Freitas) **T. 21 — fl. 56**
- Maria da Fonseca (c. com João de Pinho) **T. 23 — fl. 27**
- Maria Jacinta Pereira Leal (ou Maria Joana Jacinta Pereira do Lago, c. com Manuel Alvares de Castro de Araujo) **T. 12 — fl. 48**
A. D. A. —
Vol. XXXIII—fl. 58
- Maria José Huette Bacelar da Silva Pereira (c. com Francisco de Castro Matoso da Silva Corte Real)
- Maria Josefa de Freitas (mãe de Lourenço Huette Bacelar, c. com Duarte Claudio Huette Sottomayor) ... **T. 21 — fl. 56**
- Maria Leal (c. com Pantalião Rodrigues) **T. 12 — fl. 48**
A. D. A. —
Vol. XXXIII—fl. 58
- Maria Lobato (c. com Gonçalo Vaz Pinto) **T. 23 — fl. 161**
- Maria Pereira (c. com Lopo Soares) **T. 27 — fl. 114**
- Maria Pereira Aguiar (c. com Francisco Botelho de Pinho) **T. 27 — fl. 114**
- Maria Pinto Lobato, ou Maria Lobato, ou Maria Lobato Godinho (c. com Francisco Tavares da Rocha, Morgado de Pigeiros e sucedeu no Morgado e Casa de seu pai) **T. 12 — fl. 42**
T. 16 — fl. 96
C. T. 1 — n.º 203
- Maria Pinto de Moura (f.ª de Leonor de Pinho, c. com António de Magalhães Coutinho) **T. 23 — fl. 74 e 161**
- Maria Soares (c. com Fernando de Andrade de Sá) **T. 12 — fl. 43**
- Maria Soares (m.ª de José Soares ou José Matos Soares, § 23, n.º 17, e tt.º de Almeidas, § 65, n.º 20, da Quinta de Fijô) **T. 2 — fl. 103**
T. 21 — fl. 55
T. 27—fl. 111 e 115
- Maria de Vasconcelos (f.ª de Diogo Moreira de Vasconcelos, c. com Jerónimo Diniz Pinto) **T. 21 — fl. 55 e 57**
- Mariana de Almeida de Pinho (c. com José Soares de Albergaria) **T. 27 — fl. 114**
- Mariana do Amaral (c. com João Correia Pereira do Lago) **T. 12 — fl. 48**
- Mariana Camello Alcoforado (c. com Manuel de Magalhães Coelho, tt.º de Mouras Coutinhos, § 2, n.º 8, e tt.º de Magalhães, § 53, n.º 14)
- Mécia Pereira (c. com Diogo Pinto, f.º de Gonçalo Vaz Pinto) **T. 23 — fl. 162**
T. 23 — fl. 64
- Mécia Vaz (c. com Pedro Soares de Albergaria) **T. 27 — fl. 107**
- Natália do Amaral (c. com Aires Ferreira do Amaral) **T. 21 — fl. 55**
- Pantalião Ferreira Pereira (c. com Isabel Soares: são os bisavós de D. Bernada Moreira de Vasconcelos) **T. 21 — fl. 56**
- Pantalião Pereira do Lago (f.º de João Cor.ª Per.ª do Lago, c. na Vila da Feira, com D. Joana M.ª, filha de Francisco Botelho de Pinho e sua m.ª D. M.ª Fr.ª. Foi Pantaleão Pr.ª Juiz dos órfãos e proprietário na Vila da Feira) ... **T. 12 — fl. 48**
A. D. A. —
Vol. XXXIII—fl. 58
- Pantaleão Rodrigues (c. com Maria Leal) **T. 12 — fl. 48**
A. D. A. —
Vol. XXXIII—fl. 58
- Pascoal Gramacho Pinto (c. com Leonor de Aguiar Soares) **T. 27 — fl. 114**
- Paula de Pinho (c. com Francisco Moreira de Vasconcelos) **T. 21 — fl. 55 e 56**
- Pedro de Aguiar (Sr. da qt.ª de Fijô na Vila de Feira: deve ser António e não Pedro, embora no T. 21, fl. 55 lhe chame Pedro — tt.º Soares Albergaria, § 32, n.º 16 e tt.º de Almeidas, § 65, n.º 20) **T. 21 — fl. 55**
T. 27 — fl. 115
- Pedro Ferreira de Vasconcelos (tt.º Correias, § 40, n.º 11) **T. 16 — fl. 92**
- Pedro Ferreira de Vasconcelos (pai de Aires Ferreira do Carvalhal — tt.º Correias, § 40, n.º 11, c. com Francisca de Vasconcelos) **T. 12 — fl. 40**
- Pedro Homem da Costa (pai de André Homem da Costa) **T. 16 — fl. 88**
- Pedro de Santar Soares (f.º de Lopo Soares tomou o apelido de Santar de seu 5.º avô Fernão Glz de Fgd.º de Santar, foi Snr. da qt.ª de Farei q he Praso da Comenda de Roças q lhe fez um Comendador da d.ª Comenda: foi Cap.ªm das Ordenanças, c. com Branca Coelho) ... **T. 27 — fl. 110**
- Pedro Soares de Albergaria (Militou em Mazagão. Chamou-se Pedro Soares de Cambra e Pedro Soares de Thiamonde. T. 16, fl. 88) **T. 27 — fl. 113**
- Pedro Soares de Albergaria (viveu no reinado de D. João 2.º na Provín-

- cia do Minho: por um instrumento de El-Rey no anno de 1493 consta ser parente do conde de Arroyolos e Fid.º da Casa Real, com 4 mil reis de moradia, c. com Mecia Vaz) **T. 27—fl. 107 e 110**
- Pedro Soares de Vasconcelos (também conhecido por Pedro Soares, c. com Maria Borges ou Maria de Morais) **T. 2—fl. 103**
T. 27—fl. 115
- Pedro Vaz Pinho (viveu na Terra da Feira. Pai de Felipa de Pinho) ... **T. 23—fl. 27**
- Pedro Vaz de Sampaio (pai de Tristão Vaz de S. Payo) ... **T. 23—fl. 27**
- Rodrigo de Moura Coutinho (c. com Antónia de Castro e era pai de Diogo de Moura Coutinho que c. com Leonor de Pinho dos Mouras Coutinhos, § 3, n.º 5, fl. 74 e § 48, n.º 15) ... **T. 23—fl. 161**
- Roque Pinto Lobato (foi Sr. da qt.ª do Paço na Terra da Feira, c. com Leonor Caldeira) ... **T. 21—fl. 155**
T. 23—fl. 161 e 173
- Roque Pinto Lobato (Dr.) (Grande letrado) .. **T. 12—fl. 42**
T. 16—fl. 96
- Salvador de Matos (Sr. da quinta de Riomeão, c. com Isabel Soares de Albergaria, § 33) ... **T. 27—fl. 110 e 118**
- Sancha Gonçalves (c. com D. Gonçalo de Figueiredo) ... **T. 27—fl. 106**
- Sebastião Godinho Ferreira (c. com Isabel do Carvalhal Ferreira) ... **H. B.—fl. 88**
- Sebastião Pereira do Lago (c. com Ana Jacinta Leal Pacheco) ... **T. 12—fl. 48**
A. D. A.—
Vol. XXXIII—fl. 57
- Thomaz de Freitas (avô de Lourenço Huette Bacelar, c. com Maria Ferreira) ... **T. 21—fl. 56**
- Tomé (ou Thomaz) Soares—Clérigo ... **T. 2—fl. 103**
T. 27—fl. 115
- Tristão Mendes (pai de Alexandre de Abreu, c. com Joana de Abreu) ... **T. 23—fl. 161**
- Tristão Vaz de S. Payo (c. com Felipa de Pinho) ... **T. 16—fl. 88**
T. 23—fl. 27
- Urraca Fernandes (c. com Diogo Soares de Albergaria) ... **T. 27—fl. 105**
- Vicente Moura Coutinho (Sr. da qt.ª de Casal Dufe, na freg.ª de Frende, Conc.º de Bayão, no tt.º de Mouras Coutinhos, § 7.º, n.º 6, tt.º Coutinhos, § 314, n.º 8, c. com Angela Camelo) ... **T. 23—fl. 161**
- Vicente de Pinto, (filho de Pedro Vaz de Pinho e irmão de Filipa de Pinho) ... **T. 23—fl. 27**
- Vicente de Pinho (pai de Antónia de Pinho, morador na Terra da Feira, tt.º Pinhos, §§ 1.º e 9.º) ... **T. 23—fl. 161**
- Vicente de Pinho (c. com Antónia Moreira, moradores em Rolões, da Feira) ... **T. 21—fl. 55**
T. 23—fl. 161
- Vicente Soares Homem (c. com Ana Pinto de Almeida) ... **T. 27—fl. 113**
- Vitória de Lacerda (teve 12 filhos nascidos entre 1756 e 1774, cujo nome completo era Vitória de Lacerda Cardoso Botelho de Pinho Pereira, H.B. cit. ob., fl. 441 verso, c. com Lourenço Huette Bacelar) ... **T. 21—fl. 56**
- Vitória Pinto (c. com Manuel Godinho Homem) ... **T. 12—fl. 42**
T. 16—fl. 96
C. T. 1—n.º 203
- Vitoriano José de Mendes Carvalho (B.ªl, c. com Angélica Maria Guedes) ... **T. 21—fl. 56**

«Não sou eu o primeiro dos escritores, que, depois de impressas as suas Obras, as addição, e supplemção como confessando, ou a fraqueza do discurso humano; ou a aquisição de novas luzes: Escritores de que podia fazer aqui hum grande Catalogo» (Tratado prático de Morgados, por Manuel de Almeida e Sousa de Lobão, 2.^a edição, fls. 5).

CAPÍTULO I-1 — A

Casa que pertenceu a D. Vitória de Lacerda Cardoso Botelho de Pinho Pereira e a seu marido Lourenço Huette Bacelar de Sotto Maior

Quanto à espada recolhida no Museu da Câmara Municipal da Feira, creio que o Dr. Vaz Ferreira laborou em erro quando a identificou como sendo a do Marechal de Campo graduado — José Joaquim da Silva Pereira.

Trata-se de uma espada tão modesta, que, não é de crer que tivesse sido usada por oficial do exército de tão alta patente. Demais, foi abandonada, na casa em que ele viveu na Praça Velha e que seu neto, Dr. Fernando de Castro Matoso, juntamente com sua mulher, vendeu a António Bernardo Coimbra, espada que, seus filhos, ofertaram àquele Museu: não é verosímil que o Marechal, quando abandonou a casa, para ir viver em Lisboa, onde faleceu a 14 de Setembro de 1865, aí tivesse deixado a sua própria espada de Marechal e ainda que o seu neto, ao vendê-la, não tivesse o cuidado de a recolher, como especial recordação de seu avô.

Tudo leva a concluir que se trata de uma espada sem valor, nem mesmo estimativo, simples peça de adorno que, porventura, fazia parte de uma colecção de armas.

D. Josefa Violante de Vasconcelos, mãe de D. Vitória de Lacerda, conhecida pela «senhora D. Josefa da Praça», nasceu em 17 de Julho de 1710 e faleceu, na sua casa da Praça Velha, em 6 de Maio de 1801. Num diário, que possuo no meu arquivo, referente a esta época, o tabelião desta comarca — capitão Manoel Gomes da Costa Pacheco, irmão do antigo dono da minha casa das Ribas, onde vivo, Dr. Sebastião da Costa Pacheco — referindo-se ao seu falecimento, diz que foi senhora honrada e muito amante dos pobres sendo possuidora das mais belas e virtuosas qualidades pelo que era «querida e reverenciada por todos desta Vila e Comarca».

Notas curiosas

b) — No «Livro memorial da fazenda deste convento para se dar principio ao Tombo tão necessário para a sua administração» que existe na Biblioteca Municipal da Feira, da autoria do P.^o Jorge de São Paulo, referente ao convento de São João Evangelista desta vila, a fls. 35, anotou e subscreveu António da Anunção Magalhães (reitor do mesmo Convento em 1648-49), «na primeira cova do corpo da Igreja n.^o 5 esta sepultado o abade Diogo Vaz de Pinho, em sepultura perpetua que comprou seu sobrinho Salvador de Matos, para si e seus irmãos (sobrinhos do dito abade), e todos os mais herdeiros deste Salvador de Matos, o qual deu pelo direito da sepultura três mil reis para que em todo o tempo conste fiz assento em 1649. declaro que deu três mil e duzentos reis». Por outra letra, diz-se: «Abaixo logo esta sepultado Belchior Lopes Anjinho abade que foi de Romariz faleceu neste Mosteiro».

Por sua vez, e por letra de Manuel da Purificação Magalhães (que foi reitor do mesmo Convento em 1668-70), encontra-se ainda a seguinte anotação por ele subscrita: «Domingos Homem Soares comprou uma sepultura nesta Igreja de São Nicolau na qual está sepultada Maria d'Andrade Freire pela qual deu dois mil reis e lhe puseram de sinal um S que quere dizer Soares emquanto se não poe pedra e letreiro; e por verdade fiz esta lembrança para não haver duvidas hoje 29 de Setembro de 1670».

Esclareço que aquela Maria d'Andrade Freire era mulher de Domingos Homem Soares.

E ainda, mas por letra do reitor Jacinto da Conceição (1671-73), que a firmou com a sua assinatura, está escrito marginalmente «os herdeiros de Domingos Homem Soares compraram uma sepultura em que ele se enterrou que é a 2.^a na 6.^a fiada defronte de S. Sebastião. deram por ela dois mil reis em 2 de Março de 672».

Neste livro do P.^o Jorge de São Paulo há uma planta das sepulturas que existiam dentro da Igreja, com as seguintes indicações quanto ao que interessa a este estudo:

1 — A quinta ao meio da 1.^a fiada.

(por letra diversa) «A casa de Fijõ — Sepultura de Diogo Vaz de Pinho abade de Esmoriz e seus herdeiros (Por letra diversa): «que hoje é de João de Castro».

2 — A quinta da 2.^a fiada por baixo da anterior: Sepultura de Belchior Lopes Anjinho abade que foi de Romariz (por letra diversa): «Esta é agora de Francisco Botelho Pereira e de seus herdeiros... 2000».

Nada mais consta que interesse a este trabalho e particularmente ao referido nestas «Notas Curiosas» alínea b) nas árvores genealógicas.

Ver transcrição feita por Dr. Vaz Ferreira, no Arquivo do Distrito de Aveiro, Vol. 16, pág. 269 e 270.

CAPÍTULO I-2

Casa que hoje pertence a Francisco Plácido Resende

Quanto ao já falado António Rodrigues Bucho: foi «alferes do Capitão Antão Pereira» e, como tal, assinou, juntamente com outros capitães e alferes desta vila e concelho, o auto de posse que, em 18 de Maio de 1708, foi dada, ao Infante D. Francisco, do condado da Feira, por força da doação que lhe foi feita por seu irmão, o Rei D. João V, por carta de 10 de Fevereiro de 1708, «de todo o direito que a Coroa tinha ao Condado e casa da Feira», que havia vagado por morte do Conde D. Fernando Forjaz Pereira, ocorrida em 15 de Janeiro de 1700. Este António Rodrigues que, por vezes recebia no seu nome «Bucho» como apelido e, outras, como alcunha, foi casado com Joana da Fonseca: deste casamento houve Rosa Maria da Fonseca que casou com André da Silva, da Feira, filho de Domingos da Silva, de Espargo e de Maria de Freitas. Do casamento deste André com a Rosa Maria da Fonseca nasceu Francisco de Almeida Cabral, cirurgião, que casou com Rosa Maria do Nascimento Malheiro havendo, deste casamento, uma filha de nome Teresa Luísa que casou com João Xavier Nogueira, filho de Pedro Lopes Nogueira e de Plácida Teresa Xavier (Famíliares do Santo Ofício, pelo Dr. Jorge Hugo Pires de Lima, no Arquivo do Distrito de Aveiro, Vol. 34, pág. 225 e 226).

Aquele cirurgião Francisco de Almeida Cabral (que foi familiar de Santo Ofício por carta de 13 de Maio de 1783) nasceu na freguesia de S. Nicolau da Feira e morou na rua da Calçada do Correio Mor, da freguesia de S. Ildefonso, extra-muros da cidade do Porto, mas os seus pais viveram na Feira (cit. Rev., Vol. e pág.).

Dada a identidade de apelidos convenço-me que este cirurgião era parente de Francisco José de Almeida Cabral, já referido neste trabalho, que, por escritura de 27 de Setembro de 1806, tomou de emprazamento à Santa Casa da Misericórdia da Feira, a casa hoje é pertença de D. Maria Júlia Rifa de Araújo, que confrontava pelo sul com «as casas de baixo que foram do dito António Rodrigues Bucho».

Este Bucho, por escritura de 2 de Junho de 1679, comprou a Amaro Gomes, um assento de casas, nas Eiras, desta Vila de Feira, que confrontava do nascente com a estrada que ia da vila para o Porto, do poente e norte com Gonçalo Fernandes, o Casolo e do sul

com o olheiro e estrada: pagava foro, da casa, ao Castelo, e, do campo, a Diogo Moreira de Vasconcelos, bisavô de D. Vitória de Lacerda (ver Huette Bacelar, cit. ob. fl. 207) que teve demanda com o referido genro do Bucho, de nome André da Silva, em 21 de Março de 1695, para pagamento daquele foro.

A sorte não deve ter bafejado muito o Bucho, pois, em 3 de Julho de 1689, foram ordenados, judicialmente, os pregões «em todos os bens moveis e de raiz em que se tem feito penhora a António Rodrigues Bucho pelo dinheiro que esta devendo... para as obras da igreja da villa», a fim de serem arrematados (tombo dos documentos do convento de S. João Evangelista da Feira, vol. 10, pág. 26). Em 13 de Agosto do mesmo ano, nas notas do tabelião João Lopes Correia, desta vila, ele vendeu a Manuel Álvares e a seus cunhados, a renda de trinta e cinco alqueires de pão meado, por certo para pagar aquele seu passivo (cit. tombo, vol. 10, pág. 21): no índice deste tombo, vem nomeada esta transmissão como venda de António Rodrigues Bucho aos seus caseiros da freguesia de Lobão.

José Caetano Correia Gomes, referido neste trabalho, era filho do capitão Frederico Correia Gomes e de sua mulher Francisca Marques da Costa, todos da freguesia de Sanfins; casou com Francisca Caetano de Almeida Cabral, filha de Manuel de Almeida Cabral (já falecido em 12 de Novembro de 1737, data em que se casou a José Caetano), e de sua mulher Joana Teresa da Silva, todos da Feira.

José Caetano que foi escrivão do tombo da Casa do Infantado e proprietário da casa já mencionada de D. Maria Júlia Rifa de Araújo, faleceu, no estado de viúvo, em 20 de Novembro de 1799, com 90 anos pouco mais ou menos.

O licenciado Matias Soares, que foi tabelião nesta vila e tomou de emprazamento a casa do «escritório» por escritura de 25 de Agosto de 1705, foi sepultado na Igreja matriz de S. Nicolau da Feira, na 6.ª fiada da parte do Evangelho.

CAPÍTULO I-3 — A

Casa que foi de Duarte Pinto

Dissemos que D. Maria José deve ter vendido à mãe a sua parte (¼) da casa da Praça que lhe ficou adjudicada no inventário por óbito de seu pai o Dr. José de Moura Coutinho. Na verdade parece que assim sucedeu porque, na escritura de venda da mesma casa a Francisco Pereira Pinto de Lemos, por escritura de

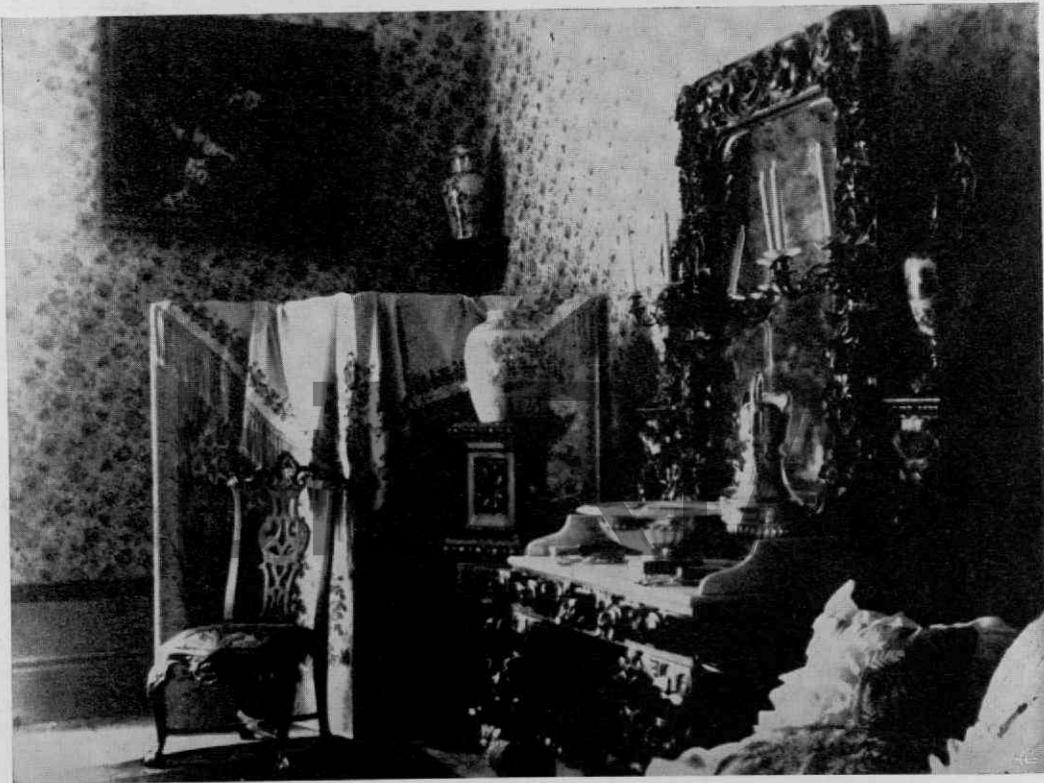
17 de Agosto de 1875, a viúva D. Maria Máxima transmitiu o seu direito que, pelo preço recebido, se averigua corresponder a $\frac{3}{4}$ (2 250\$00).

CAPITULO I-3 B-1 — A

Casa de Pantaleão Pereira do Lago

Esta casa, em 17 de Dezembro de 1543, estava na posse de Braz de Oliveira, como se verifica da confrontação dada ao prédio contíguo, que lhe ficava imediatamente para o norte, que, por escritura daquela

a favor de D. Alvaro Pereira Forjaz Coutinho ordenada pelos Doutores Joseph Correa Barreto e Francisco Vaz Tagarro, com huma summaria recupilação do conteúdo neste volume, que servirá de Indice aos documentos delle», da autoria do Padre Mestre Pedro da Conceição, Conego Secular da Congregação de S. João Evangelista «& legitimo irmão do Autor perpendente» impresso, em Lisboa, em 1720 «em que se autorisa o Conde da Feira D. Diogo e sua mulher D. Ana Meneses a dar, ao Morgado do Castello da Feira, a villa e Terra de Pereyra, Couto de Cortegaça e a Quinta de Orneias em subrogação da tença e juro



Visita de El-Rei D. Manuel II à Vila da Feira. Outro aspecto dos seus aposentos.

data, foi dado de emprazamento, de natureza perpétua, pelo Conde da Feira, D. Manoel Pereira, a Duarte Pinto.

Podemos, agora, e pelo que passamos a expor, afirmar que aquele Brás de Oliveira, em Dezembro de 1563, trazia esta casa (de que foi mais tarde enfiuteuta Pantalhão Pereira do Lago) de emprazamento à Casa da Feira, o que se deve ter mantido até à sua morte que ocorreu em data anterior a 1586, pois, então, sua mulher Antónia Lopes já era viúva. Há uma referência a esta casa e ao emprazamento feito ao Braz de Oliveira, num alvará Rial de 17 de Dezembro de 1563, firmado pelo Cardeal Infante, transcrito de fl. 110 a 116 da «Allegaçam pratica e jurídica sobre a posse, e sucessam do título e casa da Feyra e Infantado

de cento e doze mil e quinhentos reis, vendidos a D. Antam de Noronha, que faziam parte desse Morgadio».

Como porém, aquela Vila e Terra de Pereyra e Couto de Cortegaça, pertenciam ao dote da referida Condessa por tudo ter sido comprado para esse fim, o Conde foi autorizado, por esse mesmo alvará, a trocar este património por outros seus bens, o que fez para não haver prejuízo nem para o morgadio nem para o referido dote.

Assim reza a fl. 114: «& assim hey por bem que o dito Conde, & Condeça possam dar, & sobrogar, ao dito Morgado a dita Villa de Pereyra, & Couto de Cortegaça, com todos os Casaes & cousas que lhe per-

tencer: & assim a dita Quinta de Ornellas, em lugar do dito juro, sem embargo da dita Villa de Pereyra, e Couto de Cortegaça serem dotaes, & de pertencerem á dita Condeça, por bem do seu dote. E isto sobrogando, & dando o dito Conde em lugar da dita Villa, & Couto pera o dote da dita Condeça, as Casas & Ilha da Villa de Ovar, & os Moinhos da Ponte da Feyra, & o Casal de Espargo, & as Casas do prazo de Pero Ferreyra e de Bras de Oliveira, & de Henrique de Araujo, da dita Villa da Feyra q todos pretencem ao dito Conde, & lhe fazem foro como bens seus patrimonias, & os trazerem as ditas pessoas emprazadas em vidas, reconhecendo por direyto Senhorio dellas, os quaes bens, & propriedades acima declarados, ficarão dotaes, & seguirão á natureza dos bens do dote da dita Condeça, assim & de maneyra que erão dotaes a dita Villa de Pereryra, & Couto de Cortegaça, & como havião de ser regulares por as clausulas, & condições, do dito dote, visto como pelas ditas diligências, & por estromentos de consentimento, que me apresentarão, se mostra serem as partes disso contêtes, & requererem a dita troca, & ser em proveyto do dito dote fazer-se pelas causas na dita petição declarada».

Aquelas Casas de prazo, de Brás de Oliveira, são, sem dúvida, aquelas de que ora tratamos. Não sei, porém, onde se localizavam as outras, emprazadas a Pero Ferreyra e Henrique de Araújo.

Creio que não estavam na Praça Velha; muitas outras tinha a casa da Feira na vila, dadas de emprazamento, como acontecia com as que eram possuídas pelos filhos de Francisco Correia, em 1689 (hoje de D. Branca Alves de Castro Mendes dos Santos), pelo licenciado José de Freitas e sua mulher Maria Ferreira, em 1707, casas estas que mais tarde vieram ao dominio da familia Teixeira Guimarães, sita imediatamente para sul da que foi de Veríssimo de Oliveira Guimarães que, por sua vez, era contígua, imediatamente para sul, daquela que hoje pertence à referida D. Branca Mendes dos Santos. No citado livro, na «summaria recopilacam» feita pelo dito Padre Pedro da Conceição, denominam-se, aquelas casas, como «três moradas de Casas na mesma Vila» e não se diz na Praça da Vila, o que mais convence que nem todas estavam implantadas na dita Praça: a dada de emprazamento a Brás de Oliveira é que, seguramente, aí ficava localizada.

Quanto às outras talvez ainda se venha a apurar onde estavam.

Aquele alvará, bem como os demais documentos transcritos no referido livro, são os que serviam de base à petição de embargos à sentença proferida nos «feytos da Fazenda, & Coroa, na parte, que lhe não julgão a posse, que tomou dos bens Reais, & jurisdicionais, que possuia a Casa da Feyra», pleito que teve lugar após a extinção da Casa da Feira por morte,

sem descendência, em 1700, do Conde da Feira, D. Fernando e da incorporação desta casa na do Infantado, livro onde consta a recopilação sumária do pleito e seus fundamentos pelo mencionado Padre Mestre Pedro da Conceição, a petição de embargos pelo Doutor Joseph Correa Barreto e a sustentação dos embargos pelo Doutor Francisco Vaz Tagarro.

Sucede, porém, que os documentos transcritos no mesmo livro, com excepção das certidões de fl. 130 e 132, são hoje considerados como falsos por força do estudo feito por Anselmo Braancamp Freire, publicados no Boletim da Segunda Classe da Academia de Sciencias de Lisboa (vol. XII — 1917-1918, pág. 754 a 760) e referido nos Brasões da Sala de Sintra da sua autoria — Livro I, pág. 322 e seguintes, 2.^a edição.

Não obstante esta grave circunstância, não podemos considerar como falsas todas as referências neles feitas, como seja a da existência dos referidos bens e da sua natureza enfiteutica: por isso, socorremo-nos das referências atrás feitas, aceitando-as como verdadeiras, o que interessa ao nosso estudo, ou seja à casa que Brás de Oliveira trazia de emprazamento à Casa da Feira.

CAPITULO II-1 — A

Paços do Concelho

Disse, neste trabalho, que Pinho Leal, no seu «Portugal Antigo e Moderno», informa que «a casa do tribunal das audiencias», ou seja o edificio dos Paços do Concelho foi «paço dos Condes da Feira» (vol 3.^o, pág. 157).

Não menciona titulo, ou razão, em que se funda para o afirmar, outro tanto sucedendo àqueles que, por certo com base nesta fonte de água tão inquinada de erros, têm mantido e divulgado tal asserção.

Até hoje ainda não encontrei motivo para retirar a crítica feita neste particular, nomeadamente no que respeita a época posterior a 1556, ano em que já estava construída a «Casa do Conselho, cadeya da Villa, Paso dos Vereadores e Almotasseis» pelos três mestres do Porto.

Pode-se dizer, contudo, que, antes deste ano, o edificio em qualquer época, podia ter sido destinado a Paço dos Condes, ou seja a partir da instituição do Condado na pessoa de Rui Pereira que, como diz Braancamp Freire (Brasões da Sala de Sintra, vol. 3.^o, pág. 330), já existia em Maio de 1481, ou mesmo desde 8 de Abril de 1453, data em que D. João I fez doação, de juro e herdade, das Terras de Santa Maria (Cabanões de Ovar), Cambra e Refoios, com seus julgados e termos, a Alvaro Pereira, bisavô daquele primeiro Conde da Feira originando, assim, a «nobre casa da Feira e Al-

varo Pereira o seu primeiro senhor» (cit. obra de B. Freire, vol. 3.º, pág. 510).

Não tenho conhecimento de qualquer documento que convença ter o referido edifício pertencido à Casa da Feira, quer antes quer depois de instituído o Condado: se o tivesse sido, dificilmente seria alienado, sendo mais provável, a transferência da sua posse, por meio de emprazamento. Não consta que, em qualquer tempo, o edifício da «Cadeia» tivesse sido objecto de contrato de venda, ou de enfiteuse, por parte da Casa da Feira. Pode dizer-se que sim, mas é preciso prová-lo; e para que se mantenha uma dúvida verosímil é necessário que sejam oferecidos fundamentos sérios que a abonem.

Apenas conheço um documento que pode causar certa confusão. Trata-se de uma suposta instituição de morgadio, datada de 3 de Janeiro de 1512, que D. Leonor Coutinho, viúva de D. João Pereira (filho ilegítimo de Rui Pereira), o Mulato, teria feito, «nas casas do Castello da dita senhora», a favor de seu filho D. Álvaro Pereira Coutinho, documento que, também com uma suposta confirmação do vínculo por parte de D. Manuel, de 2 de Março de 1512, serviu, juntamente com outros, como já dissemos nestas adições, «para D. Álvaro Pereira Forjaz Coutinho reivindicar para si, o título, casa e terras da Feira» (referida Alagaçam, fl. 127), documentos que foram considerados, como falsos, por Braancamp Freire na cit. ob.

Isto não obriga, porém, a duvidar da veracidade da existência de certos bens mobiliários referidos no mesmo documento, pois a falsidade, neste particular, tornaria logo, bem patente a que se procurava encobrir.

Ora, entre os bens que D. Leonor nomeou a favor de seu filho, na instituição do vínculo, figuravam «as casas de vivenda que me deixou o senhor Conde Ruy Vaz e quarto novo que fiz que estava no cham e as mais obras nellas ... e tres seleyros as portas do Castello e as Casas grandes na Praça».

Na petição de embargos à sentença que julgou improcedente a acção deduzida por D. João (cujo teor consta da referida «alagaçam») esclarece-se aquele documento, dizendo que por ele foram vinculadas, por D. Leonor Coutinho a seu filho D. João, «17 as ditas casas grandes do Castello com o seu terrado & quarto novo, & mais bem feytorias, que lhe tinha feyto e assim mais as ditas dezassete moradas de cazas, que vão do Castelo para Azinhaga, os tres seleyros á porta do Castello & os dezoito estins de terra por detras do Castello no arrabalde da Vila da Feira, & além disto a quinta nova chamada do Zambujal, no termo da Villa de Feyra ... humas cazas grandes na praça da mesma Villa da Feira, e huma horta à beira do rio della», acrescentando no n.º 18: «Provará que todos os ditos bens são de morgado patrimonial instituído

pela dita D. Leonor Coutinho, & confirmado pelo Sereñissimo Rey D. Manoel, os quais estão indevidamente incorporados na Casa da Feira, & pertencem ao embargãte sucessor legítimo do morgado da dita D. Leonor Coutinho & seu quinto neto por linha recta masculina, & se lhe deve julgar a conservação da posse delles, como de bens de morgado patrimonial, segundo a mesma decisão da sentença embargada».

Em meu entender as casas «grandes da praça» não dizem respeito ao actual edifício dos Paços do Concelho nem a outro que, porventura, aí estivesse implantado outrora e que aquele tivesse substituído através das diversas reconstruções ou adaptações sofridas, antes sou de parecer que deve referir-se a uma das casas existentes na Praça Velha, sujeitas ao domínio da Casa da Feira.

Consegui averiguar, como já referi neste trabalho, que elas foram quatro:

a) — a denominada «Casa da Sisa ou da Almotaria» correspondente à extrema poente da casa hoje de Francisco Plácido Resende (reconhecimento de obrigação do pagamento do foro de cem reis feito à Casa da Feira em 17 de Agosto de 1754 (tombo da Casa da Feira — Infantado, fl. 158 a 161 do 1.º volume), formada por uma sala sobradada que tinha, pela parte do sul, de nascente ao poente, cinco varas e um quarto e, pela parte do poente, do norte a sul, seis varas. Esta casa com a designação de «escriptório» também era foreira ao Convento de S. João Evangelista desta Vila, por contrato de emprazamento de 25 de Agosto de 1705, no qual lhe foram atribuídas as seguintes medições: de norte a sul, cinco e meia varas, de nascente a poente, cinco varas.

b) — a parte da extrema sul da casa que foi pertença de Duarte Pinto, hoje pertencente ao Dr. Belchior Cardoso da Costa, dada por título de prazo fateusim perpétuo, pela Casa da Feira, àquele Duarte Pinto, por escritura de 17 de Dezembro de 1543, tendo-se procedido ao reconhecimento desse foro em 20 de Outubro de 1707: (citado tombo da Casa e Estado do Infantado, Vol. 1.º, fl. 128 a 132). Do título deste reconhecimento vê-se que a parte foreira «medida toda pela parte da rua tem de comprido de norte a sul catorze varas e quarta e de largo pello meyo dose varas e duas terças».

c) — a parte da extrema norte do prédio, hoje pertencente à casa dos herdeiros de José Soares de Sá de que foi enfiteuta, por título de emprazamento perpétuo, Diogo Moreira de Vasconcelos, conforme reconhecimento feito à Casa da Feira (citado tombo, vol. 1.º, fl. 135 v.º), em 9 de Junho de 1707, por D. Joana Maria Pereira, constando do respectivo título que tinha, juntamente com a parte rústica que lhe ficava para nas-

cente, do nascente a poente vinte e nove varas e meia e de largo, pelo nascente, nove varas e terça e pelo poente (lado por onde faceava com a Praça Velha) sete varas.

d) — a parte central do mesmo prédio, hoje também pertencente à casa dos herdeiros de José Soares de Sá (que estava obrigada ao pagamento de senso serrado à Casa da Feira) que «com seu inxido para a parte de traz» media de comprimento, de nascente ao poente, trinta varas e meia e de largo, pelo poente, dezassete varas e meia (lado por onde faceava com a Praça Velha) e pelo nascente catorze varas e meia.

Do exposto concluiu-se que era esta última, a maior das quatro casas, tomando como índice o comprimento da fachada sobre a Praça Velha (quanto a estas duas últimas casas foi considerada a medição da parte urbana e rústica) que era de 17 varas e meia.

Pode-se supor que se tratava da casa de Duarte Pinto, por ela ter sido objecto de um auto em que se fez inquirição sobre a sua antiguidade e nobreza, a requerimento de D. Joana de Magalhães Coutinho, em 11 de Agosto de 1729, tomando-se a palavra «grande» no sentido da sua importância e qualificação e não no da sua área.

Penso que não, não só porque a parte dessa casa que era do domínio da Casa da Feira, faceava com a Praça Velha apenas em 14 $\frac{1}{4}$ varas, mas ainda porque as testemunhas, ouvidas naquele auto, não lhe referem nobreza que derivasse do domínio que sobre ela tinha a Casa da Feira, ou posse que sobre elas tivessem tido os Condes por nela terem vivido. E é curioso o facto de Huette Bacelar (cit. ob. fl. 99) também chamar àquelas casas, referidas na alínea d), casas grandes — «na Praça da Villa da Feyra tenho uma morada de cazas grandes p.^a a parte do nascente e defronte das minhas pegadas á cadeia...».

As armas reais colocadas na ponte de Fijô, reproduzidas, em fotografia, neste trabalho, são as que D. Miguel adoptou, embora elas já fossem usadas por seus antecessores, pois ele não as tinha privativas: foram as escolhidas para as moedas do seu reinado, com o acréscimo de duas palmas. Foram usadas, na parte final do século XVIII — até D. João VI exclusivé — pois este Rei usou sobre o escudo a esfera armilar.

Depois da independência do Brasil e morte de D. João VI voltaram os reis a usar aquelas armas.

Não consegui apurar a data em que as mencionadas armas foram colocadas na ponte de Fijô, mas o que se pode afirmar é que não o foram no reinado de D. Manuel I.

CAPITULO II-1 — C

Capela de Santo António

Na casa de Francisco Plácido Resende, referida no Capitulo I-2 existe, e a fazer de padieira de uma pequena janela interior, uma pedra com inscrições que só poderão ser lidas quando for tirada da parede onde está incrustada, o que já sugeri ao seu proprietário.

É possível que essa pedra tivesse pertencido a esta Capela ou oratório de Santo António.

A «Geografia Portuguesa», de Carvalho da Costa, editada em 1707, não faz referência à Capela de Santo António entre as que, ao tempo, existiam na Vila da Feira: porém, num artigo publicado no jornal desta vila «O Povo Feirense» de 3 de Dezembro de 1938, V., que o assina, diz que encontrou um exemplar dessa Geografia tendo, à margem da referência aquelas capelas, uma notação inventariando outras nos termos seguintes:

«E outra da Piedade, outra de S. Sebastião, capela de Dionísio Pereira homem principal: outra de S. António na Praça da Vila, pequena, para os presos ouvirem missa, a qual mandou fazer o Campelo. É hoje seu capelão o P.^e Baltazar Joaquim Pereira. Hoje 6 de Junho de 1742». Também aí se faz referência ao Episcopologio de Pereira de Novais, concluído em 1690 e editado por José Ferreira de Sampaio Bruno, onde apenas são citadas como ermidas da Vila da Feira, de S. Nicolau do Castelo, de S. Francisco, de S. André, Santa Margarida, Santa Luísa e Nossa Senhora de Campos.

Não sei quem era aquele V., por não haver, no jornal, qualquer esclarecimento a esse respeito, e por isso, não posso aquilatar do merecimento da referência que ele faz àquela notação, assim como não consegui apurar quem seria aquele Campelo.

Se a notícia é verdadeira, o que é de admitir, há que concluir que este nome se refere a pessoa da época, o que tudo vem confirmar a tese, que defendo, de a Capela de Santo António, ter sido construída em 1720. Pela mesma notícia ficamos sabendo que, em 6 de Julho de 1742, era seu capelão o P.^e Baltazar Joaquim Pereira.

Feira, 1967.

No passado dia 11 de Janeiro, o Senhor Governador Civil do Distrito, Dr. Francisco José Rodrigues do Vale Guimarães, dignou-se visitar a sede da Junta Distrital e o Internato Distrital de Aveiro.

Aguardado à entrada daquele estabelecimento de assistência pelos Senhores Presidente e Vogais da Junta Distrital, teve lugar a visita às velhinhas instalações do Internato, no decurso da qual se fez ouvir a Banda de Música.

Seguiu-se a visita à sede da Junta Distrital, onde os ilustres visitantes apreciaram o novo anteprojecto do Internato Distrital de Aveiro, percorrendo, depois, todas as instalações do magnífico edifício, recentemente reconstruído.

No Salão Nobre realizou-se uma sessão solene, a que presidiu o primeiro Magistrado Administrativo do Distrito.

Viam-se na mesa de honra os Senhores Presidentes da Junta Distrital e da Câmara Municipal de Aveiro, Governador Civil Substituto, Delegado do Instituto Nacional de Trabalho e representante do Comandante Distrital da Legião Portuguesa.

Em lugar destacado, Sua Excelência Reverendíssima o Bispo de Aveiro.

Na assistência encontravam-se os Senhores Engenheiro-Director de Urbanização, Engenheiro-Director de Estradas, Presidente da Direcção da Caixa de Previdência, Presidentes das Câmaras Municipais e outras autoridades civis e militares, Vogais da Junta Distrital e antigos membros do mesmo Corpo Administrativo, funcionários da autarquia distrital e alunos do Internato Distrital de Aveiro.



Visita ao refectório do Internato.

O Senhor Presidente da Junta Distrital no uso da palavra afirmou:

Excelência Reverendíssima
Sr. Governador Civil
Sr. Presidente da Comissão Distrital da União Nacional
Sr.^{as} Deputados da Nação
Ex.^{mas} Autoridades Cívicas e Militares
Minhas Senhoras
Meus Senhores
Caros Rapazes da Nossa Casa:

Acabámos de visitar as obsoletas instalações do Internato e a sóbria mas digna sede deste Corpo Administrativo.

Para o fim deixámos, propositadamente, o momento das boas vindas, porque não queremos que escape a ocasião de pedir.

Dilataram-se as pupilas e o coração com os impeccáveis e comoventes acordes da nossa simpática Banda Juvenil, para se apertarem nos escuros e degradantes recantos do seu lar.

Aliviou-se a tensão com a entrada neste edifício, de raro simbolismo, onde paira a recordação de dois

homens, opostos pelas ideias, ligados pelo sangue, pelo génio, pela amizade fraterna: Jaime e Sebastião de Magalhães Lima.

Desprendeu-se a preocupação dos nossos espíritos ao analisarmos o ante-projecto do novo Internato.

Ansiamos pela palavra do Governo e pela bênção da Igreja, que quisemos fosse aqui representada a alto nível por um dos troncos mais vigorosos e prestigiados da sua Hierarquia, seguramente fadado para os cumes.

Cremos, portanto, Sr. Governador Civil, que V. Ex.^a se deve sentir em festa nesta sua primeira visita oficial à remoçada sede desta Junta.

Quisemos rodeá-la de todo o simbolismo que as nossas possibilidades permitiam, para lhe testemunhar a devoção que lhe tributamos.

E quis Deus que fosse eu a erguer a minha voz para exprimir esse sentimento — o que faço com o respeito do subordinado, a comoção do amigo e a veneração do correlegionário.

Singular acaso, pois que foi V. Ex.^a a pessoa a dar o primeiro impulso na minha reservada atitude política — sempre cambaleante entre a genuína admiração por Salazar e a repulsa por certos seus pretensos cola-



Visita à Junta Distrital.

boradores — e a primeira pessoa também a enviar uma palavra amiga pela aceitação do cargo, que hoje imerecidamente ocupo e que tantos desgostos já me causou, espevitando o meu egoísmo no sentido dum breve retorno à paz do meu lar e da minha profissão.

Olho neste momento em redor e vejo um quadro policromado, em que figuram a dignidade da Igreja, o pão do Governo, a disciplina das Autoridades, a obe-

A principal tarefa que se nos impõe num momento em que se nos deparam dois caminhos — o da morte ou o do regresso ao passado glorioso e honrado — é a formação moral, cívica, intelectual e política do povo português.

Tudo o resto virá por acréscimo.

Para tanto não precisamos de gastar divisas com a importação, sempre equívoca, de modos de



O Senhor Presidente da Junta Distrital no uso da palavra.

diência do Funcionalismo, o espírito de servir dos meus Colegas e a ingénua interrogação sobre o amanhã da Juventude!

E alongando a vista distingo com nitidez a serena firmeza de duas veneráveis figuras nacionais, seguro mandante e genial mandatário dos legítimos interesses da Pátria, Presidentes Américo Tomaz e Marcelo Caetano!

Tudo isso me leva a recordar neste momento e com toda a propriedade o que afirmei em Maio do ano passado num colóquio político-administrativo:

«Para mim, homem comum, o rumo do Regime cifra-se no primado dos homens sobre as leis.

Salazar já denunciou a crise de dirigentes.

Não pode haver regimes perfeitos com homens imperfeitos.

vida estranhos, quer eles sejam à base da pastilha elástica (demasiado elástica) quer sejam à base da Vodka (demasiado rija).

Os regimes devem constituir a tradução fiel do sentimento nacional.

E este está todo ele embuído de sugestões corporativas e cristãs.

Mas isso não significa que tenha de haver uma subordinação à Igreja, que não pode nem deve emiscuir-se no poder temporal, aliás na linha de pensamento do Concílio Vaticano II.

Não obstante, parece ser de aconselhar uma ajuda material à Igreja, pois que a formação cristã do povo português é caminho seguro para uma governação mais fácil na obediência e no comando.

O cristão puro é honesto e o que falta é honestidade.

Essa a causa principal da crise de dirigentes.

Não se pode esquecer, no entanto, que o País é constituído por cristãos e não cristãos e que há muita gente honesta entre estes.

Outra causa que determina a crise de dirigentes é a falta de patriotismo, hábilmente provocada pelas ideias comunistas, que espalham a crença de que as pátrias são contrárias à fraternidade universal.

As potências que sopram essas ideias não se esquecem, entretanto, de proclamar a superioridade dos seus países, a cujo génio inculcam a invenção de tudo o que tem contribuído para o progresso científico e económico do Mundo, desde a prosaica batata aos satélites artificiais.

Por outro lado, nem sempre se terão escolhido para os lugares de comando os mais aptos e trabalhadores.

Esse mal é agravado com o facto do funcionalismo público ser mal remunerado, assistindo-se a uma alarmante deserção para as empresas privadas, naturalmente dos mais aptos e ambiciosos.

E os que ficam vêm-se na necessidade de lançar mão de actividades extra funções, que só prejudicam a própria Administração Pública.

Ora tudo seria fácil de remediar, simplificando-se os serviços, restringindo o número de funcionários e pagando-lhes convenientemente.

Se é evidente que testemunhamos um constante aperfeiçoamento dos métodos de trabalho das empresas privadas, porque não havemos de introduzir o estudo científico do trabalho na maior e mais importante empresa, que é a Administração Pública?

Há muito de amadorismo em tantos sectores importantes da vida Pública, que urge estirpar como erva daninha, que impede o progresso da Nação.

Com a agravante de que nem sempre a crítica séria e construtiva é aceite com a adequada filosofia, talvez porque a chamada oposição ao Regime nos habituou a desconfiar da seriedade das críticas, quase sempre marcadas com o sinal da barafunda demolidora.

Mas saibamos distinguir o trigo do joio, para não cairmos na psicologia do bicho da conta!

Quando medito neste estranho amolecimento de certos indivíduos perante os grandes problemas nacionais não posso afastar o problema gravíssimo da Juventude.

Continuo a falar como homem comum, que anda misturado com o chamado povo.

Desse contacto tenho retirado a convicção firme de que o veículo mais perigoso da dissolução do amor à Pátria é a camada intelectual, muito pela preocupação de dar nas vistas e de se opor a tudo e a todos, muito pela sua má formação universitária, onde serviram de joguete à habilidosa teia que é tecida com invisíveis fios das mais distantes origens.

Sempre acreditei na Juventude, que é generosa e pura, mas que é muito vulnerável à especulação intelectual através da manipulação de indivíduos sem escrúpulos.

De modo que temos de aproveitar as potencialidades extraordinárias da Juventude, dando-lhe saída para ocupações que toquem a sua profunda generosidade.

É indispensável que a Juventude aprenda a amar as nossas Províncias Ultramarinas.

E esse amor só pode ser despertado conhecendo-as.

É necessário aproveitar a generosidade da Juventude.

E isso só pode ser alcançado interessando-a em obras eminentemente sociais.

É necessário promover a saúde física e espiritual da Juventude.

E isso só é exequível através de manifestações desportivas e culturais.

Dêem-se ocupações nobres à Juventude e ela não terá tempo de se deixar tentar pelo vício e pela especulação comunista, exímia no tanger da corda mais sensível do seu coração, do seu amor à liberdade, que ilusoriamente constroem à custa das mais degradantes grilhetas.

Faça-se-lhe compreender que a liberdade é sem dúvida um dom inestimável, mas que ele só é alcançado quando respeitamos os limites da liberdade dos outros.

Li há tempos um pensamento que dizia que os velhos não sabem dar maus conselhos porque não podem dar maus exemplos.

Preferia, no entanto, que a Juventude compreendesse que há velhos que nunca deram maus conselhos, mesmo na idade em que podiam dar maus exemplos.

Essas venerandas figuras da nossa Pátria que-riera eu ofertar à Juventude generosa do meu sagrado País como padrão de vida, de tal modo que na minha velhice eu pudesse verificar, com encantamento, que tinha desaparecido da Pátria aquela maléfica casta de indivíduos que, mais que o Bem Comum, prezam os bens comuns... em seu exclusivo proveito!».

Isto disse então, isto reafirmo agora, em perfeita sintonia com o pensamento de Salazar, Américo Tomaz e Marcelo Caetano — três verdades distintas da mesma realidade histórica.

Todos sentimos que a fase ascensional do poderoso e matemático foguetão de arranque da apagada e vil tristeza, em que mergulhámos, teria, inevitavelmente, que preceder a dolorosa ignição da nave nacional em percurso mais harmonioso, mas que não admite erros de cálculo, que nos possam levar por atalhos lunáticos, nem ricochetes de retaliações inúteis e condenáveis, nem troca de ouro velho por cobre novo.

No que concerne ao nosso Distrito, tenho confiança na hábil manobra do excelente Chefe que nos dispensaram, com sacrifício seu mas proveito nosso, certo como estou que saberá conduzir a barca da governação com mão tolerante mas firme, de ouvidos abertos às solicitações justas e os olhos atentos aos negrumes dos horizontes, sempre prontos a desencadear tempestades que possam forçar ao recolher lamentável e apressado da vela da liberdade, para que ela não seja feita em tiras.

Assim confiamos!

Que V. Ex.^a vá carregando de porto em porto as petições das gentes necessitadas e que num deles faça embarcar o sonho que nos embala — a construção do novo Internato — são os votos humildes mas sinceros e amigos dos membros desta Junta.

Já o seu honesto e dedicado antecessor, havia emprestado a esse sonho o melhor da sua influência.

Na hora em que é fácil esquecer os que largam o mando, aqui lhe testemunhamos a nossa gratidão.

Estou certo, porém, que V. Ex.^a, com toda a força irremovível do seu prestígio, que o levará a subir mais altos degraus da Governação, irá, finalmente, tornar possível a sua realidade, para que a chaga das instalações que visitámos seja removida da face da bela terra que o viu nascer e que ama estremecidamente.

É certo que esta Junta se tem cansado de pedir e de ver diferida a resolução do seu mais premente problema.

Talvez por isso eu fosse tentado a terminar a minha saudação com aqueles expressivos versos do nosso genial irmão Manuel Bandeira,

«Não te doas do meu silêncio:

Estou cansado de todas as palavras».

Mas é tempo de romper com o silêncio e empunhar a palavra, que sirva de rumo à Juventude perturbada e ao adormecido Povo Português, sem nunca descurar a bússola mais infalível: o Exemplo!

Em brilhante improviso o Senhor Governador Civil, após saudar Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Bispo de Aveiro e as demais entidades presentes, dirigiu-se ao Senhor Presidente da Junta Distrital para afirmar:

«Quando o Senhor Presidente da Junta Distrital, o meu prezado e distinto Amigo, Dr. Fernando de Oliveira, me convidou para visitar a Junta Distrital, sempre pensei que se tratasse somente da visita às instalações que eu não conhecia, nesta casa que há tantos anos conhecia, e não uma visita como esta que proporcionou, imprimindo-lhe a maior solenidade.

Mas fez mais o Sr. Presidente; fez mesmo um discurso. Com as qualidades que lhe conhecemos, não admira que tenha feito mesmo um discurso.

Recordou que a sua entrada para a cena política foi, digamos, inspiração ou estímulo meu. Pois, Dr. Fernando de Oliveira, neste momento, a melhor homenagem que lhe posso prestar é dizer-lhe que motivo algum tive que me causasse arrependimento por esse acto que pratiquei — e que não foi fácil —, de conseguir o objectivo visado.

É-me muito grato ver esta Junta entregue à sua inteligência e à sua devoção.

Disse há pouco já haver sofrido algumas amarguras e que ansiava pelo regresso. Não creio, Dr. Fernando

de Oliveira, em que um homem com a sua força de ânimo, com a sua disposição de servir a coisa pública, se possa agastar por qualquer contrariedade. A vida pública é cheia de contrariedades! Mas compreende-se o desabafo e o desejo do Dr. Fernando de Oliveira».

Depois de aludir à restauração das Juntas Distritais, decretada precisamente no ano do termo do seu mandato como Governador Civil do Distrito, e de referir

nagem por todas as razões: esta própria restauração do edifício já diz, por si, do espírito, do dinamismo, da vontade de servir que a todos animava, que desde há nove anos deram vida ao organismo restaurado».

E a finalizar:

«Quanto à aspiração maior da Junta Distrital, aquela para que todos os concelhos voltam as suas atenções, apresentam as suas apreensões — a construção



Quando discursava o Senhor Governador Civil.

o valimento da autarquia distrital, salientou os nomes dos primeiros presidente e vice-presidente, Drs. António Rodrigues e Belchior Cardoso da Costa, dos segundos (presidente e vice-presidente) Dr. Aulácio Rodrigues de Almeida — e ao invocar o seu nome e julgando interpretar o sentir de todos os presentes como o seu próprio, prestou ao saudoso Dr. Aulácio as suas homenagens e formulou um voto, voto muito profundo, muito sincero, pelo seu possível e breve restabelecimento —, e Dr. Humberto Leitão.

E a seguir:

«Pois nesta minha primeira visita, eu não posso deixar de render homenagem ao esforço de todos esses homens e das suas respectivas equipas. Prestar home-

do novo Internato Distrital —, posso dizer que ainda antes de empossado, mas já depois de assente o meu regresso a Aveiro, a segunda coisa de que tratei foi precisamente a da construção do novo Internato.

Tinha na minha mente as velhas instalações do antigo Asilo e, na conferência que tive, antes de empossado, com Sua Excelência o Ministro da Saúde, e passei em revista tudo aquilo que de memória tinha em relação ao distrito, pus mesmo o problema do Asilo e lhe disse que considerava essa obra das mais urgentes, mais necessárias.

Disse mesmo que o Internato, antigo Asilo, tinha nesta terra e teve nesta terra um grande papel. Ainda bem me recordo de que muitos daqueles que na vida

aveirense marcaram posições de destaque, saíram desta Casa. Bastava essa circunstância para reconhecer o papel enorme que o velho Asilo desempenha, para sentir, os anseios daqueles que vivem, dia a dia, as dificuldades.

E posso dizer, Senhor Presidente e Senhores Membros da Junta, que encontrei da parte do Senhor Ministro da Saúde e Assistência perfeita receptividade para o problema, a melhor disposição de o resolver em breve. Penso que não demorará uma visita de Sua Excelência à capital do Distrito e suponho que nesse dia, esse problema, que tanto tem apaixonado todos os componentes da Junta Distrital, pois nesse dia, todas e quaisquer dificuldades serão vencidas.

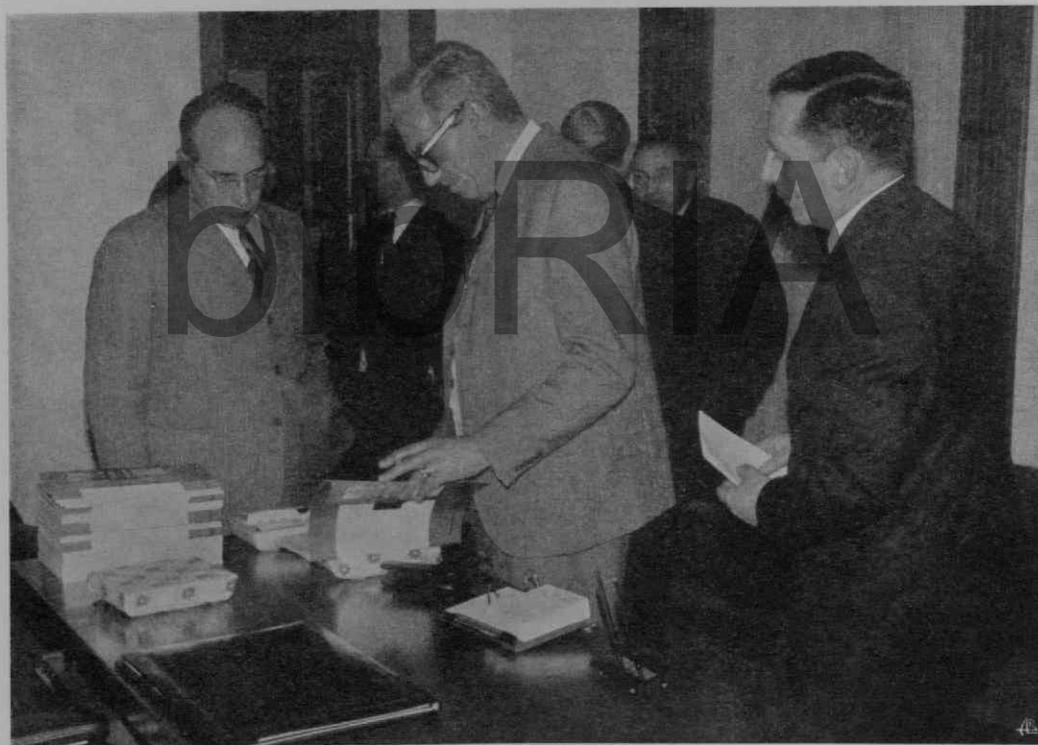
E teremos, portanto, a esperança de ver, em breve, lançada a obra. É esse o voto do Governador Civil, é esse o voto do Aveirense.

E para terminar, e ainda em felicitação, dizer que a Junta Distrital não se deu ao luxo mas caprichou em dispor da instalação mais digna, mais actual, porventura de quantas haverá no País.

Até neste aspecto, a Junta Distrital e os seus gerentes estão de parabéns».

*
* *
*

Terminada a sessão solene o Senhor Presidente da Junta Distrital ofereceu ao Senhor Governador Civil o último número publicado da Revista «Aveiro e o seu Distrito».



O Senhor Governador Civil apreciando a Revista «Aveiro e o seu Distrito».

bibRIA

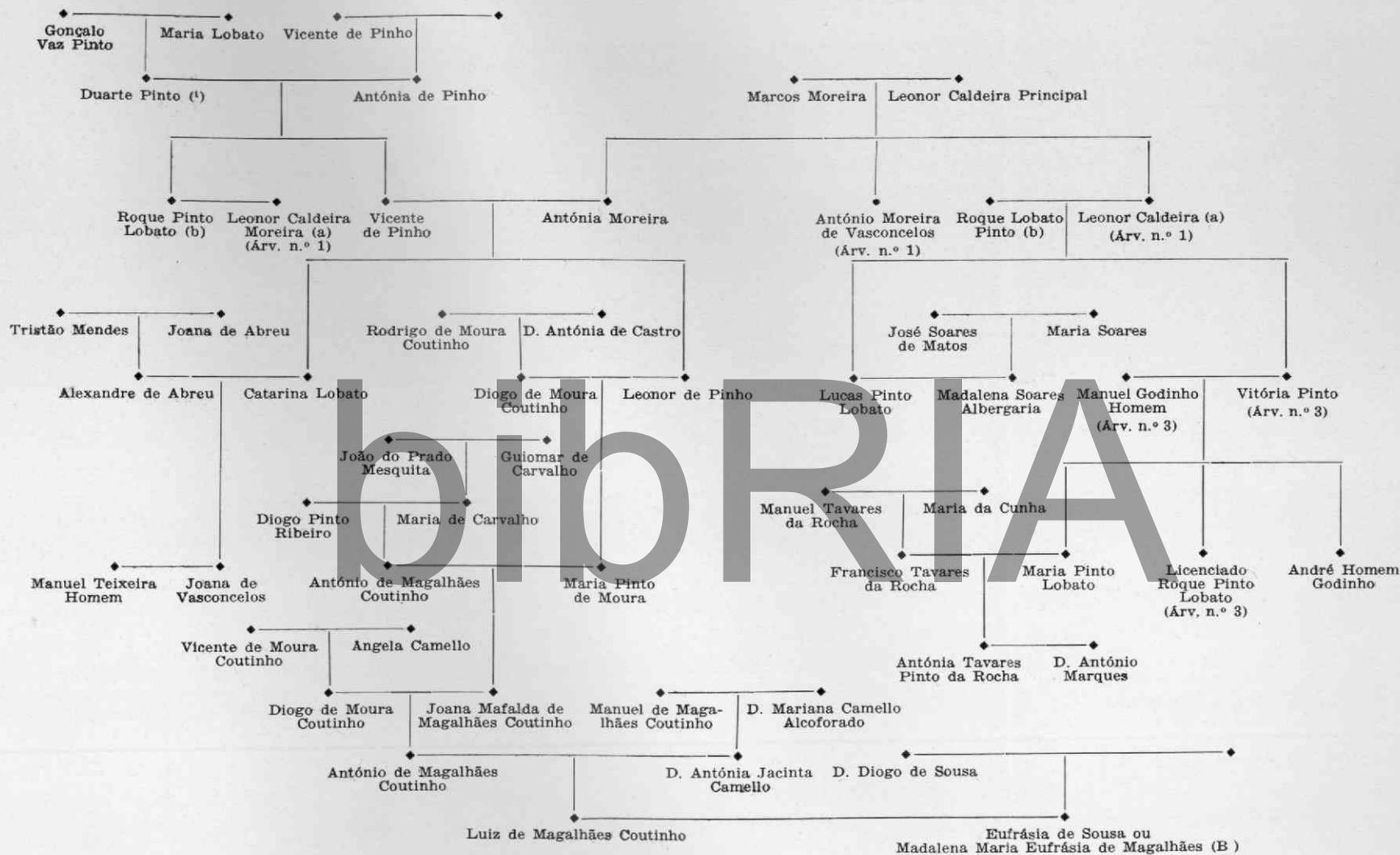
NA CAPA:

- 1 — Monumento, em Ílhavo, a D. Manuel Trindade Salgueiro, Bispo da Gente do Mar
- 2 — Praia de Espinho

Sumário

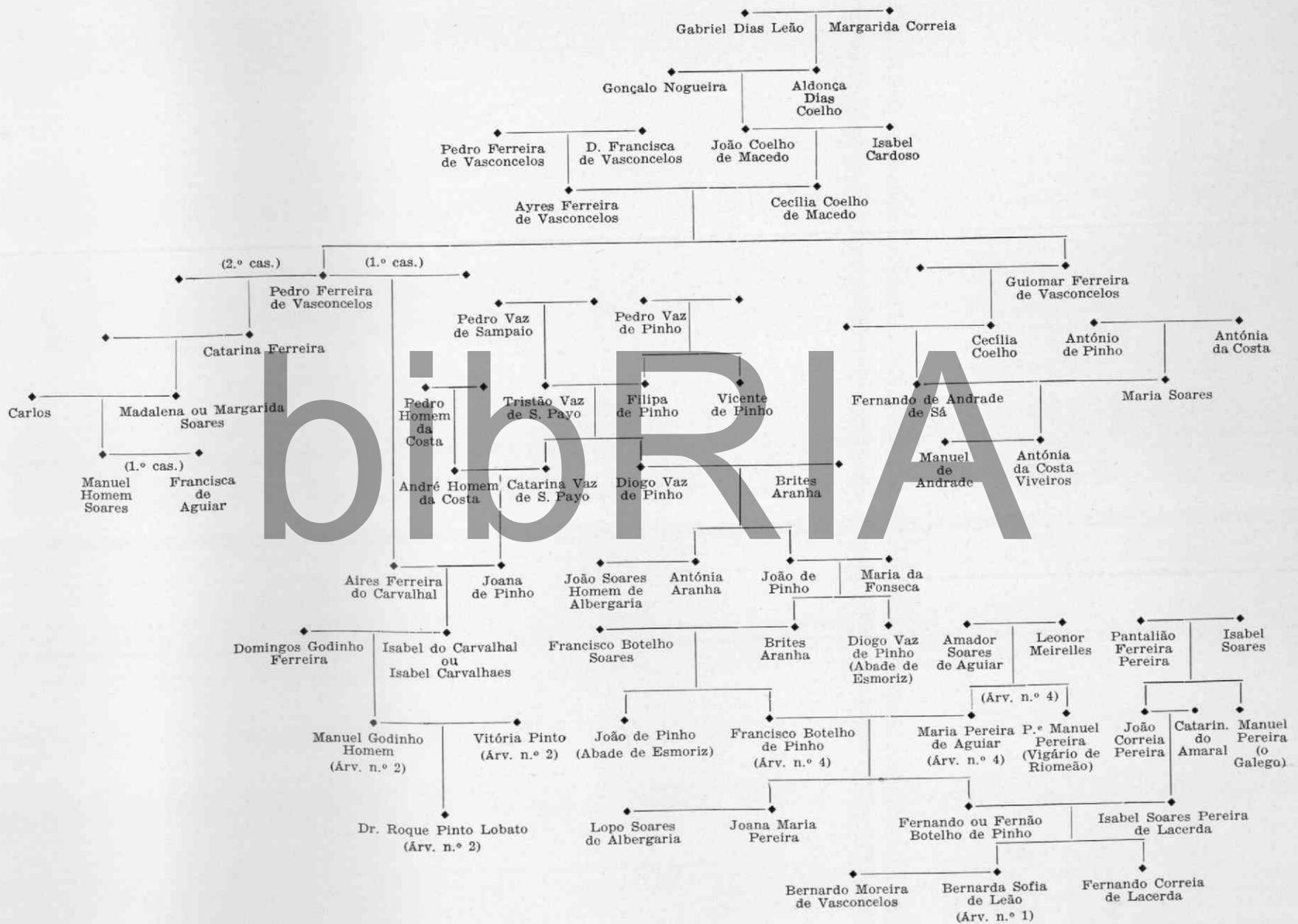
	Página
★ Página Heráldica — Espinho	3
★ Espinho	5
Por Álvaro Pereira	
★ Os Bispos de Aveiro e o culto de Santa Joana	27
Pelo Padre João Gonçalves Gaspar	
★ Antologia Aveirense	42
★ As Vindimas na Bairrada	44
Pelo Engenheiro Agrónomo Manuel de Oliveira Silvestre	
★ A data da inauguração da igreja de Nossa Senhora da Apresentação, de Aveiro	49
Por Francisco Ferreira Neves	
★ Quatro Séculos de História — Vila da Feira — A Praça Velha	53
Por Roberto Vaz de Oliveira	
★ Vária	71

ARVORE GENEALÓGICA N.º 2

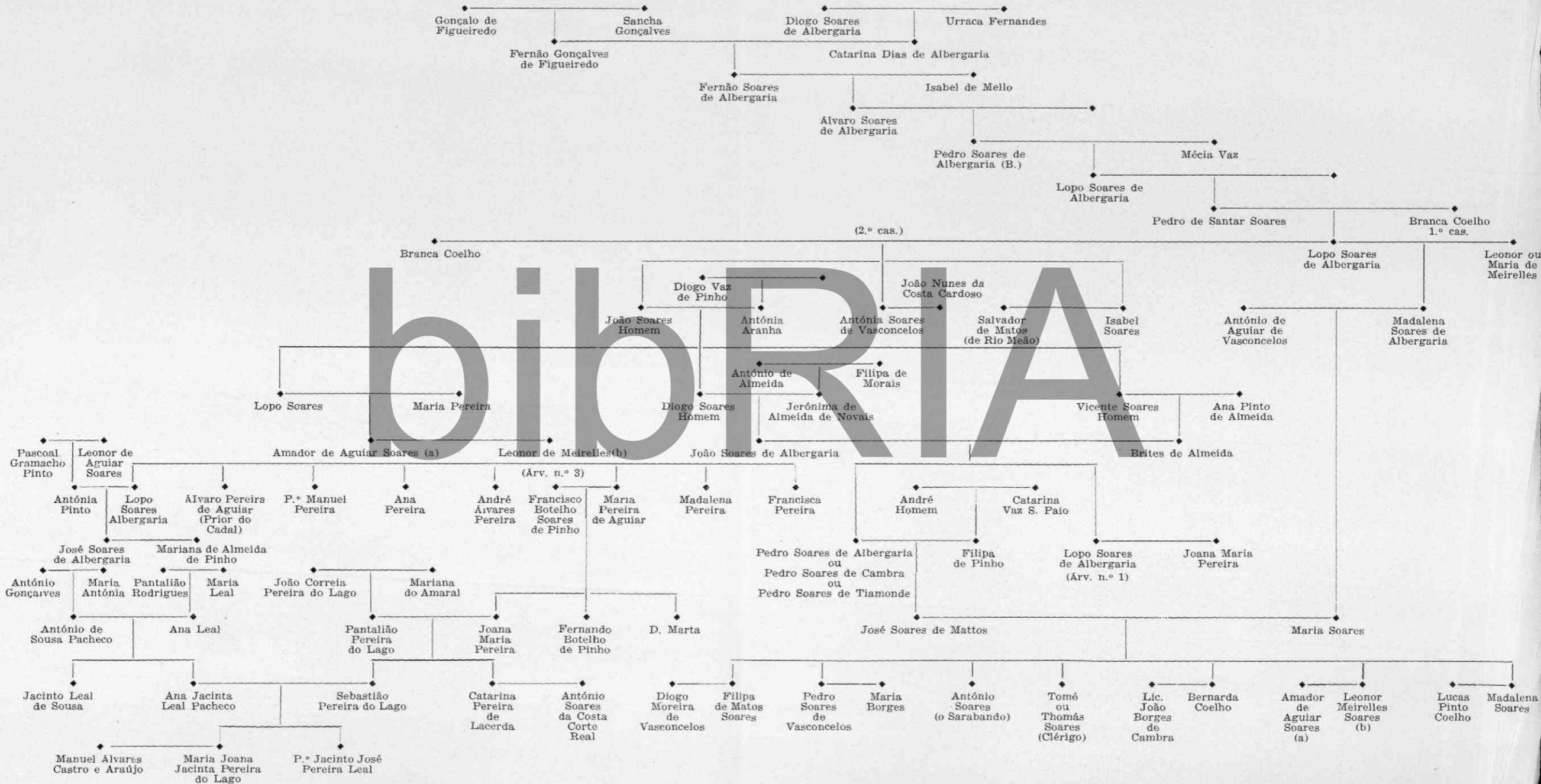


(1) — Segundo alguns, Duarte Pinto era filho de Diogo Pinto (Snr. de Villar Mayor tt.º Pintos, § 3.º, n.º 9) e de D. Mécia Pereira.

ARVORE GENEALÓGICA N.º 3



ARVORE GENEALÓGICA N.º 4



PRINCIPAIS ERRATAS

N.º	Pág.	Col.	Linha	Onde se lê	Deve-se ler
3	66	2	27	venderam-a	venderam-na
	66	2	28	José António Gomes dos Santos	Domingos Gomes da Silva
	72	1	3	5.º	6.º
4	75	2	19	Maio	Março
	76	1	27	a huas	«a húas
	86	2.ª fot.		Cachofel	Cochofel
5	43	1	52	Maria	Mécia
	52	2	2	em 1765	em 3 de Maio de 1765
6	56	1	7	Sucesores	Sucesores
	54	2	9	peças	peçoas
	56	2	3	S. Evangelista	S. João Evangelista
	59	1	10	e dos	a dos
	59	2	29	a confirmação	pedindo a confirmação
60	2	16	deste	desde	
60	2	24	necessário	necessária	
61	1	52	perecer	parecer	
63	2	3	1937	1938	
67	2	40	ombreira	padieira	
68	1	1	ombreira	padieira	
77	1	32	o seu	e seu	
77	1	39	Conclue	Conclui	
77	2	5	1556	1566	
80	fotografia			dos Paços do conce- lho	de Casa de Francisco Plácido Resende
84	1	7	emprazarão	emprazaram	